



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXII Nº 54, SEXTA-FEIRA, 5 DE MAIO DE 2017



BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)

Presidente

Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)

1º Vice-Presidente

Senador João Alberto Souza (PMDB - MA)

2º Vice-Presidente

Senador José Pimentel (PT-CE)

1º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)

2º Secretário

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)

3º Secretário

Senador Zeze Perrella (PMDB-MG)

4º Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

2º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

3º - Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

4º - Senador Cidinho Santos (PR-MT)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rochael
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro
Coordenadora de Elaboração de Diários

Alessandro Pereira de Albuquerque
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodases

Deraldo Ruas Guimarães
Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 56ª SESSÃO, ESPECIAL, EM 4 DE MAIO DE 2017

1.1 – ABERTURA	7
1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO	
Destinada a homenagear o Sr. Antônio Lomanto Júnior por 49 anos de vida pública, nos termos do Requerimento nº 105/2017, do Senador Otto Alencar e outros Senadores.	7
1.2.1 – Execução do Hino Nacional Brasileiro	7
1.2.2 – Exibição de vídeo sobre a trajetória política do Sr. Antônio Lomanto Júnior.	7
1.2.3 – Oradores	
Sr. Leur Antonio de Britto Lomanto	8
Sr. Antonio Imbassahy, Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República	10
Senadora Lídice da Mata	11
Senador Garibaldi Alves Filho	13
Senador Fernando Bezerra Coelho	14
Senador Otto Alencar	16
1.3 – ENCERRAMENTO	20

2 – ATA DA 57ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 4 DE MAIO DE 2017

2.1 – ABERTURA	22
2.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE	
2.2.1 – Expediente encaminhado à publicação (Vide Parte II)	22



2.2.2 – Oradores

Senador Jorge Viana – Anúncio de investimentos no setor de telecomunicações no Estado do Acre ... 22

2.2.3 – Realização de sessão

Realização de sessão especial segunda-feira próxima, às 11 horas, destinada a celebrar a passagem do Ducentésimo Ano da Revolução Pernambucana de 1817. 25

2.2.4 – Oradores (continuação)

Senador Lindbergh Farias – Defesa da aprovação de projeto de lei do Senado que acaba com o chamado “auto de resistência”; e outro assunto. 25

Senador Telmário Mota – Protesto contra ações violentas aos indígenas em conflitos de demarcação de terras; e outros assuntos. 33

Senador Humberto Costa, como Líder – Contrariedade às ações reformistas do Governo Federal. 36

Senador Lasier Martins – Defesa da aprovação de PEC que modifica a forma de escolha dos Ministros do STF. 40

Senador Acir Gurgacz, como Líder – Críticas à política econômica adotada pelo Governo Federal; e outros assuntos. 42

Senador Elmano Férrer – Registro de solenidade comemorativa do 44º aniversário da Embrapa. 44

Senador Paulo Rocha – Críticas ao Governo Federal pelo suposto retrocesso das políticas sociais; e outros assuntos. 49

Senador Dário Berger – Defesa da necessidade de modernização da legislação de recuperação judicial e falências das empresas; e outro assunto. 55

2.3 – ENCERRAMENTO 59

PARTE II**3 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 57ª SESSÃO**

3.1 – EXPEDIENTE 60

3.1.1 – Discurso encaminhado à publicação

Senador Paulo Rocha – Íntegra do discurso de S. Ex^a, nos termos do art. 203 do Regimento Interno 61

3.1.2 – Pareceres

Nº 39/2017-CCT, sobre o Ofício "S" nº 44/2015. 64

Nº 40/2017-CCT, sobre o Ofício "S" nº 46/2015. 70

Nº 42/2017-CCT, sobre o Aviso nº 29/2012. **Arquivamento dos referidos Expedientes** 76

3.1.3 – Projetos de Lei do Senado

Nº 135/2017, do Senador Antonio Anastasia, que altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, para possibilitar a arbitragem para a definição dos valores de indenização nas desapropriações por utilidade pública, nas condições que especifica. 84



Nº 136/2017, do Senador João Alberto Souza, que <i>dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de mecanismo que permita o desembarque seguro e imediato dos passageiros de elevadores, em caso de falha elétrica.</i>	90
Nº 137/2017, do Senador João Alberto Souza, que <i>dispõe sobre critérios técnicos para dimensionamento de elevadores de passageiros.</i>	95

3.1.4 – Requerimentos

Nº 319/2017, da Senadora Lídice da Mata, de voto de louvor ao Sr. Paulo Freire.	101
Nº 320/2017, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, de informações ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.	105
Nº 321/2017, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, de informações ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.	110
Nº 322/2017, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, de informações ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.	114
Nº 323/2017, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, de informações ao Ministro de Estado da Fazenda.	119
Nº 324/2017, da Senadora Lídice da Mata, de homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. João Gabriel Teixeira.	123

3.1.5 – Término de prazos

Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso para apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 5/2012.	127
Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso para apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei da Câmara nº 60/2015.	127

PARTE III

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	128
5 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA	131
6 – LIDERANÇAS	132
7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	136
8 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	144
9 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES	146
10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	192



Ata da 56^a Sessão, Especial,
em 4 de maio de 2017

3^a Sessão Legislativa Ordinária da 55^a Legislatura

Presidência dos Srs. Otto Alencar e Fernando Bezerra Coelho.

(Inicia-se a sessão às 9 horas e 15 minutos e encerra-se às 10 horas e 40 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial, que se destina a homenagear a memória do Senador Antonio Lomanto Júnior, por 49 anos de vida pública, nos termos dos Requerimentos nºs 105 e 170, de 2017, de minha autoria, o que faço com a consciência de que estamos prestando uma homenagem a um grande baiano, a um grande brasileiro.

Convido a compor a Mesa o ex-Deputado Federal pela Bahia, de 1975 a 2003, Dr. Leur Antonio de Britto Lomanto, um grande amigo, por quem tenho grande admiração e respeito. (*Palmas.*)

Deputado Federal José Carlos Araújo. (*Palmas.*)

Deputado Estadual e neto do Senador Antônio Lomanto, Leur Antonio de Britto Lomanto Júnior, Deputado Estadual na Assembleia Legislativa da Bahia. (*Palmas.*)

Queria registrar a presença de diversas autoridades que aqui se encontram, do Deputado Sandro Régis, do Estado da Bahia, da Assembleia Legislativa, do Deputado Adolfo Viana, do Deputado Pedro Tavares, do Deputado Euclides Fernandes, também de Jequié, do Desembargador do Tribunal de Justiça da Bahia Roberto Frank, do Prefeito do Município de Jequié, terra natal do Dr. Antonio Lomanto Júnior, Luiz Sérgio Suzarte Almeida, que está aqui presente, do Secretário de Planejamento Econômico do Município de Jequié, José Sérgio Costa Nogueira, do Ministro da Integração Nacional no período de março a maio de 2016, Sr. Josélio Andrade Moura.

Aqui também estão presentes os seus filhos, Lomantinho, apelido carinhoso com que o denomino, também Marcos Antônio Lomanto, Marcos Thadeu, Lilian, seus netos, amigos, pessoas ligadas à família Lomanto e outras pessoas, outros amigos da Bahia, que aqui vieram para esta solenidade. Vereador Paulo Câmara, Presidente da Câmara de Vereadores de Salvador. Queria saudar todos os amigos da imprensa, que aqui compareceram. Gostaria de destacar também a presença da Srª Maria Eduarda Gordilho Lomanto, neta do homenageado, além de outros familiares.

Perguntaria se o Leur pretende usar da palavra. Será o filho ou o pai? Será você, então? Vou passar a palavra ao...

Antes disso, como é de praxe do rito, vamos ouvir o Hino Nacional brasileiro.

(*Procede-se à execução do Hino Nacional.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Convido o Ministro-Chefe da Secretaria de Governo, Antonio Imbassahy, para compor a Mesa. (*Pausa.*)

Antes da fala do meu amigo Deputado Leur Lomanto, teremos a exibição de um vídeo, que peço à Secretaria da Casa possa iniciar-se.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Destaco também a presença nesta solenidade do Deputado Federal pela Bahia Paulo Magalhães; do Dr. Marcos Thadeu, que chegou há pouco, cujo nome eu havia citado antes; do Sr. Frederico Lomanto da Cunha Guedes, neto também e filho de um grande amigo meu, Alex Cunha Guedes; do Deputado Luiz Carlos Hauly; do Deputado Antonio Brito; de outros Deputados; e do Senador Garibaldi Alves.

Convido o Senador Garibaldi Alves para compor a Mesa.



Senador Garibaldi Alves, V. Ex^a nos honraria muito com a sua presença aqui à Mesa.

Anuncio a presença do Deputado Mauro Benevides, companheiro do Senador Lomanto Júnior.

Vou passar, então, a palavra ao Deputado Federal Leur Lomanto.

O SR. LEUR ANTONIO DE BRITTO LOMANTO – Sr. Presidente desta sessão especial, Senador Otto Alencar, Sr. Ministro-Chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República, nosso querido conterrâneo e amigo, Deputado Antonio Imbassahy, Deputado Federal José Carlos Araújo, também nosso conterrâneo, Deputado Estadual da Bahia, representando, neste instante, os netos do Senador Lomanto Júnior, Leur Lomanto Júnior, desejo inicialmente cumprimentar o autor e o proponente desta sessão especial, Senador Otto Alencar, a quem dirigimos nossos agradecimentos por esta homenagem.

V. Ex^a, assim como Lomanto Júnior, cultiva os gestos de aproximação com aqueles que vivem nos pequenos recantos da Bahia, do nosso interior, empunhando também, Senador, a bandeira municipalista. Sem dúvida alguma, V. Ex^a honra a Bahia no Senado Federal. (*Palmas.*)

Como os senhores puderam perceber, meu filho, Leur Lomanto Júnior, que está seguindo os mesmos passos do seu avô e é um dos frutos herdados da vocação política de Lomanto Júnior, maior fonte de nossas inspirações.

Em que pese eu ter atuado durante muito tempo na política e exercido sete mandatos consecutivos como Deputado Federal, ou seja, 28 anos, a emoção me domina neste momento – emoção pelo motivo da própria homenagem e também por ser a primeira vez que ocupo esta tribuna do Senado, a mesma que o Senador Lomanto ocupou por tantas vezes, sempre na defesa dos interesses do nosso Estado da Bahia e do nosso País.

Estar na mais alta Casa Legislativa do País a falar do Senador Lomanto conduz-me a grandes recordações. É inegável que foram muitos os ensinamentos transmitidos pelos laços de pai e filho. Porém, mais relevante ainda foram as lições dos gestos de homem público que amava o seu povo.

O olhar sobre o outro, a fé em Deus e a obstinação em perseguir esses ideais que contribuíram com a coletividade traçavam o perfil do homem público Lomanto Júnior. Desde cedo, ele revelava o apreço pela política, e, ainda na infância, já se predestinava à vida pública ao relatar para seus professores que um dia se tornaria governador da Bahia. Ao confessar esse anseio, Lomanto fortaleceu o destino de grande político que o aguardava.

Nascido em Jequié, onde iniciou a longa e vitoriosa trajetória política, tornou-se o mais novo vereador da cidade, aos 23 anos. Confirmou o desejo de servir ao povo de sua cidade natal, tornando-se prefeito e, logo em seguida, Deputado Estadual. O apelo do povo de Jequié sempre foi forte em sua vida. Foi assim que, após terminar o mandato na Assembleia Legislativa, voltou à prefeitura da cidade pela unanimidade dos votos dos seus conterrâneos, realizando uma administração que o tornou conhecido em todo o Estado e lhe deu as bases para lutar em favor de todos os Municípios da Bahia.

Dessa forma, Lomanto passou a dar voz à bandeira municipalista, levando ao governo as reivindicações do interior. Esse ideal o conduziu à Presidência da Associação Brasileira dos Municípios (ABM) quando conseguiu aprovar uma emenda na Constituição que elevou a participação dos Municípios no orçamento da União.



Ainda na ABM, alcançou também o grande feito junto ao Presidente Juscelino Kubitschek de trocar com o governo alemão excedentes de café por tratores que serviram a diversos prefeitos em Municípios de todo o País.

Com esse emblema, fez o interior marchar para a capital, e, com a esperança brotada nos corações dos baianos, elegeu-se o mais jovem governador da Bahia aos 37 anos, como os senhores assistiram há pouco através do vídeo, com o famoso *jingle* Lomanto, Esperança do Povo.

Em seu Governo, promoveu um grande acervo de realizações. Assim, implantou uma gestão voltada a priorizar o interior, visando obras de infraestrutura e integração das regiões, a exemplo da rodovia que liga Feira de Santana a Juazeiro e também a Ponte Ilhéus - Pontal, umas das mais emblemáticas.

Essas sintetizam a grandiosidade de obras que foram realizadas, mas a maior delas, sem dúvida alguma, segundo especialistas, foi a reforma administrativa do Estado, que serviu de modelo para outros entes da Federação e até mesmo para o Governo Federal.

A reforma, pioneira no País, revelou o espírito de administrador ousado, que promoveu, junto à Universidade Federal da Bahia e a uma equipe de grandes auxiliares, inovações na estrutura do Estado, que persistem até hoje.

Uma de suas marcas era o espírito conciliador e a vontade de servir ao próximo. Com esse desígnio, que colocava a política acima dos Partidos, Lomanto construiu também a sua trajetória no Legislativo. Como Deputado Estadual, Deputado Federal e aqui neste Senado, como Senador, tendo sido, inclusive, seu primeiro Vice-Presidente.

Exerceu com muita dignidade a sua missão nesta Casa e fez grandes amizades. Na Câmara Federal, compartilhei diariamente suas experiências, tendo o privilégio de ser seu colega, pois fomos eleitos juntos para uma mesma legislatura, até então fato inédito no País.

Ele afirmava sempre que a política tem caminhos tortuosos, tem flores, mas também tem espinhos. Ainda assim, quando perguntado qual o caminho que seguiria caso tivesse a oportunidade de voltar no tempo, ele respondia: "percorreria o mesmo caminho, com os mandatos que me foram confiados para servir ao povo".

Ele sempre exaltava o Congresso como uma caixa de ressonância da Nação, e que era preciso escutar os clamores do povo. Assim, Lomanto Júnior foi interprete da vontade popular. Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, Sr^{as}s e Srs. Deputados Federais, Deputados Estaduais, Prefeitos, Vereadores e amigos de Lomanto Júnior nesta sessão, o maior patrimônio que herdamos dele foram os grandes amigos que ele conquistara ao longo do tempo, ao longo da sua vida.

As manifestações de apreço e carinho no Congresso repercutiram em todos os rincões do Estado, em especial na sua Jequié, quando, num gesto de humildade aceitou, em 1992, ser Prefeito da cidade pela terceira vez, encerrando assim a sua carreira política.

Jequié está aqui muito bem representada pelo seu Prefeito Sérgio da Gameleira – é assim que o povo o elegeu e lhe conhece –... (*Palmas.*)

... a quem saúdo, e agradeço, em nome da família, a sua presença. Não tenho dúvidas de que, onde estiver, Lomanto estará muito feliz com a presença de tantos amigos a recordarem a sua trajetória.

Com certeza, ele continuará a nos guiar para que trilhemos os mesmos caminhos que ele sempre ressaltou. "Meu maior legado não serão bens materiais, mas, sim, meus valores de amizade, honradez,



ética e honestidade." O carinho das pessoas que o encontravam era a resposta àquilo que tinha como lema. Ele confirmava em palavras aquilo que vivia: "A política para mim é a arte de servir. Sou político para servir e não para ser servido."

Agradeço a todos pela presença.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Quero parabenizar o Deputado Federal Leur Lomanto pelas palavras e queria perguntar se posso franquear a palavra a alguém que queira se manifestar.

Ministro Antonio Imbassahy, Ministro-Chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República, Deputado Federal, ex-Prefeito de Salvador.

Eu queria destacar a presença da Senadora Lídice da Mata. (*Palmas.*)

Senadora Lídice, V. Ex^a, se não estiver de viagem para Bahia, pode vir compor a Mesa. Está de viagem?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Então veio mesmo para a solenidade.

Com a palavra o Ministro Antonio Imbassahy.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY – Meu querido amigo Presidente desta sessão, Senador Otto Alencar, quero cumprimentá-lo pela iniciativa justa, humana, bela que significa, antes de tudo, nesses tempos tão difíceis, destacar um exemplo extraordinário da vida pública: o nosso inesquecível e sempre amado Lomanto Júnior.

Cumprimento também o Deputado José Carlos Araújo, o Senador Garibaldi Alves, a Senadora Lídice da Mata, o Deputado Federal, nosso amigo, Leur, que seguiu os passos do nosso saudoso Lomanto Júnior, que também agora recebe o bastão, amigos todos, Deputados, prefeitos, amigos todos, familiares de Lomanto Júnior.

Serei breve, mas começo dizendo que ainda estão impregnados, na minha alma e no meu coração, momentos que vivi com o Senador, Prefeito, Governador e Deputado Lomanto Júnior; "Lomanto, a esperança do povo" – aquele *jingle* inesquecível, que eu saberia até reproduzir na sua inteireza.

Fiquei muito comovido com esse vídeo que foi apresentado agora. Vi aqui também muita emoção entre seus familiares e amigos. É um vídeo que praticamente revela, de maneira sintética, a passagem desta figura extraordinária, Lomanto Júnior, entre nós.

Quero, mais uma vez, parabenizar o Senador Otto Alencar pela iniciativa desta sessão especial, um reconhecimento, Senador Otto, amigos todos, que o Parlamento brasileiro faz a esse grande baiano de Jequié, imortalizado nas muitas obras e ações que contribuíram para a melhoria da qualidade de vida do povo da Bahia, para o crescimento do nosso Estado e para o Brasil também. A contribuição do Senador Lomanto, do Governador Lomanto foi para o Brasil.

Estamos aqui celebrando também os seus valores de respeito ao próximo, de solidariedade aos que mais precisam, de extrema dedicação à vida pública. Costumava dizer - e o nosso Leur encerrou com esta frase - que era um político para servir, não para ser servido. Essa frase tem uma amplitude



e uma profundidade muito grande e deve ser sempre objeto de reflexão cada vez mais intensa, sobretudo nesses dias.

Ao longo dos seus 49 anos de atividade pública, passou por quase todos os cargos eletivos – Vereador, Prefeito, Governador da Bahia, Deputado Estadual, Deputado Federal e Senador –, sempre movido pelo mesmo princípio de que a atividade política é um meio para se buscar o bem comum e para reduzir as desigualdades e as distâncias. Digo isso com muita franqueza, com muita sinceridade, porque convivi com ele, fui liderado por ele, acompanhei o seu desempenho, vi o amor que ele dedicava à sua família, a D. Detinha, a seus filhos, aos netos, uma pessoa realmente extraordinária.

Uma de suas muitas marcas foi a defesa da causa municipalista. Foi Presidente da Associação Brasileira de Municípios e seguia a concepção de que só teremos Estados e um País forte se os Municípios estiverem fortalecidos. Era defensor da agricultura, porque via nessa atividade uma forma de gerar emprego e renda no campo e nas cidades, ao mesmo tempo em que, à frente do Governo do Estado, estimulou o desenvolvimento industrial da nossa querida Bahia. Suas lutas demonstram sua capacidade de enxergar adiante, um homem de ampla visão, um estadista de grande visão, qualidade de um grande gestor.

Lomanto Júnior será sempre lembrado pelo povo da Bahia como quem fez a diferença por onde passou, que se importava com as pessoas e que extraía delas a inspiração para desempenhar, com paixão e comprometimento, todas as funções e posições que ocupou.

Finalizo trazendo aqui também – e me dirijo aos familiares e, em especial, ao Presidente desta sessão, Otto Alencar – uma palavra de admiração, respeito e reconhecimento de Sua Excelência o Presidente da República, Michel Temer, que tinha pelo Lomanto não apenas a amizade, mas também uma admiração muito grande, de convivência. Sabe muito bem o nosso sempre Deputado Leur Lomanto.

Lomanto, um bom homem, um homem de bem, um exemplo.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Vou passar a palavra à nobre Senadora Lídice da Mata.

Senadora, eu queria registrar a presença do Deputado Federal Bebeto, do PSB da Bahia, e do Deputado Paulo Azi, do Democratas, que chegaram à solenidade.

Passo a palavra a V. Ex^a.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, senhoras e senhores familiares, amigos e convidados para esta sessão especial em homenagem ao Sr. Antônio Lomanto Júnior, ex-Governador da Bahia, ex-Senador e Deputado Federal, quero saudar os representantes do Senado, Senador Otto Alencar e Senador Garibaldi Alves, o representante do Governo Federal e Deputado Federal pela Bahia, Antônio Imbassahy, o Deputado Federal José Carlos Araújo, seu filho Leur Lomanto e seu neto Leur.

Perdoem a voz, eu estou no início de uma gripe da secura de Brasília.

Quero falar rapidamente, mas não podia deixar de, estando presente nesta sessão, registrar o meu carinho, o meu abraço a todos aqueles que admiraram e que homenageiam Lomanto. Saudar de forma especial o Prefeito de Jequié, Sérgio da Gameleira, que tem essa grande responsabilidade de



ser Prefeito da cidade aonde Lomanto iniciou a sua vida. E marcou profundamente a sua presença no cenário político baiano justamente por essa referência de Jequié.

Saudar os Deputados Federais que vejo aqui, amigos, independentemente de legenda: Deputado Paulo Azi, do DEM, que tem base principal em Alagoinhas, também minha terra, Antônio Brito, que é meio Jequié, Sandro Régis, o filho de Honorato, Deputado Estadual Adolfo Viana, meu querido amigo Pedro Tavares e, também de Jequié, Deputado com muita expressão política na Bahia, representante dessa cidade, Euclides Fernandes. De maneira mais especial ainda, perdoem-me todos, o Deputado do meu Partido Bebeto Galvão, da região sul do Estado da Bahia, com muita relação também com Jequié. E, em nome destes, saudar todos os políticos que estão presentes aqui no plenário do Senado.

Eu queria dar um testemunho, um testemunho de improviso sobre essa relação com o Lomanto. Primeiro, aquilo que fica na memória de qualquer criança, que é a música, como já foi dito aqui. Esse foi um *jingle* que marcou a história da Bahia. Aliás, quando cheguei à universidade, uma chapa adversária minha tinha justamente o nome *Sangue Novo* e fazia uma paródia do *jingle* de Lomanto. Era a chapa capitaneada por meu querido amigo Paulo Fábio, hoje cientista político em Salvador, na Universidade Federal da Bahia, e, à época, um dos representantes do PCB no movimento estudantil.

Aquela música, que já fazia parte da nossa história, falando de um homem que se tornou governador, vindo do alto sertão, marcou muito profundamente a história política da Bahia. Lomanto assume o Governo da Bahia num momento extremamente delicado, no momento em que o Brasil acabava de sofrer um golpe, um golpe militar. Portanto, ele governou com adversidades maiores do que as comuns e soube fazer isso com a característica de ser um homem pacífico, de ser um homem fazedor de amigos, agregador na política. Talvez tenha sido essa a sua característica principal.

Além do seu talento político e do empreendedorismo que teve como representante do Governo da Bahia, Lomanto, ao longo de sua história, fez muitos amigos e transformou Jequié nessa referência de um governador que vem do interior para a capital do Estado da Bahia e traz para a capital os problemas do interior, unindo a Bahia, abraçando a Bahia como um todo. Essa foi a marca principal de sua campanha, que se tornou também a marca de sua vida. Com essa marca ele fez seu filho e seu neto políticos da Bahia, representando a sua região. Com a força eleitoral que tinha, durante muitos e muitos anos, não se podia falar de Jequié sem se referir justamente à figura carismática de Lomanto, porque Lomanto, como político, foi um líder carismático. Um líder que tem essa característica agregadora é acima de tudo um líder carismático.

Digo isso, mas tive uma convivência muito pequena com ele. Não fui sua colega como Deputada, mas fui Prefeita de Salvador, e ele me procurava para falar da amizade que tinha com o meu tio, Salvador da Mata, de Ipiaú, que tinha sido prefeito num período mais ou menos próximo ao dele, com quem mantinha boas relações de amizade. Ele sempre me buscou e me tratava com muito carinho. Numa Bahia, como vocês sabem, de muita disputa política, onde os lados políticos estavam sempre muito definidos, Lomanto se sobressaía e ultrapassava os lados. Ele era uma figura que circulava em todos os lados da política baiana. No período democrático, ele tinha e teve essa função de buscar unir esses lados.

Portanto, fico muito feliz que o Senado Federal, por intermédio do Senador Otto Alencar, tenha tomado a iniciativa de fazer esta homenagem, que é uma homenagem devida da Bahia, e que Otto,



ao fazê-la, faça em nome de toda a Bancada da Bahia e de todo o povo baiano. É um registro que nós não poderíamos passar sem fazer, o registro da presença benéfica de Lomanto na política baiana e na política brasileira.

A sua participação foi sempre isso, a participação de um homem simples, mas de um homem do bem, que passava para as pessoas o contato de um homem alegre, que não nos encontrava para fazer queixas, mas para ressaltar questões positivas da vida naquele momento, fosse qual fosse o momento.

Tenho a satisfação de poder contar com a amizade dos seus filhos, um deles aqui na minha frente, Marquinhos, um grande parceiro nosso, meu e de tantos outros amigos na área do turismo, e de Leur, com quem tenho uma relação muito fraterna. E de podermos nos beneficiar, todos os baianos, da história política de Lomanto.

E olha, dizer isso, eu que sou uma pessoa que tem uma vida totalmente ligada à esquerda, Senador Otto Alencar, desde os primórdios da minha participação política, fui uma política de esquerda e sou uma política de esquerda...

Numa eleição em que eu era criança, meu pai participou destacadamente da campanha de Waldir Pires, que veio a ser derrotado por Lomanto, pela força desse voto do interior que se levantava de Lomanto e das relações que Lomanto soube construir. Quando me refiro a esse lado da história, digo, com todo esse lado da história que ele recompôs e refez essa relação, é uma posição muito singular.

Eu não poderia deixar de dar o meu testemunho a favor dessa figura política histórica da Bahia que foi o Governador Lomanto Júnior, independente da grande obra que tenha realizado no nosso Estado, inclusive obras de infraestrutura que até hoje são referências no Estado, mas principalmente pela figura política que é Lomanto Júnior, que foi Lomanto Júnior, porque ele continua sendo essa referência. E virou uma referência da força de governo que vem do interior para a capital, Imbassahy, que é um político da capital, assim como eu, com origem na capital, mas representando todos os baianos. Nós sabemos da importância que tem isso para o marco da história política da Bahia.

Lomanto, a esperança do povo, é gente nova, é sangue novo. Lomanto é a renovação vinda do Alto Sertão.

Não há coisa mais bonita que possa ser dita sobre Lomanto.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Quero registrar a presença do nobre Senador Fernando Bezerra, do Estado de Pernambuco, de Petrolina, cidade que foi beneficiada por Lomanto desde que ele fez a estrada 407, que sai próximo de Feira de Santana, passa em Capim Grosso, Juazeiro e Petrolina. Ontem ele falava comigo, dizendo que é um dos beneficiados pela força política e pela capacidade gerencial e administrativa do Governador Lomanto Júnior.

Passo a palavra ao Senador Garibaldi Alves, do Estado do Rio Grande do Norte.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Quero cumprimentar o Presidente da Mesa, Senador Otto Alencar, e dizer do apreço e do respeito que tenho por este Senador. Quero manifestar o meu apreço à Senadora Lídice da Mata. Quero cumprimentar a Senadora Lídice, o Deputado Federal José Carlos Araújo, o Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Governo, Antonio Imbassahy, o Deputado Federal, pela



Bahia, Leur Lomanto e o Deputado Estadual pela Bahia Leur Antonio de Brito Lomanto Júnior. Quero cumprimentar o Senador Mauro Benevides, cearense, que foi Presidente do Senado. (*Palmas.*)

Eu me antecipei, na tribuna, porque eu quero ser o primeiro não baiano a homenagear a figura de Lomanto Júnior – porque eu já vi o Senador Fernando Bezerra Coelho se movimentando para vir à tribuna, e a vizinhança deles, claro, o impulsiona a vir à tribuna, porque, diante do que foi dito a respeito de Lomanto Júnior, não são apenas os baianos que não devem calar, mas qualquer um brasileiro não deve calar diante do exemplo de Lomanto Júnior! (*Palmas.*)

E permitam – o Prefeito de Jequié está presente, o "homem da gameleira". Eu já estou criando uma intimidade danada! Permitam-me dizer que nesta hora, neste momento da vida política brasileira é que nós devemos reverenciar a memória daqueles que, no exercício de cargos públicos, só fizeram engrandecer o seu Estado e o seu País. (*Palmas.*)

E eu digo neste momento, quero acentuar neste momento, porque é um momento em que os políticos são lançados, Sr. Presidente, diante de uma verdadeira tempestade política. Quer-se descrever da política. Como descrever da política? Como descrever dos políticos, se nós temos, lá atrás, honrando o povo da Bahia, o povo brasileiro um homem como Lomanto Júnior? (*Palmas.*)

Eu serei breve, serei muito breve, porque eu não convivi com Lomanto Júnior. A minha convivência foi com Leur Lomanto. E a convivência maior com Leur Lomanto foi do ex-Deputado e ex-Ministro Henrique Alves, que é meu primo. (*Palmas.*)

E eu vi ali uma fotografia que me trouxe a lembrança do meu tio Aluízio Alves, que foi... (*Palmas.*)

Olhem, se vocês continuarem a aplaudir, as minhas breves palavras se tornarão palavras mais longas. (*Risos.*)

Eu quero agradecer, isso é patente, isso só se faz impor numa coisa: que é a generosidade do povo baiano.

Então, como não deixar, numa hora dessas, de se inspirar no exemplo de Lomanto Júnior. Político é para servir e não para ser servido. Isso poderia ser um conselho, uma referência evangélica. E o é! Isso vem do evangelho, isso vem das raízes cristãs de um homem como Lomanto Júnior.

Meus amigos, perdoem-me se estou trazendo aqui a emoção de um político que nasceu para servir e não para ser servido, como Lomanto.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Queria destacar a presença aqui do Deputado Federal José Rocha, do Deputado Federal Lúcio Vieira Lima, do ex-Ministro Geddel Vieira Lima e de outras autoridades que vieram.

E convidar o Senador Fernando Bezerra para compor a Mesa e, se desejar também, fazer a sua saudação ao homenageado.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Meu caro Presidente e amigo, Senador Otto Alencar. Minha amiga, companheira de Partido, Senadora pela Bahia, Lídice da Mata. Prezado amigo, Senador Garibaldi Alves Filho. Queria aqui também cumprimentar o amigo, Deputado Federal José Carlos Araújo, em nome dele cumprimento todos os Parlamentares da Bahia presentes a esta sessão de homenagem. E quero registrar aqui a presença dos Ministros de Estado, da Chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República, do Ministro Antonio Imbassahy e do meu



amigo, ex-Ministro, Geddel Vieira Lima. Queria cumprimentar a todos os familiares do nosso homenageado na pessoa do meu amigo, Deputado Federal, Leur Lomanto.

Eu não poderia me ausentar desta tribuna. Fui um dos primeiros a chegar a esta sessão. Abracei os filhos de Lomanto Júnior e disse a Leur que ia dar presença na Comissão de Relações Exteriores, mas para cá voltaria, porque eu acho que através de mim, nesta manhã, vão falar muitos petrolinenses, vão falar filhos da minha terra que tiveram o privilégio de conhecer e conviver com Lomanto Júnior. Eu falo aqui, Senador Otto Alencar, do meu tio, ex-Governador de Pernambuco, Nilo de Souza Coelho. (*Palmas.*)

Eu falo aqui do meu tio, ex-Deputado Federal, Osvaldo de Souza Coelho. (*Palmas.*)

Mas eu falo nesta manhã, sobretudo, em nome do meu pai, Paulo de Souza Coelho,... (*Palmas.*)

... rotariano como Lomanto. E ele tinha uma determinação na vida, muito grande: que era unir Petrolina e Juazeiro. Porque ele entendia que aquela ponte, aquele rio, não separavam as duas cidades, mas unia as duas comunidades em defesa do Vale do São Francisco.

E naquela época em que Lomanto governava a Bahia, meu pai, ao lado do então Bispo de Juazeiro, Dom Tomás Murphy, ao lado de Américo Tanuri, Prefeito de Juazeiro, ao lado de Giuseppe Muccini, ao lado de João Freitas, todos baianos e juazeirenses, fundaram e criaram a Codevasf – Comissão de Desenvolvimento do Vale do São Francisco –, fundada em Juazeiro e Petrolina e que nascia com duas grandes bandeiras. A primeira, implantar uma companhia telefônica entre Petrolina e Juazeiro para que as ligações entre as duas cidades não fossem interestaduais, mas ligações locais. E a companhia se constituiu, se criou e serviu, durante muitos anos, à comunidade de Petrolina e Juazeiro. E a segunda bandeira era a estrada asfaltada de Feira de Santana até Juazeiro/Petrolina. Eu era menino, Senador Otto, tinha pouco mais de 10 anos, e nunca irei me esquecer da inauguração dessa estrada, a estrada que Lomanto trouxe da capital baiana até as margens do São Francisco.

Juazeiro se engalanava para receber o seu Governador, mas eu apostei que a maior festa Lomanto teve em Petrolina, no Iate Clube, quando o Governador já eleito de Pernambuco, Nilo Coelho, o recebeu em Pernambuco, agradeceu pela estrada e disse que Lomanto o estava colocando numa situação de desafio, porque, se ele, sertanejo de Jequié, tinha feito o asfalto chegar a Juazeiro, ele, sertanejo de Petrolina, haveria de ligar Petrolina até o Recife, no asfalto. (*Palmas.*)

Por isso é que eu precisava vir a esta tribuna para dar o testemunho de como este Governador da Bahia, este Senador, este homem público marcou a história da minha cidade e marcou a minha história, porque o asfalto que ligou Juazeiro a Salvador me levou a estudar na Bahia. Em vez de fazer o curso de ginásio e científico no Recife, era mais próximo ir pela estrada de Lomanto, no ônibus leito da São Luís, para poder fazer o curso de ginásio e científico nos Maristas de Salvador. E, aí, eu tive o privilégio de me tornar também meio baiano. Convivi na Bahia durante sete anos. Devo a minha formação aos professores, às instituições de ensino, que me empurraram para a trajetória política que hoje abraço.

Por isso, Senador Otto, minha amiga, Senadora Lídice, meu amigo, Deputado Leur Lomanto, é uma belíssima homenagem a que o Senado presta hoje ao Governador Lomanto Júnior. É um dos grandes nomes da história da política da Bahia e é um homem que tinha um temperamento alegre, como Lídice aqui bem colocou. Depois, eu cruzei com Lomanto aqui, neste Senado, ainda à época de



Nilo Senador, cruzei com ele aqui e só via nele o sorriso, o desejo de bem viver, de bem servir e sempre a paixão pela Bahia e a paixão, sobretudo, pelo interior da Bahia.

Portanto, salve Lomanto! Viva Lomanto! E que ele sirva de exemplo e de inspiração para os que hoje marcham na vida pública para servir ao seu povo e a sua gente.

Parabéns. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu queria parabenizar o nobre Senador Fernando Bezerra pelo depoimento e tanta veracidade a respeito do Senador Lomanto Júnior.

Pergunto se tem algum outro orador que deseje usar a tribuna.

Queria, então, passar aqui a Presidência à Senadora Lídice da Mata.

Fernando, então, você vai presidir para que eu possa falar?

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não, Senador Garibaldi.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Eu queria fazer o registro da presença aqui do ex-Ministro Geddel Vieira Lima. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Garibaldi, eu já tinha registrado a presença do ex-Ministro Geddel Vieira Lima e do seu irmão Lúcio Vieira Lima, que também está presente e de outras autoridades que aqui vieram.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Então perdoe-me, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – V. Ex^a fez bem. Registrhou outra vez, não há problema. Sempre Presidente, tem toda autoridade para fazer o que desejar aqui na sessão de homenagem ao Lomanto.

Passo a Presidência aqui ao Senador Fernando Bezerra Coelho.

(*O Sr. Otto Alencar deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Fernando Bezerra Coelho.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Com a palavra o Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Fernando Coelho, agradeço a V. Ex^a a Presidência desta sessão neste momento.

Quero saudar o Senador Garibaldi Alves, a Senadora Lídice da Mata, o Deputado Federal José Rocha, o Deputado Leur Lomanto, Deputado Leur Lomanto Júnior. Quero saudar também todos os familiares que aqui estão presentes. Seus filhos Antonio Lomanto, Lilian, Marco Antonio, Marco Tadeu, os seus netos que estão aqui, seus bisnetos. Enfim, todos os familiares.

Os Deputados Federais que aqui vieram, como o Deputado Federal José Carlos Araújo; em nome dele saúdo todos os Deputados Federais que estão presentes. E também os Deputados Estaduais da Bahia que aqui vieram.

E saudar um grande amigo meu, que também representa a família Lomanto, que é o meu amigo Fernando Jorge Carneiro, esposo de Virgínia, filha de Vavá Lomanto, um grande amigo com quem convivi e tenho ótimas lembranças de Vavá Lomanto. (*Palmas.*)



Eu vi o vídeo que foi aqui passado pela família e também me emocionei. Eu convivi com o Dr. Lomanto, como era chamado, por muito tempo. E ele teve de minha família, em 62, o apoio lá em Ruy Barbosa, minha cidade natal. Eu tinha 15 anos e ele foi candidato a Governador.

Eu me lembro que, naquela época, colocávamos as chapas no envelope para levar para a urna. E eu fazia essa confecção com meu pai, com meu avô. Meus familiares todos o apoiaram à época.

Ele teve um apoio muito grande da igreja lá em Ruy Barbosa. O Padre Cizinho fez uma campanha maravilhosa, ressaltando as qualidades de cristão e de religioso. Ele era um católico fervoroso.

Ele foi Governador muito jovem, com 37 anos. Antes disso talvez tenha sido – aliás, é o único baiano que exerceu, na Bahia, todos os cargos públicos. Começou como Vereador – aliás, a formação dele era de odontólogo –, depois Prefeito, Deputado estadual, voltou a ser Prefeito e, depois, Deputado Federal, Governador e Senador.

Como Senador, ele se elegeu em 1978. Antônio Carlos foi indicado ainda de forma indireta, e ele disputou as eleições para o Senado e foi vitorioso. E nessa campanha eu pude votar em Dr. Lomanto, levado por Fernando Jorge num comício lá em Itapoã. Eu me lembro, como se fosse hoje, de que ele me levou a dar esse voto. Eu lembro exatamente como foi e também o seu discurso, a sua maneira de agir.

Ele, como Governador, já se destacaram aqui todas as obras que foram por ele realizadas e que são marcas até hoje: a estrada que o meu amigo, Senador Fernando Bezerra, aqui ressaltou, que fez a Bahia se abraçar com Petrolina e com Pernambuco, como a Ponte do Pontal, lá em Ilhéus, e como outras tantas obras que foram realizadas com determinação, com coragem, num momento muito difícil da vida brasileira, até porque foi o momento em que se iniciou um novo regime político, com o golpe militar de 1964. E ele teve a capacidade de harmonizar a vida política baiana e também de conseguir exercer o seu mandato de Governador.

Eu, depois, eleito Deputado Estadual, participei da campanha para o governo, em 1990. E fui indicado Secretário de Saúde pelo então Governador Antônio Carlos Magalhães, que foi Senador também aqui e foi Presidente do Senado Federal, outro grande baiano que ajudou muito a Bahia.

Permitam-me os familiares acrescentar também, porque vejo aqui Michele Magalhães, fazer uma homenagem póstuma a um amigo meu, Luís Eduardo Magalhães,... (*Palmas.*)

... que foi um grande baiano também, Presidente da Câmara Federal.

E, nesse período em que fui Secretário da Saúde, o Dr. Lomanto saiu candidato a Prefeito de Jequié. Eu nunca imaginaria que ele voltaria – depois de ser Governador, Senador – a ser Prefeito de Jequié. Ele esteve comigo na Secretaria da Saúde para conversar sobre os problemas de saúde, ainda na campanha. Ele estava preocupado com o Hospital Prado Valadares. Perguntou-me se haveria como, ele sendo Prefeito, nós recuperarmos, reequiparmos o hospital. Eu disse a ele que sim.

Mas eu fiquei curioso e disse: "Dr. Lomanto", porque nós todos o chamávamos de Dr. Lomanto, "o senhor foi tanto, o senhor foi Governador, foi Senador e agora vai ser Prefeito de Jequié?". Eu nunca esqueci o que ele me disse: "Olha, Otto, eu já fui tudo isso, mas lhe digo de coração que eu prefiro ser o primeiro em Jequié do que ter sido o primeiro, na Bahia, Governador e o segundo no Senado. A minha terra é a minha vida". Então, eu gravei isto: "prefiro ser o primeiro na minha terra a ser o segundo em qualquer lugar", porque é uma coisa que mostra o sentimento de paixão por sua terra, pelo seu povo, por sua Jequié. Aqui está o Prefeito, Sérgio da Gameleira, os vereadores.



Portanto, ele tinha esse sentimento de voltar à sua cidade, à sua terra natal, para servir ao seu povo. Ele, Prefeito, nós fizemos a recuperação do Hospital Prado Valadares. Trabalhei bastante nesse período como Secretário de Saúde. E, um certo dia, já deixando a Secretaria, Fernando, me convidam a uma churrascaria, onde me fariam uma homenagem.

Eu pensava que era uma homenagem simples de alguns prefeitos. Seriam o quê? Dez, doze, vinte prefeitos, e ele estava à frente dessa homenagem.

Quando eu cheguei à churrascaria, fiquei completamente assustado, porque havia mais de 200 prefeitos que ele conseguiu levar para a churrascaria, ex-prefeitos, várias pessoas. E, naquele momento, o Governador Antonio Carlos Magalhães não sabia a dimensão – tampouco eu sabia, e todos que conheceram Antonio Carlos sabem que um secretário jamais poderia querer ultrapassar a autoridade dele.

Cheguei à churrascaria, e ele disse: "Vim lhe prestar uma homenagem pelo Secretário de Saúde que você foi e pelo o que você fez por Jequié". Digo: "Olha, Dr. Lomanto, tem um problema aí. O senhor vai ter de ser orador, vai falar e não falar em sucessão estadual. Eu não sou candidato a Governador de jeito nenhum!". (*Risos.*)

Aí, ele disse: "Não. Pode ficar tranquilo que eu serei o orador", porque alguns prefeitos queriam fazer uma marcha a Ondina. Vocês imaginem a briga que eu iria comprar. (*Risos.*)

Então, ele terminou sendo o orador, falou e agradeceu, mas não tocou em política, felizmente.

Logo depois, eu tive um despacho com o então Governador Antonio Carlos Magalhães, que disse: "O senhor foi homenageado numa churrascaria, com vários prefeitos". Disse: "Fui, sim, senhor.". Ele disse: "Lomanto salvou a sua pele: não falou em sucessão.". Digo: "Exatamente!"

Lomanto não falou de sucessão de governo, com uma tranquilidade, com aquela maneira dele de ser, sempre alegre, amigo. E foi Prefeito de Jequié. Aqui no Senado, deixou uma marca muito importante: foi Vice-Presidente aqui do Senado Federal, fez grandes amigos e deixou uma história de vida. Cada um de nós constrói a nossa própria história.

Eu diria que o ex-Senador, ex-Governador, Lomanto Júnior construiu uma história que marcou a Bahia não só pela execução física das obras, pela capacidade gerencial e administrativa que ele teve. E isso, sem nenhuma dúvida, é reconhecido por todos os políticos baianos, mas a grande que ele deu, foi a lição de que, exercendo todos esses cargos públicos, construiu uma história digna e honrada que serve de exemplo a todos os baianos.

Foi grande executor de obras. Foi construtor. Foi administrador. Realizou muito, mas nunca foi arrogante. Sempre foi dócil, mas sempre foi firme nas suas decisões. Enfrentou várias dificuldades. Enfrentou os fortes e os grandes com altivez, mas os humildes, sempre com caridade, que era uma coisa da sua formação, do seu coração, da sua índole mesmo, de ser um homem formado e com educação familiar muito forte – como são todos aqueles que têm os seus pais centrados, no interior da Bahia, e recebem educação familiar, que é fundamental para a vida.

Tinha uma capacidade muito grande de oratória. Eu ouvi vários discursos do Dr. Lomanto, com aquela voz sempre firme, que falava com a sua convicção.

E, portanto, eu creio que prestar uma homenagem a um grande baiano, que foi Antônio Lomanto Júnior, é um dever nosso, um dever de todos nós, como falou Lídice da Mata. Esta homenagem é endossada pela Lídice da Mata, pelo Senador Roberto Muniz, que não pôde estar aqui



hoje, por todos os Deputados Federais, são vários Deputados Federais que estão aqui hoje com o ex-presidente do Senado Federal, com os Senadores que aqui vieram, com seus familiares.

Portanto, eu apenas cumpro o dever de baiano de prestar esta homenagem, que é de minha iniciativa, prestar homenagem a Antonio Lomanto Júnior. Creio que é justa, como todos aqui falaram. Foi um homem que construiu uma vida de trabalho, de luta, ligado à sua família, ligado à crença religiosa de forma muito verdadeira, que foi um esposo maravilhoso, podia até dizer um exemplo puritano até na relação familiar, totalmente puritano. Eu nunca vi alguém dizer que Dr. Lomanto tinha dado um pulinho em alguma cerca pela história da Bahia. Jamais! (*Risos.*)

Esse exemplo é um exemplo importante que deveria ser seguido por todos os baianos e todos os que estão me ouvindo aqui agora. Então, o Dr. Lomanto deixou essa história de vida bonita.

E quem constrói uma história de vida dessa natureza, uma trajetória vitoriosa, que deixou tantos amigos e tantas saudades, eu posso dizer, com toda a convicção, com toda a firmeza de quem conheceu profundamente esse homem do sertão, esse grande baiano, esse bom baiano: Lomanto não morreu nem morrerá nunca, cessou de viver para continuar habitando o coração de todos os nossos baianos, todos os nossos amigos que aqui vieram e de outros tantos que vão ouvir e vão assistir a esta sessão, que não está sendo, agora, transmitida diretamente pela TV Senado, porque nós temos agora uma Comissão de Relações Exteriores, presidida pelo ex-Presidente Fernando Collor, mas todos os baianos vão ter oportunidade de saber que este homem que viveu na Bahia, que foi Governador, as novas gerações de políticos – que aqui estão muitos deputados estaduais e vereadores – haverão de tê-lo como exemplo, um exemplo de vida a ser seguido.

Eu olho muito, eu gosto muito da história e de ler a história, e a história é o que mais ensina os políticos. Eu conheço bem a história do meu País, a história toda da República, do Império, desde garoto, ainda na época lá, Leur, no interior da Bahia, não tinha os livros, mas tinha um sabonete chamado eucalol, e esse sabonete trazia umas estampas dentro que traziam a história de Roma e da Grécia. A partir daí, eu me apaixonei pela história de Roma, por toda a vida dos césares, conheço aquilo mais talvez que os italianos.

Recentemente eu li a biografia de um grande homem do mundo, um cidadão do mundo. Eu li, terminei no ano passado, no mês de junho, a biografia de Nelson Mandela. Foi o grande líder africano que, com a sua capacidade de unidade, pacificou o seu país. Nelson Mandela lutou na luta armada, foi preso 27 anos e deixou a prisão para perdoar os seus agressores, para pacificar a vida da África do Sul. Foi um pacificador: perdoou os brancos – que foram os seus oponentes – e uniu a África do Sul com negros e brancos e, a partir disso, o seu país começou a crescer.

Lomanto foi um grande pacificador, um grande executor da harmonia da vida pública da Bahia e, neste momento que o Brasil vive, o Brasil precisa de pacificadores.

Eu acredito que seria uma coisa que, se eu pudesse fazer agora, faria, até porque eu saía com esse livro da biografia ou alguém que tivesse feito a biografia de Lomanto ou com a biografia mesmo do Nelson Mandela, eu não mudaria o Fernando Henrique Cardoso, porque ele fez o prefácio do livro, mas daria um conselho ao atual Presidente Michel Temer, ao ex-Presidente Lula, aos Líderes do PSDB e a todos que comandam o Brasil hoje, que vive um momento muito grave, e diria: "Sigam o legado e a história de Lomanto: pacifiquem o Brasil! Sigam o legado de Nelson Mandela: pacifiquem o Brasil!" Porque este é um momento em que alguém só vai resolver os problemas brasileiros através da moderação. Se a solução do Brasil não vier de moderados, como Lomanto, não virá de exaltados.



Portanto, a presença de Lomanto agora, aqui no Senado, aqui no Brasil, serviria de exemplo para resolver as dificuldades sociais e econômicas do povo brasileiro e do Brasil.

Eu me miro muito na vida de Lomanto Júnior, e, na minha vida inteira, sempre que puder, dentro de um acordo ou de uma conversação, de uma pacificação que seja em benefício do povo, como ele escreveu ali: "servir e não ser servido", eu o farei, sem hesitar em nenhum momento, porque Antônio Lomanto Júnior deixou esse exemplo. E eu repito, não morreu, cessou de viver.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE)

– Antes de devolver a presidência dos trabalhos ao Senador Otto Alencar, eu registro a presença na nossa galeria dos alunos da Escola da Benção de São Sebastião, da classe de cerâmica, do Ensino Fundamental, aqui do Distrito Federal. Sejam todos bem-vindos.

(*O Sr. Fernando Bezerra Coelho deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Otto Alencar.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Quero registrar aqui a presença do Prefeito do Município de Igaporã, Sr. José Fagundes Netto; do Prefeito do Município de São Domingos, Izaque Rios da Costa Junior; além de outras autoridades e vereadores que aqui vieram. Agradecer ao Senador Fernando Bezerra, muito obrigado. Eu vi ali a sua inquietação em querer falar. Não acho que o Senador... Não iria cassar a sua palavra de jeito nenhum. Desde ontem, ele falava: "Você tem que me dar o direito de falar, porque eu quero agradecer ao Governador da Bahia os benefícios que o meu Estado recebeu."

Quero agradecer a presença de todos os familiares que aqui vieram, os Deputados Federais, Estaduais e dizer da minha alegria e também da minha emoção. Quando eu estava falando há pouco, faltou um pouquinho a palavra, porque eu tenho uma lembrança muito ligada ao sentimento de ter convivido com ele e hoje convivo com seus filhos, com o seu neto, Deputado Estadual Leur Lomanto Júnior, que eu espero possa fazer e seguir a carreira do seu avô, sempre crescer na política, porque reúne todas as virtudes e capacidades...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – O exemplo do pai e do avô, não há problema.

O Deputado José Rocha está aqui me soprando. Muito obrigado.

E eu quero encerrar esta sessão solene de homenagem a esse grande baiano e agradecer a presença de todos.

Espero que Deus possa nos guiar pelos melhores caminhos da vida baiana e da vida brasileira.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a sessão. (*Palmas.*)

(*Levanta-se a sessão às 10 horas e 40 minutos.*)



Ata da 57^a Sessão, Não Deliberativa,
em 4 de maio de 2017

3^a Sessão Legislativa Ordinária da 55^a Legislatura

Presidência dos Srs. Telmário Mota, Paulo Rocha e Elmano Férrer.

(Inicia-se a sessão às 11 horas e 1 minuto e encerra-se às 13 horas e 57 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*. (**Vide Parte II do sumário**)

Para uma comunicação inadiável, convido à tribuna o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria cumprimentar todos os que nos acompanham pela Rádio Senado e TV Senado, especialmente a população do Acre.

Sr. Presidente, colegas Senadores e Senadoras, eu venho à tribuna trazendo uma notícia da maior importância para o meu Estado. Há tempos, eu trabalho, faço requerimentos, faço reuniões, peço que as operadoras de telefonia, as operadoras que nos permitem acesso à internet no meu Estado possam dar uma maior atenção não só à capital, Rio Branco, mas a todos os 22 Municípios do Estado.

Ando muito no interior do Estado, visito os Municípios, e é um problema recorrente o pedido de jovens, de comerciantes, de empresários, de profissionais liberais, de cidadãos, querendo uma melhor qualidade na telefonia, mas também na internet. Tenho trabalhado com essa agenda, com esse tema, há tempos.

Estivemos com os amigos da prefeitura, com o Deputado Angelim, em São José dos Campos, visitando o programa Cidades Inteligentes, visitando e conhecendo o programa Escolas Conectadas. Tenho participado do maior evento que trata da evolução tecnológica na área da telecomunicação; tenho tido uma aproximação muito grande com o Dr. Juarez Quadros, Presidente da Anatel, e com o Conselheiro Aníbal Diniz.

E, dando sequência a esse trabalho, procurando dar uma melhor infraestrutura de telecomunicação ao Estado, já que sou Relator da revisão da política de banda larga na Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado, tenho trabalhado com esse tema. Graças a esse trabalho, eu posso trazer e anunciar medidas que acho da maior importância para o Estado do Acre.

Avançamos muito com a maior operadora presente no Estado, a Vivo, que atende cerca de 62% da população do Acre e está presente em 17 Municípios. Ela também tem 68% do mercado de telefonia móvel no Acre e recolhe 38 milhões de tributos de ICMS por ano.

Mas a boa notícia é que a maior operadora só tem 4G – uma internet mais rápida, com maior condição de transmissão de dados – em apenas dois Municípios: Rio Branco e Cruzeiro do Sul. Nós já estamos à véspera da entrada do 5G, que não é uma internet mais rápida, internet das coisas, que vai dar vazão a uma revolução tecnológica no mundo, com a inteligência artificial, e o Estado do Acre tem 4G em apenas dois Municípios: Rio Branco e Cruzeiro do Sul. Em 3G, nós só temos, obviamente, em Rio Branco e Cruzeiro do Sul, que têm a cobertura também de 4G, e em mais três Municípios.

(*Soa a campainha.*)



O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – E a ampla maioria dos Municípios, que são 12, com 2G. Estou me referindo à maior operadora de telefonia móvel do Estado.

A boa notícia que quero anunciar aqui da tribuna do Senado é que quero levar para a assinatura de um protocolo de entendimento de cooperação com o Prefeito Marcus Alexandre, com o Governador Tião Viana, a direção da Vivo e também a direção da Fundação Telefônica, que é a fundação da Vivo, para que se possa fazer uma grande mudança na internet do nosso Estado, com um investimento perto de R\$12 milhões da operadora Vivo. Isso é resultado de um trabalho. Estou pondo o meu mandato nessa causa que é da juventude, que é das escolas, dos postos de saúde, do bom serviço público,...

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – ... mas também de empresários, cidadãos e, obviamente, profissionais liberais.

O anúncio que estou fazendo aqui hoje vai ser transformado num protocolo de entendimento, de cooperação, que deverá ser assinado nos próximos dias pelo Governador Tião Viana, no seu gabinete, juntamente com o Prefeito Marcus Alexandre e os dirigentes da Vivo e da Fundação Telefônica. Mas já anuncio aqui que nós vamos ter Municípios com 4G. Agora serão sete, a partir deste ano: Brasileia, Epitaciolândia, Mâncio Lima, Senador Guiomard, Xapuri, Bujari e, claro, Rio Branco e Cruzeiro do Sul. Isso é muito importante. Tínhamos dois e vamos ter mais sete Municípios com 4G. E, Municípios com 3G, vamos ter, então: Brasileia, Epitaciolândia, Feijó, Sena Madureira, Tarauacá...

(Interrupção do som.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Serão, então, totalizando, 11 Municípios com a tecnologia 3G.

Essa é uma conquista fundamental, que será resultado do investimento de R\$12 milhões, que certamente vai ter a participação do Prefeito Marcus Alexandre, que está ampliando e fazendo investimento em fibra ótica, o Governador Tião Viana também está fazendo investimentos nesta área. Acho que, com isso, nós vamos fazer com que as outras operadoras possam dar o melhor tratamento, possam operar nos Municípios com melhor qualidade, maior velocidade e fazer com que o cidadão acriano possa ser tratado com a atenção e o respeito devido.

Quero dizer que, em Brasileia, Epitaciolândia e Xapuri, nesses novos Municípios e no Estado, a capacidade de transmissão será aumentada em dez vezes...

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – ... sairá de aproximadamente 20MB para 300MB.

Esse é um resultado de um trabalho que eu trago e anuncio aqui. Vou convidar o Deputado Leo, o Deputado Angelim, que são Deputados Federais que trabalham com esse tema. Estou fazendo uma ação também junto ao Sebrae para que possamos montar, com a Prefeitura de Rio Branco, um grande programa de estímulo à criação de empresas para jovens empreendedores, em uma cooperação



do Sebrae, do Governo do Estado, da Prefeitura de Rio Branco e, obviamente, das universidades e escolas.

Vamos intensificar o trabalho com as escolas conectadas com a Fundação Telefônica, que já tem um embrião tanto na Prefeitura como no Governo, e vamos ter um programa especial também desenvolvido em Xapuri e em outros Municípios, visando a criar oportunidades para jovens empreendedores...

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – ... fazendo uso dessas novas tecnologias.

Faço esse informe dizendo que o Programa Jovem Empreendedor, com as empresas *startups*, é uma das prioridades. Tenho conversado com o Prefeito Marcus Alexandre e não tenho dúvida de que isso vai fazer com que Rio Branco, o Acre passe a ser uma referência também nessa área.

Então, estou fazendo esse comunicado, Sr. Presidente, e vou organizar essa agenda em Rio Branco com o Governador Tião Viana, com o Prefeito Marcus Alexandre, com outros prefeitos, com o Sebrae, em que nós vamos ter a assinatura deste termo de cooperação, que vai garantir R\$12 milhões de investimentos através da Vivo, a maior operadora do Estado, que tem a maior cobertura, fazendo com que haja uma mudança, uma transformação muito importante, melhorando para o cidadão, mas criando possibilidades de nós termos as escolas conectadas como quer o Prefeito Marcus Alexandre.

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Com os centros de saúde e postos de saúde também informatizados, faremos com que o cidadão, que vai procurar um posto de saúde da Prefeitura, possa receber o resultado dos seus exames em casa, acessando a internet.

Então, essas são notícias que eu entendo fundamentais, resultado de um trabalho de meses que eu estou fazendo como Senador, com o meu mandato, junto à Anatel, junto às operadoras, e que agora vai se transformar num protocolo de cooperação e resultado de melhoria imediata, ainda neste ano, para os usuários de internet e clientes da Vivo em nosso Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR) – Senador Jorge, eu quero aqui parabenizar V. Ex^a, porque sei como é a luta e o sofrimento do nosso povo daquela região.

Nós ali temos uma carência enorme de comunicação aérea, terrestre e, agora, nas redes sociais, na internet principalmente.

V. Ex^a é, sem nenhuma dúvida, um guerreiro neste primeiro momento, sempre V. Ex^a está abraçando estas causas, tanto do transporte aéreo, quanto do terrestre, melhorando essa qualidade.

Eu quero parabenizá-lo, sei como é árduo isso e como é importante essa parceria entre Senador, Governador e Prefeito, que só leva benefícios para a população.

Sem nenhuma dúvida, hoje, num Estado como os nossos, V. Ex^a levar para lá uma qualidade de internet dessa vai melhorar em todos os sentidos, melhorar na área da saúde, da educação, do comércio, enfim, melhora a qualidade de trabalho para toda a sociedade.



Então, quero aqui parabenizar V. Ex^a e dizer que essa é uma luta nossa, mas ainda não tivemos a felicidade de vir aqui a esta Tribuna e fazer um anúncio desse tão importante para o nosso povo.

Mas quero parabenizar V. Ex^a.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu agradeço e quero dizer que realmente são investimentos de R\$12 milhões.

Eu quero agradecer muito ao Americo Mattar, que é Diretor-Presidente da Fundação Telefônica, pelo programa social que está levando junto, mas especialmente a toda a equipe do Dr. Eduardo Navarro, que é o Presidente da Vivo no Brasil, que, sensível ao pedido que fizemos, está garantido investimentos na ordem de R\$12 milhões para fazer uma mudança substancial na qualidade da internet, na capacidade de transmissão de dados, na oferta de um melhor serviço de telefonia móvel e de internet em 17 Municípios do meu Estado. E vou seguir trabalhando para que as outras operadoras possam fazer o mesmo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR) – Parabéns, Senador Jorge.

Então, continuando o nosso trabalho, o Senador Lindbergh, grande representante do Rio de Janeiro, que fez uma permuta com o Senador Dário Berger, será o nosso próximo orador.

Antes de o Senador Lindbergh ocupar a Tribuna, há um anúncio da Presidência.

A Presidência lembra às Senadoras e aos Senadores que o Senado Federal está convocado para uma sessão especial a realizar-se segunda-feira, dia 8, às 11h, destinada a celebrar a passagem do centésimo ano da Revolução Pernambucana de 1817, nos termos do Requerimento nº 110, de 2017, do Senador Humberto Costa e outros Senadores.

Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ.) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Telmário Mota, eu começo o discurso, Senador Telmário Mota, falando aqui sobre auto de resistência, projeto que surgiu de uma CPI sobre extermínio da juventude negra no Brasil. Eu fui o relator dessa CPI; e a Senadora Lídice, Presidente. E ontem esse projeto foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça.

Sr. Presidente, Sr^as Senadoras e Srs. Senadores, as pessoas que nos assistem pela TV Senado e que nos ouvem pela rádio Senado, todo ano cerca de 31 mil jovens, de 15 a 29 anos, são assassinados no nosso País. São cerca de 85 jovens mortos a cada dia, o equivalente à queda de quatro aviões comerciais a cada semana. Desses, aproximadamente 23 mil são jovens, negros, em sua grande maioria, moradores de nossas periferias. São 63 por dia, um a cada 23 minutos. Ao final desta sessão, ao menos 11 jovens terão sido mortos no Brasil. Essa é a triste realidade que nos chamou a atenção no relatório final da CPI do Assassinato de Jovens no ano passado.

No meu papel como Relator da CPI, tive o privilégio de, ao lado da Senadora Lídice da Mata, me reunir com diversos atores de organizações da sociedade civil, grupos de defesa da criança e do adolescente, gestores públicos, representantes de organismos internacionais, especialistas, juristas e mães de jovens assassinados, para discutir essa cruel realidade do nosso País. Ao todo, foram realizadas 29 reuniões, ao longo de sete meses, dos quais 21 foram audiências públicas externas e internas.



A partir de denúncias que essas mães trouxeram à CPI, constatou-se a necessidade de se assumir que o Estado brasileiro vem sistematicamente dizimando sua população jovem, em sua maioria negra e de origem pobre, como demonstramos no relatório final. O Poder Público não tem mais o direito de fugir ao tema. A CPI que investigou o assassinato de jovens no Brasil apurou que o verdadeiro massacre que vitima meninos e meninas se concentra na juventude negra, vítima principalmente da ação e inação do Estado brasileiro.

Procurou-se escutar essas mães, que no luto trouxeram elementos de convicção para as audiências, permitindo desvelar a prática desse movimento sistemático e cruel em curso de genocídio contra a população negra, pobre e jovem. Mesmo sentindo dor pela perda de seus filhos, elas não se calaram. Foram em busca de uma justiça, que teima em fugir de suas mãos. A ausência de respostas, o descaso das instituições, a manipulação de informações e fatos, tudo isso as desanima diariamente.

Mas elas lutam. Não lhes resta mais nada. Essas mulheres fundam movimentos, criam associações que congregam mães do País inteiro e buscam acesso a organismos internacionais. Essas mulheres se transformam em cidadãs indignadas. Passam a ter posicionamento fundamentado sobre temas importantes, como tráfico de drogas, política, racismo, sociedade e justiça.

O fio condutor dessa triste realidade foram elas que trouxeram. Suas falas são contextualizadas, trazem muita informação, carregam a dor e o cansaço de quem se sente lutando sozinha contra o aparato estatal, que reflete, na verdade, o espírito da desigualdade histórica no tratamento entre brancos e negros no País. Ao morrer, esses jovens se tornam ainda mais invisíveis do que quando estavam vivos.

As políticas de segurança pública no Brasil são marcadas por operações policiais repressivas nas favelas e áreas marginalizadas. A guerra às drogas, para combater o comércio de drogas ilícitas, especialmente nas favelas, e a ausência de regras claras para o uso de veículos blindados e de armas pesadas em áreas urbanas densamente povoadas elevam o risco de morte da população local. A polícia tem justificado recorrentemente o uso de força letal contra as pessoas, alegando suspeitas de envolvimento das vítimas com grupos criminosos.

O Instituto de Segurança Pública (ISP) do Rio de Janeiro divulgou, na semana passada, os dados da violência do Estado durante o mês de março de 2017. A rubrica "homicídio decorrente de oposição à intervenção policial" é a tradução para "auto de resistência", que, em outras palavras, significa pessoas mortas por policiais em serviço. O dado apresentado de 120 mortes no mês de março de 2017 significa praticamente o dobro em relação às 61 mortes em março de 2016, um aumento de mais de 96%.

Frequentemente, o discurso oficial culpa as vítimas, já estigmatizadas por uma cultura de racismo, discriminação e criminalização da pobreza. Parte significativa da sociedade brasileira legitima essas mortes. Expressões como "bandido bom é bandido morto" são corriqueiras, infelizmente, no Brasil.

O sistema de Justiça criminal perpetua essa situação, uma vez que raramente investiga abusos policiais. Ao descrever as mortes pela polícia em serviço como resultado de um confronto, as autoridades culpam a vítima por sua própria morte. Quando a polícia registra que a vítima teria ligações com grupos criminosos, a investigação procura justificar o testemunho do policial de que a morte ocorreu em legítima defesa.



Em um período de dez anos, de 2005 a 2014, foram registrados cerca de 8,5 mil casos de homicídios decorrentes de intervenção policial no Estado do Rio de Janeiro, 5,1 mil casos apenas na capital. O número de pessoas mortas pela polícia representa parcela significativa do total de homicídios. Em 2014, por exemplo, os homicídios praticados por policiais em serviço correspondem a 15% do número total de homicídios somente na cidade do Rio de Janeiro. Essa situação é ainda mais grave em outros Estados do País.

Nessa caminhada, fica evidente que as instituições do Estado têm se mostrado incapazes de lidar com essa temática. Apenas 8% dos homicídios dolosos são investigados com sucesso – 8%! –, enquanto o encarceramento cresce, tornando a nossa população penitenciária a quarta maior do mundo.

Além disso, temos a polícia que mais mata, mas também a que mais morre. O sistema está completamente errado. Aproximadamente seis pessoas são mortas diariamente pela polícia e cerca de 490 policiais – olhe que número! – foram assassinados no País apenas em 2013. Ou seja, essa política toda de guerra às drogas, estruturada como está, está matando a juventude negra e matando os policiais numa guerra insana, sem sentido algum.

A Anistia Internacional, em relatório publicado recentemente, nos mostra um número alarmante sobre a ausência de investigação adequada e de punição diante dos homicídios causados pela polícia. Ao checar o andamento de todas as 220 investigações de homicídios decorrentes de intervenção policial no ano de 2011 na cidade do Rio, descobriram que foi apresentada denúncia em apenas um caso. Em 220 investigações, só foi apresentada denúncia em um caso! Até abril de 2015, mais de três anos depois, 183 investigações seguiam em aberto.

Sr. Presidente, no dia de ontem, foi aprovado pela CCJ o PLS 239, de 2016, de autoria da CPI do Assassinato de Jovens, que acaba com o chamado "auto de resistência". O projeto objetiva alteração do Código de Processo Penal (arts. 161, 162, 164, 165, 169 e 292), para garantir que todos os homicídios cometidos no País, inclusive aqueles praticados por agentes de segurança pública no exercício de sua função, sejam registrados e investigados.

Os chamados "autos de resistência" ou "homicídio decorrente de oposição à intervenção policial" na engenhosa descrição da Secretaria de Segurança do Rio de Janeiro, tido como mecanismo legal que autoriza os agentes públicos e seus auxiliares a utilizarem os meios necessários para atuar contra pessoas que resistam à prisão em flagrante ou determinada por ordem judicial é, na verdade, uma distorção da prática cotidiana dos órgãos investigativos, que possibilita a classificação e o registro das mortes provocadas pelo uso da força policial, tanto no boletim de ocorrência quanto no inquérito policial, como "resistência" e não como homicídio, caso seja essa a versão dada pelos agentes envolvidos. Dessa forma, o homicídio ocorrido não é encaminhado ao órgão de polícia competente e não é devidamente noticiado ao Judiciário.

Senhores, eu não estou querendo dizer aqui que não há ação de policiais por legítima defesa. Há, sim, claro que há. O problema, Senador Telmário, lá no Rio, é que existem muitas execuções, às vezes e infelizmente, envolvendo policiais. A gente conhece vários casos. O problema é que com essa rubrica de auto de resistência, ele não é nem investigado. As pessoas não têm acesso à investigação mínima. Então, o que as mães pedem, o que as pessoas pedem é que em toda morte que existir no País, em todo assassinato, se abra uma investigação e aí cada um se defende. O problema é que parece que uma parte da população não tem direito algum e são sempre esses: os jovens negros,



moradores das favelas que são vitimados pela violência do tráfico, pela violência das milícias e, infelizmente, pela violência da polícia também que seja às vezes de um caveirão dando tiro para tudo o que é lado porque nas favelas tem venda de drogas, mas em Ipanema tem venda de drogas também, no Leblon tem. Eu não vi caveirão chegar dando tiro para tudo que é lado nas áreas ricas do Rio de Janeiro, mas com os pobres está acontecendo desse jeito. Então, esse é um projeto que eu considero muito importante.

O Professor Michel Misse, Coordenador do Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana da UFRJ afirma que somente 3,7% dos autos de resistência viram processos e destes, 90% são arquivados em menos de três anos.

Os projetos substituem os termos "autos de resistência" ou "resistência seguida de morte" por "lesão corporal decorrente de intervenção policial" e "morte decorrente de intervenção policial" e impõem a obrigatoriedade da preservação da cena do crime e da realização de perícia e coleta de provas imediatas. As perícias criminais devem ser feitas garantindo ao perito a possibilidade de elaborar laudos sem a interferência de terceiros. Também é definida a abertura de inquérito para apuração do caso, vetado o transporte de vítimas em confronto com agentes, que devem chamar socorro especializado.

Encarar o necessário fim dos autos de resistência é um debate civilizatório, que inclui pensar o papel das instituições e das políticas públicas no Brasil na área de segurança.

O drama da violência não pode somente ser pautado quando é cometida por cidadãos. É preciso pensar na violência que é praticada pelo próprio Estado e que, em regra, termina legitimada como resposta ao crime. É hora de o Parlamento encarar esse debate de frente e aprovar o projeto do fim dos autos de resistência, entendendo que a lei por si só não terá o condão de modificar as práticas que levam a tantas vidas tiradas. Para tanto, é necessário que os operadores do Direito mudem suas posturas para dar à norma efetividade, e alterar os números dessa vergonhosa estatística. Para concluir, peço o apoio dos nobres Senadores e Senadoras para que aprovem esse projeto.

Ontem, conversei com o Senador Cássio Cunha Lima, que estava presidindo a sessão. Há uma disposição de, na reunião de Líderes na terça-feira, pautar esse assunto para a próxima terça-feira. Mas, Senador Telmário...

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR) – Senador Lindbergh, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR) – Eu quero, primeiro, parabenizar V. Ex^a por este pronunciamento oportuno, porque estamos vivendo, na verdade, um momento delicado de violência, quase que incontrolável. Até digo que o Estado brasileiro perdeu o controle da violência e caminha para perder o controle de outros assuntos importantes do cenário nacional. A violência que toma conta hoje, e V. Ex^a trouxe os números – testemunhei isso, porque também fui membro dessa CPI que foi conduzida com muita responsabilidade, com a presença de pessoas que deram depoimentos que realmente fortalecem o projeto de V. Ex^a. E, nessa CPI, dei início a dois projetos: o PLS nº 40, de 2016, que está na CCJ, que institui o Plano Nacional de Enfrentamento ao Homicídio da Juventude, que V. Ex^a colocou, e também o PLS nº 239, de 2016, que já foi aprovado na CCJ, está aqui no plenário para ser votado até com requerimento de urgência



da Senadora Lídice da Mata, o qual obriga a autópsia no caso de morte violenta, o que cai no que V. Ex^a falou.

Então, o que acontece hoje na sociedade brasileira? Quando veio a Lei do Abuso de Autoridade, eu votei contra porque não era o momento oportuno. Esse grito, de que as autoridades estão com violência, só está acontecendo porque chegou ao colo dos poderosos, mas os humildes vivem isso, lamentavelmente, diariamente. Vivem pela Promotoria, pela Justiça, pelos delegados, pela polícia, por todos os cantos. Diariamente, eles são vítimas dessa violência, desse abuso de autoridade. Infelizmente, hoje, dada a questão da Lava Jato, que chegou ao colo, ao bigode de muitos poderosos, todo mundo gritou "epa" e tentaram criar a Lei do Abuso de Autoridade, que tem endereço certo, tem CPF, que é a Operação Lava Jato. Considerando isso, eu não aprovei. Mas, lamentavelmente, o Brasil precisa sim dessa correção. Dentro do que V. Ex^a também colocou aqui, essa violência urbana, essa guerra civil que nós temos, – e V. Ex^a mostrou números assustadores, verdadeiros – que está implantada na área urbana, hoje caminha a galope para a área rural. Basta ver o que aconteceu no Mato Grosso, onde ocorreu uma chacina agora.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – No Maranhão, com os índios, agora.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR) – No Maranhão, o que aconteceu com os índios foi outro absurdo! E o pior, a impunidade; e o pior, delegados no meio; e o pior, políticos no meio; e o pior, grandes latifundiários no meio.

Então, o Estado brasileiro, e eu queria aqui colocar para o Presidente da República – viu, Presidente –, se é de estar mexendo na reforma trabalhista, se é de estar mexendo na previdência, se é de estar mexendo na área terceirizada, vamos atacar o que está acontecendo de grave no Brasil. Essa onda de criminalidade, o Brasil perdeu o controle. Essa é a prioridade.

Eu vou daqui a pouco falar – e vou ter oportunidade de ir aí –, sobre a Conab, que tem um trabalho social maravilhoso. Eu vou mostrar os números. Hoje ela foi totalmente esvaziada. Desidrataram para poder negociar, desidrataram para poder levar recursos para inclusive muitos políticos que querem se livrar da cadeia.

Então o Brasil está nesse sentido.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR) – Então, eu quero aqui parabenizar V. Ex^a por essa oportuna colocação.

Esse projeto, sem nenhuma dúvida, nasceu de uma necessidade de uma CPI que foi conduzida com muita responsabilidade, de forma muito séria, pela Presidência da Senadora Lídice da Mata e a relatoria de V. Ex^a.

Eu convido V. Ex^a para assumir a Presidência.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Senador, eu ainda não acabei.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR) – Não acabou?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Desculpe! Nós estamos aqui...



O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR) – V. Ex^a, que está nesta tribuna, traz assuntos tão importantes que empolga a todos.

V. Ex^a continua com a palavra.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Obrigado, Senador.

Eu pediria só mais uns minutos para concluir, só vou fazer uma análise.

Primeiro, quero dizer que estou muito preocupado com o meu Estado, o Rio de Janeiro. Nessa semana, o Rio estava numa situação de convulsão social. Sabe, nove ônibus incendiados, a população assustada. E quando olho para a situação do Rio de Janeiro, e fico vendo as saídas que estão oferecendo, eu fico mais preocupado ainda, porque a saída é mais arroxo, mais austeridade, e só vai piorar a situação.

O que o Governo Federal está fazendo agora, uma renegociação com os Estados brasileiros, é uma maldade com os funcionários públicos. Eles querem aumentar a contribuição previdenciária de 11% para 14%; querem obrigar a privatizar tudo.

Lá no meu Estado a Cedae é lucrativa. A Cemig, em Minas Gerais, é lucrativa. Eles estão aproveitando uma renegociação com os Estados para impor uma certa visão ideológica. E para o Rio sair dessa crise, Senador Telmário, não tem jeito, a economia tem que crescer, tem que ter uma política completamente diferente dessa elaborada pelo Temer.

No Rio, é fundamental o petróleo. A indústria do Rio está localizada em óleo e gás, e a Petrobras parou de investir. Nós tínhamos 1,9% do PIB de investimentos há dois anos; hoje, temos 0,86%.

Para piorar, o que esse Governo faz? Acaba com a política de conteúdo nacional, que foi aquilo que o Lula fez, junto com a Dilma, que permitiu a gente fazer navio, plataforma, sonda. Tem todo um setor industrial. No Rio de Janeiro, as maiores empresas, Senador Telmário, são ligadas a essa área.

Eu agora tomo um susto porque vi hoje no jornal *Folha de S.Paulo*, Senador Humberto: "Pré-sal terá leilões no regime de concessão." Estão querendo largar a partilha. Isso aqui é tirar a Petrobras do filé-mignon do pré-sal, Senador Heráclito Fortes. É tirar a Petrobras do filé-mignon, volto a dizer.

Esse aqui é um escândalo. Nós vamos entrar com todos os pedidos de esclarecimento sobre isso. Tem uma regra no País, é necessário que seja pelo sistema de partilha. Mas nos preocupa muito, estão entregando o nosso pré-sal a preço de banana. Estão entregando tudo. É venda de terra a estrangeiro... Eu nunca vi. Esse Governo é o que o Temer diz: "tem que entregar tudo que for possível". O motivo do golpe foi esse.

Eu quero dizer que os jornais hoje colocaram em suas manchetes: "Reforma da Previdência é aprovada na Comissão". Estão falando como se fosse uma resposta à greve geral de sexta-feira passada, porque eles tomaram um susto. Só que eles sabem que não existe maioria para aprovar no Plenário. Aqui, nessa Comissão, eles tiveram que trocar Deputados, teve toda uma negociação envolvendo aquilo lá, mas não passa. Eu digo ao povo brasileiro: continuemos nas ruas, porque nós vamos derrotar essa reforma da Previdência criminosa.



Senador Telmário, eles dizem que o problema do País é o problema das contas públicas, das finanças, da dívida pública. Eu acho que o problema do País, central, é falta de crescimento. A gente tem que ter uma estratégia para esse País crescer.

Mas vamos falar da lógica deles. Se eles dizem que o problema são as contas públicas, eu pergunto: qual a medida que eles fizeram para os mais ricos, para o andar de cima, para os multimilionários, para os banqueiros? Zero, nada – nada –, não tem uma medida. É tudo em cima do mais pobre. Aí, querem mexer no Benefício de Prestação Continuada, que quem recebe sabem quem é? Pessoa com deficiência, idoso acima de 65 anos, que tem uma renda familiar inferior a um quarto de salário mínimo, pessoas muito pobres.

Aí, o Temer se aposenta com 55 e quer que o povo brasileiro se aposente com 65 anos agora.

Eu finalizo, Senador Telmário, falando do crime desse programa, dessa reforma trabalhista. Eu estou cada vez mais impressionado com que o que eles estão tendo coragem de fazer. Nós aqui definimos, a Presidência do Senado, que vai passar por três Comissões: começa pela CAE, depois, vai para a CCJ, depois, vai para a CAS. A nossa Líder, Senadora Gleisi, pediu que fosse à Comissão de Direitos Humanos. Eu acho que ela estava certa, porque isso aqui é direitos humanos.

Você, por exemplo, acabar com uma hora de almoço? Porque isso está acabando, está caindo para meia hora.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR) – Insalubridade. Direitos humanos.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Pois é, insalubridade! E mulheres grávidas! Mulheres grávidas!

Olha, o Senador Humberto Costa, que está aqui e vai falar daqui a pouco, fez um pronunciamento nesta semana falando dos barracões, porque eles estão querendo fazer uma reforma trabalhista dirigida ao trabalhador rural, e eu estou falando isso aqui todo dia. Eu estou repetindo, porque é impressionante e as pessoas têm que ter a dimensão do tamanho do absurdo que está acontecendo no Brasil, do tamanho do retrocesso.

Todo dia eu estou falando isso aqui, Senador Humberto, e eu vou falar de novo, o Senador Humberto Costa chamou de barracões. Olha só a proposta do Deputado do PSDB – PSDB, esse partido moderno, ouviu, pessoal? –, Nilson Leitão: a proposta permite que empresas, para o trabalhador rural, não paguem mais seus funcionários com salário, mas mediante remuneração de qualquer espécie, o que pode ser simplesmente fornecer moradia e alimentação. Isso é regime de servidão.

O Senador Humberto Costa falava do Nordeste, dos barracões. Eu citei aqui a Tizuka Yamasaki, o filme a que eu assisti há muito tempo, Gaijin, sobre imigrantes que vinham para o Brasil, no caso, japoneses, que ficavam aprisionados. Eles compravam na venda e estavam sempre devendo. Eles estavam sempre devendo ao empregador.

Então, é essa proposta aqui.

Mas continua, Senador Humberto.

Além disso, diz o seguinte: "Também aumentar para até 12 horas a jornada diária, por motivos de força maior. Substituir o repouso semanal dos funcionários por um período contínuo com até 18 dias de trabalhos seguidos".

Ou seja, o repouso semanal. Todo mundo tem que parar aos domingos.



Eles estão querendo acabar com isso.

Vou encerrar essa parte, citando...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) –

Olha só, Senador Telmário: "A jornada também poderá ser ampliada em até 12 horas diárias, mesmo sem interrupção, por motivo de força maior, causas accidentais ou ainda para atender a realização ou conclusão de serviços inadiáveis".

O trabalho aos domingos e feriados, que hoje é limitado pelo Ministério do Trabalho, estará totalmente liberado.

Eu não consigo entender como eles têm coragem de passar uma coisa como essa, aprovar um projeto como esse.

Na verdade, esse golpe foi feito para isso. No processo do *impeachment*, em determinado momento, eu disse que esse era um golpe de classe, um golpe dado pela burguesia brasileira em aliança com esses setores de oligarquias rurais atrasadas do País, porque, no momento de crise econômica, a saída deles era o quê? Aumentar a sua margem de lucros superexplorando...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – ...os trabalhadores brasileiros.

Vai ter resistência.

Estou convencido de que a reforma da Previdência e a reforma trabalhista não passam. A reforma trabalhista não vai passar aqui no Senado. Vamos fazer uma verdadeira guerrilha regimental, uma batalha, discutindo ponto a ponto, debatendo com a sociedade civil.

Ontem tivemos uma importante reunião das centrais sindicais na Liderança do PMDB, com o Senador Renan Calheiros, com outros Senadores do PMDB. E a gente sente que o clima aqui na Casa não é como na Câmara dos Deputados.

Volto a dizer, o projeto de terceirização, Senador Telmário, foi aprovado há mais de um ano. Eduardo Cunha era Presidente. Chegou aqui, e a coisa ainda está em discussão, porque o Senador Paulo Paim, que é o Relator, está mostrando que um trabalhador terceirizado recebe em média 24% a menos do que outro trabalhador que faz a mesma função. Trabalha mais, tem menos direitos.

Então, eu tenho muita esperança de que esse Senado Federal derrote essas reformas. E não adianta o Governo fazer festa na imprensa...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – ...dizendo que aprovou a reforma da Previdência na Comissão, porque todos nós sabemos que essa reforma da Previdência não vai ser aprovada no Plenário da Câmara dos Deputados.

Os que fizeram a greve geral vitoriosa – 40 milhões de brasileiros que pararam – já começam, Senador Paulo Rocha, Senador Donizeti, a construir uma caminhada para Brasília, uma grande marcha aqui em Brasília para impedir que essas reformas antipovo sejam aprovadas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR) – Senador Lindbergh, por favor assuma a Presidência, porque agora é minha hora de ocupar a tribuna.

(*O Sr. Telmário Mota deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Rocha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Dando prosseguimento à sessão de debates, tem a palavra o Senador Telmário Mota, do PTB de Roraima, grande Estado, progressista e desenvolvido.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Senador Paulo. É uma honra vir a esta tribuna enquanto V. Ex^a ocupa a Presidência desta Casa.

Quero aqui, Sr. Presidente, hoje, lamentavelmente, na mesma linha do Senador Lindbergh, falar sobre o monstruoso ataque contra os indígenas no Maranhão. É inconcebível, em pelo século em que nos encontramos, no ano de 2017, ainda estarmos demarcando as terras dos povos indígenas. São 471 terras que estão ainda em litígio. Dessas, só 3% foram demarcadas. E a grande demarcação aconteceu exatamente no meu Estado. O meu Estado, hoje, eu acho que tem, fora o Xingu, as áreas maiores demarcadas, das terras Yanomami, Raposa Serra do Sol, a área de São Marcos e várias outras ali demarcadas. Então, nosso Estado já compensou, de forma justa, aqueles que são os originários do nosso País.

Agora, os outros Estados criam dificuldades. E mais grave, o Governo brasileiro lamentavelmente desidratou, esvaziou a Funai, Fundação Nacional do Índio. Temos um projeto na CDH propondo a mudança para Fundação Nacional dos Povos Indígenas, porque assim eles são conhecidos.

A lentidão da Justiça, as forças ocultas, como dizia Jânio Quadros, que são a força do poder econômico, do capitalismo, atrapalham sobremaneira e deixam a Justiça, sobretudo, muito lenta nessa definição. O resultado foi exatamente o que nós vimos agora no Maranhão, uma verdadeira barbaridade, uma chacina, com muita crueldade, em que deceparam órgãos dos povos indígenas.

Então, fica aqui o meu grande protesto. Não admito isso. É um absurdo.

Uma coisa é interessante: nós nunca vimos os povos indígenas pedindo para ir para a área urbana. Pelo contrário, eles querem ficar ali nas suas terras, Sr. Presidente, de forma sustentável. Os povos indígenas podem ser incluídos no processo econômico deste País. Eles podem ter o tratamento que têm hoje os assentados da agricultura. Não! Da mesma forma, não, porque os assentados da agricultura familiar estão a ver navios, estão abandonados.

Então, são necessárias políticas efetivas, verdadeiras, que oportunizem aos povos indígenas a entrada no mercado de produção de forma sustentável, porque vivem hoje na penúria, de esmola, de favores, do subemprego e muitas vezes no lixão, como eu vejo hoje na capital do meu Estado. Lá não existem políticas públicas para inclusão. Existe política pública para maquiagem. Parece que a minha cidade de Boa Vista é uma cidade da maquiagem.

Parece que a minha Cidade de Boa Vista é uma cidade da maquiagem.

Portanto, Sr. Presidente, vivemos um momento delicado, com violência imperando cada vez mais. Quando o Estado ataca o seu povo indefeso é porque está quase perdendo o controle da situação.



Acabei de dizer ainda agora que o Estado brasileiro perdeu o controle da violência na área urbana e está perdendo esse controle também na área rural, ou seja, de um modo geral, o Estado brasileiro está perdendo para a violência em todos os seus estágios, em todas as situações.

Dezenas de fazendeiros e jagunços atacaram um grupo indígena de etnia Gamela, decepando mãos com golpes de facão e ferindo a bala um número desconhecido de índios. Uma hora, o Cimi dá um resultado; outra hora, o Governo do Maranhão dá outro resultado, de ordem que nós não sabemos com precisão a quantidade de pessoas que realmente foram atingidas.

Voltamos aos tempos coloniais dos genocídios indígenas. Vários indígenas foram feridos a golpes de facão e paulada quando se retiravam da área do povoado Bahias, no Maranhão.

No momento do ataque, de acordo com os Gamela, a Polícia Militar já estava no local e não interveio. Diz um delegado: "Tem uma questão aqui, porque eles [os Gamela] não são aceitos pela população local como sendo indígenas. Tem uma grande questão aqui sobre isso. Eu mesmo não sei se eles são indígenas ou não."

É o que diz o delegado. Aquela autoridade máxima que está ali para garantir a lei brasileira, para garantir a integridade da população, diz que não sabe se aquele povo é indígena ou não, como se, não sendo indígenas, não merecessem o cuidado da Justiça. É um absurdo! É absurdo um delegado fazer uma declaração dessas! É lamentável! Não podemos concordar jamais com a posição de uma autoridade com tanta... com uma fala dessa, não é? Omissio, lamentavelmente!

Deputado da bancada da bala incitou o ataque. Foi apontado como incitador do massacre o Deputado Federal Aluísio Guimarães Mendes Filho, do PTN do Maranhão, membro ativo da bancada da bala no Congresso. Ele falou à Rádio Maracu, atiçando os ânimos contra os indígenas. O Deputado foi assessor do Senador José Sarney e Secretário de Segurança Pública na última gestão do Governo de Roseana Sarney no Maranhão.

Então, veja você. Como ex-Secretário que deveria primar pela vida, zelar pela vida, Deputado Federal aqui representando o seu povo, ele vai à rádio e coloca gasolina nessa fogueira, para culminar com essa tragédia, que foi o ataque covarde aos povos indígenas do Maranhão.

Sr. Presidente, nessa mesma linha, eu quero, hoje, fazer um protesto contra a diminuição de recursos para a agricultura familiar.

Sr. Presidente, Sr^as Senadoras, Srs. Senadores, ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado, agricultores de Roraima, Senador Donizeti, do nosso querido Tocantins, Estado que nasceu junto com o Estado de Roraima, quero protestar contra a diminuição dos recursos da Conab para aquisição de produtos produzidos pela agricultura familiar.

Vejamos alguns dados que revelam a diminuição de valores que seriam aplicados pela Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário e pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário na aquisição com relação ao pequeno agricultor familiar, nos últimos quatro anos do Plano Anual.

Veja este quadro: Ministério da Agricultura, menos 12%; programas de pesca e aquicultura, redução de 68%; agropecuária sustentável, menos 68%; defesa agropecuária, menos 32%. Tiveram queda acentuadíssima.

No Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, 7,7%. Redução acentuada do programa de fortalecimento e dinamização da agricultura familiar, menos 47%, e no Programa de Aquisição de Alimentos, que é o PAA, menos 38%.



Na Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, 14,2%. A previsão de orçamento para 2017 representa uma redução de 37% em relação à dotação de 2016.

Presidente Paulo, eu chamo a atenção disso, porque é muito importante.

Senador Acir Gurgacz, do meu querido Estado de Rondônia, em 2012, o Programa de Aquisição de Alimentos da Conab tinha, para a Região Norte, a nossa região, 36.045 milhões. Em 2016, o programa tinha apenas 77%, 27.873 milhões. Em 2012, esse programa tinha, para a agricultura familiar de Roraima, o meu Estado, 2.625 milhões. Em 2016, tinha apenas 71% desse valor, ou seja, 1.888 milhão.

Ora, essa redução é extremamente sensível, drástica. Ela jamais pode acontecer. Esse dinheiro, em 2012, beneficiou 661 agricultores familiares. Em 2016, o programa da Conab teve os recursos diminuídos e beneficiou apenas um terço dos agricultores, 234.

Sr. Presidente, Senador Paulo, sou economista, auditor de contas e, principalmente, sou de origem pobre e sei muito bem quando o dinheiro começa a sumir. Senador Acir Gurgacz, as consequências não são nada boas para os mais pobres, e V. Ex^a sabe disso no Estado de Rondônia, que tem muita semelhança com o Estado de Roraima.

Com o sumiço do dinheiro para o pequeno agricultor, some também o dinheiro que circula nas pequenas cidades, e Roraima, que é um Estado pobre, sucateado pelos ladrões, precisa mais do que nunca desse recurso para ter um desenvolvimento socioeconômico.

Sr. Presidente, o meu Estado é pobre, porque as aves de rapina que estão no poder há mais de 20 anos nada fizeram para tirar Roraima do contracheque. Ao contrário, o nosso Estado era, quando território, o maior exportador de gado bovino, de madeira e de minério. Hoje Rondônia passa das 20 milhões de cabeças de gado, exporta para a Venezuela e Roraima não chega a um milhão, porque as aves de rapina, os corruptos que administraram muito tempo nosso Estado, não se preocuparam com o nosso povo.

Aliás, a ave mor disse que vai sair do "zap-zap", porque não tem mais sossego. Imagina, Senador do meu Estado disse que vai sair do WhatsApp, porque não tem mais sossego, porque estão cobrando dele procedimentos republicanos.

Na verdade, o dinheiro que chega ao homem do campo gira em toda a cidade. Ele compra do pequeno armazém, que compra de outro pequeno comerciante, e isso faz com que toda a cidade seja beneficiada. Se tirar os recursos da agricultura familiar, toda a cidade perde, o Estado perde. Agora virou moda, todo mundo quer bater no pequeno agricultor.

Segundo a reforma da previdência – que vamos votar contra, penso assim –, o homem do campo só poderá se aposentar com 60 anos de idade e 20 anos de contribuição. Agora vem a diminuição dos recursos para ele tocar o próprio negócio, para que ele sobreviva com um mínimo de dignidade. Uma pergunta que quero fazer a alguém neste plenário, ou a quem estiver nos ouvindo, me responda: e o rico entra com quê? O que vai ser exigido dele para aliviar os rombos da Previdência? Ao contrário, ontem, nos primeiros dados dos maiores devedores, tinha lá uma empresa com dois bilhões da qual o Sr. Meirelles foi membro. Então, isso me assusta. Onde foi mexido na aposentadoria deles? Como disse o ex-Ministro Delfim Netto – que também não tem muita autoridade para isso: "A parte que mais dói no corpo humano é o bolso". Bom, disso ele conhece bem, porque ele tirou muito dos pobres, então, ele tem autoridade, sim.



Por que tem que doer apenas no bolso do pequeno trabalhador? Por que não pode doer no bolso do grande? Portanto, eu queria aqui mandar um recado para o Presidente Temer: Presidente, não há sintonia entre o seu Governo e a população brasileira. Um governo tem que trabalhar sintonizado com a população brasileira. Eu fico triste em ver, por exemplo, o Unibanco com o Itaú se unificando e tendo proposta de isenções, de anistia de dívida, fabulosas; e a Conab, que tem um trabalho bom, maravilhoso, que coloca o homem do campo na produção, que dá dignidade ao homem do campo, que oportuniza o homem do campo, estar esvaziada, Sr. Presidente. Imaginem, ela tinha para este ano uma previsão de quase 200 milhões, reduziram para 100 milhões!

Sr. Presidente, eu já lhe mostrei esses números. Só para o meu Estado, para livrar um Senador da cadeia, o Estado brasileiro está mandando para lá mais de R\$200 milhões. E, para os pobres do Brasil inteiro, para os agricultores do Brasil inteiro, o Governo Federal está mandando apenas R\$100 milhões. Isso é um absurdo com o qual não posso concordar.

Eu não vim para cá pelas mãos dos poderosos, eu não vim para este Senado pelas mãos dos banqueiros, pelas mãos dos empresários, pelas mãos dos políticos; eu vim pelas mãos dos pobres. E esses eu tenho que defender; esses é que tocam este País. É a agricultura familiar que coloca na mesa 60% dos nossos alimentos e que emprega um percentual nesse mesmo patamar.

A agricultura familiar é que garante a produção no nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Concluiu o nobre Senador Telmário Mota.

Dando prosseguimento, tem a palavra, como Líder da Minoria, o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^as Senadoras, telespectadores da TV Senado, ouvintes que nos acompanham pela Rádio Senado, internautas que nos seguem nas redes sociais, ontem foi aprovado, na comissão especial da Câmara dos Deputados, o relatório do Deputado Arthur Maia, da Bahia, sobre a reforma da previdência: 23 a 14. E, como disse aqui muito bem o Senador Lindbergh Farias, na verdade, esse resultado é muito enganoso, porque vários Parlamentares foram substituídos para que pudesse se formar essa maioria. Outros foram convencidos a mudar a sua posição e votar por essa proposta.

O que se comenta – especialmente os Parlamentares que participaram da comissão e aqueles Deputados mais informados – é que houve uma negociação escandalosa – escandalosa – de verbas públicas, emendas parlamentares e cargos, para que os Parlamentares pudessem aprovar essa medida. Muitos Deputados venderam os seus votos. Lamentável a coragem, nos tempos atuais, de entrar numa jaula de um leão e chamar de meu gatinho, porque, na medida em que as coisas estão, praticar explicitamente a venda de votos, se submeter à pressão do Governo é, de fato, algo para que se precisa de muita coragem.

Os que não quiseram vender, os que se recusaram a participar dessa negociação estão agora sofrendo retaliações. Seus aliados estão sendo exonerados, suas emendas parlamentares estão sendo bloqueadas e, como tal, dá o Governo assim uma demonstração do que pretende fazer quando essa reforma chegar ao Plenário da Câmara.

O Congresso Nacional foi transformado numa banca de feira, onde se negocia, à luz do dia, todo tipo de ilicitude para ter os votos, para garantir essa reforma, que, na verdade, vem para cobrar dos mais pobres o desequilíbrio das contas da Previdência Social. Os direitos dos trabalhadores e das



trabalhadoras são trocados por vantagens que são oferecidas a Deputados e, certamente, se essa reforma chegar até aqui, também a Senadores.

É uma reforma injusta, uma reforma cujo único objetivo é jogar, nas costas dos mais pobres, o déficit histórico da Previdência, que acontece não por conta de quem ganha salário mínimo, não por conta de quem recebe benefícios assistenciais, mas por conta dos grandes salários, por conta das aposentadorias integrais no serviço público.

Vimos agora, nesta semana, lamentavelmente, o Supremo Tribunal Federal, que todos nós respeitamos, tomar a decisão de que o teto constitucional de salários pode ser quebrado se houver dois vínculos por parte do servidor público. É isso que gera situações de aposentadorias nababescas, é isso que gera desequilíbrio. Ninguém pode se aposentar integralmente se não contribui integralmente.

E aí a conta vai para as mulheres, que vão ter que trabalhar mais. Elas vão ter que trabalhar, pelo menos, 62 anos. Elas só poderão se aposentar aos 62 anos de idade e os homens aos 65 anos de idade, com a exigência de 25 anos de contribuição. Ou seja, são os mais pobres, são os trabalhadores de salário mínimo, são aqueles que estão em profissões menos qualificadas que vão pagar o preço dessa mudança na Previdência Social.

Aposentadoria e pensão só podem ser acumuladas até o valor de dois salários mínimos também, o que é um verdadeiro absurdo. Apesar de terem contribuído para ter direito a isso, o aposentado que morre, a aposentada que passa a receber a pensão daquele aposentado que faleceu, agora pela metade, portanto, também não pode ultrapassar o teto de dois salários mínimos. Mas o teto de R\$39 mil, aí sim, no serviço público pode.

Então, essa é uma proposta da previdência que, inclusive, nas suas regras de transição ou nas novas regras, beneficia as pessoas de maior renda, as mulheres de maior renda. As mulheres de maior renda terão que completar 62 anos e contribuir 25 anos, enquanto as mais pobres começam a trabalhar muito mais cedo, trabalham muito mais do que 25 anos e, muitas vezes, por passarem boa parte do tempo no subemprego ou desempregadas, têm a maior dificuldade de provar uma contribuição de 25 anos.

Os trabalhadores rurais conseguiram ao menos impedir que o tempo de contribuição para se aposentar chegasse aos 25 anos, no entanto, serão obrigados agora a contribuir mensalmente, quando nós sabemos que a agricultura é uma atividade, em muitas situações, sazonal.

E mais: tudo indica que eles recuaram agora de cobrar 25 anos de contribuição do trabalhador rural porque já estão pensando nessa proposta da volta da servidão. Esse projeto do Deputado do PSDB – vou dizer aqui bem claro: PSDB! PSDB! –, que faz discurso de partido moderno, mas que é defensor das injustiças sociais históricas que existem no Brasil, esse Deputado Nilson Leitão, que foi, inclusive, elogiado por Sérgio Moro lá no evento no Estado do Mato Grosso, apresentou uma proposta de reforma trabalhista para os trabalhadores rurais em que o salário pode ser pago com comida, com moradia.

Eu disse, aqui, nesta semana: estamos voltando ao tempo do barracão nas usinas. O usineiro contratava um cidadão que tinha ali uma espécie de quitanda, um minissupermercado, e o trabalhador era obrigado a comprar ali, por preços aviltantes...

(Soa a campainha.)



O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ...comprometendo o seu salário. Talvez tenha sido por isso que eles, agora na reforma da previdência, pelo menos recuaram nisso, no que diz respeito ao trabalhador rural, porque vem coisa muito pior para lá, para eles.

A regra de transição criada também cria novos obstáculos aos brasileiros para que possam se aposentar. A regra de cálculo estipulada reduz em todas as situações o valor dos benefícios e aumenta o tempo de contribuição, ou seja, o povo brasileiro vai trabalhar mais para receber menos. No caso dos trabalhadores rurais, a idade mínima para os homens sobe para 60 anos e, para as mulheres, para 57, numa demonstração de extrema perversidade do Governo com trabalhadores de vida absolutamente dura.

(*Soa a campainha.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – V. Ex^a, que é lá do Pará, que é da Região Norte, sabe que uma mulher de 57 anos, que passou a vida trabalhando no campo, tem uma idade real de muito mais do que 57 anos.

Ouço, se V. Ex^a permite, um aparte do Senador Lindbergh Farias, para que eu possa, com a tolerância de V. Ex^a, em mais alguns minutos, terminar a minha palavra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Um minuto de aparte.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – V. Ex^a está muito rigoroso.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Nós estamos aqui com tão pouco Senadores no dia de hoje... Eu só queria cumprimentar o Senador Humberto Costa pela contundência do pronunciamento e falar, Senador Humberto, que o que me revolta em tudo isso é que é um ajuste todo em cima do povo pobre, dos mais pobres, dos trabalhadores. Você mexer em benefício de prestação continuada? A pessoa que ganha um salário mínimo, pessoa muito pobre, idoso acima de 65, eles querem elevar a idade, que têm uma renda inferior a um quarto de salário mínimo, deficientes... Então, é um pacote de maldades, é um ajuste. Eu sempre repito isso: eu acho que a gente está com uma estratégia completamente errada no País, dá pena de ver o que está acontecendo com o Brasil. No meio de uma crise econômica como essa, uma recessão de 8%, só se fala em austeridade, em ajuste, o que piora a situação da economia; nós devíamos estar falando de crescimento. Mas eu digo sempre, na lógica deles, se o grande problema do País é o problema fiscal, cadê a medida para o andar de cima? Cadê a medida para os ricos? Nada. Não tem nada. Pelo contrário, refinanciamentos agora de todo tipo no setor rural... Então, é um escândalo o que a gente está vivendo no País. Eu acho que esse pessoal está subestimando o sentimento do povo brasileiro. Nas últimas pesquisas, Instituto Ipsos, 4% só aprovam o Temer, 92% diz que o Brasil está no rumo errado. Eles não estão querendo escutar o que veio da greve geral. Foram 40 milhões de trabalhadores que pararam. Senador Humberto, a gente tentou fazer muita greve geral, nesse último período. A última grande tinha sido em 1988. E sabe por que a gente não conseguiu? Porque as pessoas não estavam tão envolvidas. Você tentava parar transporte, não conseguia, as assembleias dos sindicatos não eram exitosas, e as pessoas furavam e iam para o trabalho. Dessa vez há um convencimento. Aí o que eu vejo? Depois de uma greve geral como essa,



eles precisam dar uma resposta ao mercado, não é resposta ao povo. O correto seria olhar e discutir: vamos ver aqui... Não, então, anunciam hoje nos jornais: Aprovada a reforma da previdência. Tudo trabalhando com as expectativas do mercado, quando eles sabem que eles não têm voto para aprovar no Plenário da Câmara Federal. Essa reforma da previdência não vai passar. Eu concluo o meu aparte dizendo que, no começo dos anos 90, foi constituído o Consenso de Washington, que, na verdade era uma série de medidas liberalizantes de privatização, de retirada de direito dos trabalhadores, abertura comercial indiscriminada. Só que, no Consenso de Washington, um dos seus principais economistas, formuladores, chamado John Williamson, dizia o seguinte, Senador Humberto: você tem que fazer essas reformas estruturais tendo cuidado com o colchão social, senão, as reformas não são aprovadas pela impopularidade que vem. Eu creio que é o que está acontecendo. Aqui no Brasil, na verdade, eles foram por outro caminho. A escritora Naomi Klein, no seu livro *A Doutrina de Choque*, cita um termo de Milton Friedman que quando tem uma crise real ou pressentida, você tem que aproveitar aquilo tudo e passar um conjunto de reformas para a situação não voltar à situação anterior. Eu acho que é isso que eles estão tentando fazer aqui, aproveitaram esse golpe, essa crise para retirar direitos, entregar o pré-sal, venda de terras a estrangeiros... Só que eu acho, sinceramente que eles estão subestimando a luta do povo brasileiro. Nós vamos barrar essa reforma previdenciária e essa reforma trabalhista. E essa greve, que foi de um dia, pode ter outra de dois dias, as centrais já estão discutindo, uma marcha a Brasília. Então, eu, se estivesse no lugar deles, não subestimava a capacidade do povo brasileiro. Parabéns a V. Ex^a pelo pronunciamento.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu também não subestimaria, não. Agradeço o aparte de V. Ex^a, que incorporo ao meu pronunciamento.

Assim como V. Ex^a, eu digo que tenho certeza de que eles não terão os 308 votos necessários em Plenário. A pressão popular vai fazer com que os Deputados façam a opção por não se autoimolarem, não se suicidarem politicamente.

Aonde a gente vai, aonde a gente vai, classe média, classes populares, região urbana, região rural, aonde a gente chega, a primeira pergunta é: "Mas essa reforma não vai passar, não, né? Essa reforma não vai passar, não, né?" A população não quer nem discutir se é justo ou não. Ela não quer que passe, de jeito nenhum. E essa pressão popular vai fazer com que o Congresso Nacional não trucide o direito dos trabalhadores.

Para isso, nós temos que ocupar as ruas, cobrar dos Parlamentares a responsabilidade com os direitos e as conquistas históricas dos trabalhadores. É necessária uma ampla mobilização para impedir que o Congresso Nacional legisle contra o povo, contra aqueles que elegeram os Parlamentares.

O Datafolha recentemente mostrou que 71% da população não quer essas reformas, especialmente a da previdência. Então, essa reforma tem que ser enterrada juntamente com a reforma trabalhista.

(Soa a campainha.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Nós vamos tentar fazer esse serviço aqui – vou concluir –, também essa reforma é nociva aos trabalhadores, e acumularmos força para obrigarmos a realização de eleições gerais para Presidente,



Governador, Senador, Deputado, ainda este ano. A única forma de o Brasil sair desta crise é por intermédio de um Congresso e de um governo legítimos, reconhecidos pelo povo e com competência para mudar a realidade do nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Senador Humberto Costa.

Dando continuidade ao nosso... Pelos inscritos, está o Senador Lasier Martins. Depois, pelo pedido de Liderança, o Senador Acir Gurgacz. Depois segue normalmente a lista de oradores.

Tem a palavra V. Ex^a, Senador Lasier.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente, eminente Senador Paulo Rocha, do nosso valoroso Estado do Pará.

Srs. Senadores, telespectadores, ouvintes, domina os noticiários da imprensa, ainda dentro do tema mais persistente da atualidade, referente à Lava Jato, domina a decisão que liberou da prisão o Sr. José Dirceu. Essa atitude da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal está se prestando a um grande debate. Se houve ou não houve excesso de prisão preventiva e se outros envolvidos que se acham reclusos devem ter a mesma destinação.

Mas, justamente pelo alarde que vem se criando e pelas apreensões com relação a essa que é a operação mais marcante da vida nacional, pelo menos em nosso período contemporâneo, está assustando as pessoas, porque essa Operação Lava Jato tem sido muito bem-vinda, já que está conseguindo, ainda parcialmente, consolidar uma aspiração de décadas dos brasileiros, que era a persecução à corrupção no Brasil. E, quando se discute o personagem José Dirceu – um personagem multidenunciado que está condenado, atualmente, a 32 anos e 1 mês, em duas penas aplicadas pelo juiz Sérgio Moro, e ainda está respondendo, em fase de instrução, a um terceiro processo –, quando ele é colocado em liberdade, surge o temor dos brasileiros de que a Operação Lava Jato comece a sofrer prejuízos e não chegue ao seu destino.

Então, a partir dessa decisão, e já na sequência, já na fila, há outro pedido de *habeas corpus* muito rumoroso, referente ao Sr. Antonio Palocci, é que tivemos ontem a grande repercussão da decisão do Relator desse processo, Ministro Edson Fachin, de não permitir que esse *habeas corpus*, depois do seu indeferimento monocrático, vá de novo para a Segunda Turma do Supremo, em que há uma tomada de posição preconcebida, *parti pris* daqueles outros três Ministros que ali vêm julgando em decisões notoriamente contrárias à Lava Jato: Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski e Dias Toffoli. Aí, o Ministro Fachin, em vez de devolver o recurso do *habeas corpus* para a Segunda Turma, na qual, certamente, a destinação seria a mesma dada a Bumlai, a Genu e a Eike Batista, manda-o para o Plenário do Supremo Tribunal Federal. A composição plena do colégio da Suprema Corte poderá apresentar outra decisão. E aí gera-se a expectativa do momento.

Agora, suscita também, Sr. Presidente e Srs. Senadores, uma desconfiança, uma indisposição, uma intriga, vamos dizer assim, dos brasileiros com relação a esses três Ministros que não estariam em sintonia com a vontade nem mesmo com a jurisprudência firmada pela maioria dos Ministros, o que há de ser confirmado no julgamento em plenário nos próximos dias, porque há outros ministros que pensam diferente, talvez em maioria, e podem manter os envolvidos na Lava Jato recolhidos, a fim de levar a bom termo essa longa investigação que vem se processando e que deve muito ao



surgimento da lei das delações, que é uma lei histórica, marcante, que mudou os costumes do Judiciário no Brasil, a Lei nº 12.850, de 2013. Foi justamente em função dessa lei que se mudou o critério de investigação pela Polícia Federal, pelo Ministério Público Federal e pelas determinações das prisões preventivas por parte dos tribunais do Brasil.

E é por isso, Sr. Presidente, que eu tenho aqui no Senado Federal a PEC nº 35/15, que procura mudar a sistemática de indicação dos Ministros do Supremo, porque já há hoje um consenso de que a influência política na Suprema Corte tem sido muito grande. E é disso que nós queremos nos livrar, porque já está mais do que demonstrado que há posições ali tomadas que têm fundo ideológico, fundo político-partidário.

Daí porque já passou pela Comissão de Constituição e Justiça, já veio aqui para o plenário e foi devolvido em razão, o projeto, de uma emenda do Senador Cristovam. Atualmente se acha de volta na Comissão de Constituição e Justiça, agora sob a relatoria da Senadora Ana Amélia. Esperamos brevemente que essa PEC venha para cá e que tenhamos uma decisão do Congresso Nacional mudando, daqui por diante, o sistema de formação da Suprema Corte: não mais pessoas que têm compromissos, como visivelmente esses Ministros da Segunda Turma têm mostrado, por razões que me dispensam de recapitular aqui quais são, para que tenhamos, daqui por diante, a formação de uma Suprema Corte integrada por juristas, pessoas completamente afastadas de suspeitas, que sejam escolhidas por uma comissão de integrantes do Judiciário, do Supremo, dos três Tribunais Superiores, da Procuradoria da República, pela Ordem dos Advogados do Brasil. E, só depois de uma lista tríplice formada por essa comissão de sete, que venha a PEC para a escolha do Presidente da República, não da sua opinião, não do seu desejo, mas, sim, da vontade daqueles que trabalham, operam o direito no Brasil há muito tempo, juristas afastados de qualquer suspeição.

Então, eu quero aproveitar essa oportunidade, estamos na expectativa de um de um novo entendimento – quem sabe lá – que restabeleça a confiança dos brasileiros na boa ordem da Lava Jato, que, neste momento, está ameaçada, corre riscos, assim como outras inúmeras operações de muitas expectativas no Brasil que não deram em nada: Satiagraha, Castelo de Areia, entre outras. Não se pode admitir, não se pode pensar que essa operação tão saudada, tão aplaudida pela sociedade brasileira, corra riscos e se transforme numa grande frustração.

Contribuindo para isso é que repito: eu espero, Sr. Presidente Paulo Rocha, que nós possamos brevemente mudar esse sistema de formação do Supremo Tribunal Federal, porque esse sistema não nos merece confiança, pelos resultados que vêm sendo apurados a todo instante.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – O Senador Lasier Martins, do Rio Grande do Sul, acaba de pronunciar-se.

Dando prosseguimento à nossa sessão de debates, passo a palavra ao Líder do PDT, Senador Acir Gurgacz, de Rondônia.

V. Ex^a dispõe inicialmente de dez minutos.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – É suficiente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Antes, porém, eu queria anunciar a presença dos alunos do curso de direito da UniEvangélica.

Sintam-se à vontade e participem dos nossos debates.



Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO.

Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nossos amigos que nos acompanham pela TV Senado, pela Rádio Senado, sejam bem-vindos os nossos alunos, futuros advogados. Com certeza, alguém estará aqui, num futuro muito breve, substituindo a nós que já estamos há algum tempo no Senado Federal.

Sr. Presidente, no meio desta crise que estamos atravessando, debatendo e discutindo reformas que são importantes para o País, reformas cujo custo a população não está preparada para assumir, nós temos os resultados econômicos do nosso País, das empresas e dos bancos no primeiro trimestre deste ano que nos mostram que a política econômica do atual Governo se aliou ainda mais ao mercado financeiro, principalmente aos bancos, favorecendo apenas os especuladores do capital, os rentistas e as grandes corporações transacionais.

Mesmo com a crise financeira, com o desemprego crescendo e a indústria com resultados negativos, o lucro dos bancos cresceu entre 10% e 20% no primeiro trimestre deste ano. O Bradesco, por exemplo, atingiu 13% de aumento nesse primeiro trimestre, alcançando R\$4,6 bilhões. O lucro do Santander cresceu 10,8%, atingindo R\$7,3 bilhões, Senador Elmano. O Itaú, 20%, atingindo R\$ 6 bilhões. Não há economia produtiva que aguente essa economia dos especuladores. Pois alguém pagou todo esse dinheiro e, com certeza, são aqueles que estão produzindo – pessoas e empresas. Somando os números só dos três bancos, Senador Elmano, o total chega a R\$18 bilhões de lucro dos bancos nesse primeiro trimestre.

Enquanto isso, a produção da indústria nacional cai 1,8% em março, em comparação ao mesmo mês anterior, o pior resultado desde 2002. No primeiro trimestre de 2017, a produção industrial aumentou apenas 0,6% em relação ao mesmo período do ano de 2016; ou seja, fica evidente que a política econômica do Governo baseada em juros altos – que é a mesma desde Levy, agora seguida por Meirelles – só aprofundou a sua tendência de favorecer o mercado financeiro e os especuladores em detrimento do setor produtivo, das indústrias, do comércio e do setor de serviços, que fazem a economia real do nosso País, que fazem a roda girar no nosso País e que estão amargando resultados pífios, tendo que demitir pessoal, o que está aumentando o desemprego no Brasil e agravando a situação social e econômica das famílias e de todos os trabalhadores brasileiros. Aí está toda a insatisfação do País inteiro. De norte a sul, de leste a oeste, a reclamação é uma só. E o que mais nos preocupa é a questão do desemprego. Batemos 14 milhões de desempregados no Brasil neste momento. E os juros nas alturas e os especuladores ganhando mais dinheiro.

A situação fiscal do País também não é boa e não atende a necessidade da população brasileira. O ajuste fiscal não está atingindo as metas estabelecidas ao ponto de o Governo ter que novamente flexibilizar o orçamento.

E a política de juros altos não funciona. Cansamos de falar isso aqui na tribuna, em reuniões na Comissão Mista do Orçamento, em reuniões do Ministério do Planejamento com o Presidente da República. É preciso baixar os juros e irrigar a economia, não concentrar e colocar o dinheiro na especulação. Enquanto isso, falta dinheiro para a infraestrutura do País e, principalmente, para o setor produtivo.

O BNDES não faz o seu papel que é o de criar o desenvolvimento. Ao invés de aportar dinheiro para o BNDES, irrigar a economia, estimular o desenvolvimento, estimular o emprego, a nossa



indústria, o setor produtivo, o Governo tira R\$100 bilhões do BNDES para aplicar no próprio Governo, ou seja, para pagar contas do Governo. Não há economia que consiga evoluir desta forma, tirando dinheiro da praça, tirando dinheiro de quem está produzindo ou querendo aumentar a sua produção, melhorar a sua produtividade, melhorar a sua indústria.

Ou seja, enquanto o Itaú lucrou R\$6 bilhões em três meses, não temos R\$2 bilhões para construir a duplicação da BR-364, de Porto Velho a Vilhena, ou de Porto Velho a Comodoro, uma obra da maior importância para o Norte do País, para a Amazônia e, especialmente, para o nosso Estado de Rondônia. É apenas um comparativo. É claro que as empresas têm que ter lucro – não somos contra isso. Não há possibilidade de termos empresas sem lucro, mas, com o juro da maneira que está, há uma concentração de renda muito grande, há uma concentração de lucro muito grande e a aumentar ano a ano.

O Brasil tem mais de 15 mil obras paradas, enquanto os bancos enchem os cofres com dinheiro do setor produtivo brasileiro, pois alguém paga esse dinheiro. De algum lugar vem esse lucro; ele não cai do céu, mas vem de quem produz.

Ontem, aprovamos aqui, no Senado, a Medida Provisória 752, das concessões, que, claramente, privilegia as grandes empresas do Sul e Sudeste do País. Aprovamos, porque temos uma expectativa de que a concessão da BR-364 possa acontecer, e, se essa medida provisória é ruim, sem ela, eu entendo que seria pior.

A credibilidade do Governo com relação ao mercado está tão ruim que, se nós não aprovássemos essa medida provisória, teríamos um problema futuro ainda maior. Mas ela vem beneficiar os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro principalmente.

Não só com essa MP, mas as ações do Governo...

(Soa a campainha.)

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – ... estão ligadas diretamente a beneficiar o Sudeste, esquecendo dos nossos Estados do Norte, principalmente.

A duplicação da BR-364, que era prioridade no governo anterior, deixou de ser prioridade para o Governo, mas é uma prioridade para o País. É uma prioridade para a Amazônia e continua sendo uma prioridade grande para o Estado de Rondônia.

Nessa aprovação, ampliamos os prazos para a renovação dos contratos, sem a obrigatoriedade de ampliar a execução das obras.

Outro exemplo da política equivocada do Governo são os vetos do Presidente Michel a projetos que garantem mais recursos para os Municípios brasileiros.

(Soa a campainha.)

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Os prefeitos já iniciaram uma mobilização nacional pela derrubada dos vetos e contam com o nosso apoio. Entre os itens aprovados e vetados pelo Presidente, está a justa arrecadação do ISS, das operações de compra com o cartão de crédito e débito e as operações de *leasing* e planos de saúde.

Os Municípios de origem estão ficando com 100% do ISS, e o que nós aprovamos aqui era uma distribuição entre os Municípios. Os Municípios geradores e os credores, os Municípios que compram onde há todas as suas indústrias centralizadas, São Paulo e região, e o Brasil inteiro compra, mas foi



vetado pelo Presidente. Matéria amplamente debatida e discutida aqui, no Congresso, junto com os prefeitos. Foi um acordo feito para beneficiar todas as prefeituras do nosso País.

(Soa a campainha.)

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Caso passem a ser contabilizados os chamados domicílios tomadores, locais onde o brasileiro utiliza o cartão, os Municípios de Rondônia receberiam – e poderão receber se nós derrubarmos o veto – não menos que R\$27 milhões por ano. Seria uma ajuda grande para a economia dos Municípios brasileiros.

Proporcionalmente, os outros Municípios do Brasil inteiro também receberiam, e espero que continuem, que tenham a expectativa de receber, porque vamos trabalhar para a derrubada deste voto. Ou seja, é uma política que, mais uma vez, só favorece os Municípios do Sul e Sudeste. Queremos a desconcentração dessas receitas geradas por todos brasileiros em seus municípios, porque hoje ficam todas em algumas cidades de São Paulo e do Sul do País, onde essas operadoras são instaladas.

Eu entendo que precisamos rever essa situação e cuidar do Brasil como um todo, não privilegiando somente os Estados do Sul e do Sudeste. Vimos nos governos anteriores – muito tempo atrás, há mais de 12, 14 anos – que havia uma concentração de investimentos no Sudeste do Brasil. Depois, graças a Deus, mudou. O Nordeste teve uma atenção especial, assim como o Norte também. Agora, com essa troca de Governo, voltou a mesma política anterior de priorizar somente o Sudeste, esquecendo o resto do País.

O Brasil tem que caminhar como um todo. Temos que cuidar da Amazônia, dos nossos Estados, de Rondônia. Temos que cuidar de todos os Estados brasileiros. Não podemos dar atenção apenas a dois ou três Estados da Federação, em detrimento dos Estados que mais precisam, principalmente os nossos da Amazônia.

Eram essas as minhas colocações.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado, Senador Acir Gurgacz, que falou pela Liderança do PDT.

Agora, dando continuidade, tem a palavra o Senador Elmano Férrer, do Piauí, Estado em grande ascensão em termos de desenvolvimento.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Um grande Estado, inclusive governado por um companheiro de V. Ex^a, o nosso estimado Wellington Dias, do PT, com quem saímos coligados na eleição de 2014.

Mas, nobre Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, eu queria me reportar aqui a uma grande empresa, da qual também fiz parte, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Tive a oportunidade, Sr. Presidente, de participar da solenidade comemorativa do seu 44º aniversário, transcorrido quinta-feira próxima passada.

A pesquisa agrícola pública é um vigoroso e produtivo conjunto formado por um grande número de instituições públicas federais, estaduais e também por departamentos das universidades públicas, quer sejam federais, quer sejam estaduais, departamentos esses dedicados também à pesquisa sobre esse campo científico.



Desse conjunto, Sr. Presidente, fazem parte da Embrapa 17 unidades centrais localizadas aqui em Brasília e 46 outras unidades instaladas em todo o Território nacional, tendo também dois escritórios virtuais no exterior, especificamente na França e nos Estados Unidos.

Inclusive, Sr. Presidente, Senador Paulo Rocha, uma dessas unidades descentralizadas que eu repto de grande importância está instalada na Amazônia, especificamente na capital do Estado que V. Ex^a representa muito bem aqui no Senado, que é o CPATU (Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Úmido), que tem uma atuação em toda a Amazônia, como também aqui nos cerrados nós temos um centro de recursos, que é o Centro de Pesquisa Agropecuária dos Cerrados, como temos também na Região Nordeste o CPATSA (Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Semiárido), entre muitas outras instituições Brasil afora.

A empresa, Sr. Presidente, conta, em seu quadro funcional, com 9.713 servidores, dos quais quase 2,5 mil – 2.463 – são pesquisadores, com cursos de mestrado, doutorado, pós-doutorado, feitos no Brasil e, sobretudo, no exterior. A Embrapa também conta, Sr. Presidente, com 2.546 analistas, 1.715 técnicos e 2.980 assistentes. Como se diz na linguagem popular: é uma senhora e grande empresa, que deu muito certo em nosso País.

A Embrapa, Sr^as e Srs. Senadores, tem como principal objetivo a busca de um modelo sustentável de agricultura e pecuária, essencialmente tropical e genuinamente brasileiro. Nos últimos 20 anos, houve processos de rápido crescimento e de acelerada modernização da economia agropecuária que propiciaram um crescimento exponencial da riqueza gerada pelo sistema agroalimentar, de uma ponta à outra, haja vista, meu nobre Presidente, a produção de grãos deste ano de 2016/2017, que soma mais de 200 bilhões, 215 bilhões de toneladas de grãos. Da agroindústria ao varejo, a revolução tecnológica, responsável pelo aumento da produção e da produtividade vem aumentando substancialmente a complexidade das atividades que estão a cargo dos produtores rurais do Brasil e do agronegócio, sobretudo.

Como consequência, acredito que deve ser dada máxima prioridade pelo Estado brasileiro à pesquisa agropecuária, sobretudo valorizando a Embrapa com os recursos necessários às novas tecnologias.

A realidade, Sr. Presidente, é que, nos últimos, tem decaído sobremaneira os recursos de que a Embrapa dispõe para continuar realizando a pesquisa agrícola da mais alta relevância e importância para a produção em nosso País.

Então, Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, nas últimas décadas, a Embrapa e parceiros promoveram uma verdadeira revolução no agronegócio brasileiro com a introdução do plantio direto, a fixação biológica de nitrogênio na soja, a correção da acidez dos solos, sobretudo e especialmente dos cerrados, entre outras tecnologias geradas e aplicadas Brasil afora.

Houve um ganho fabuloso no aumento da resiliência de nossa agropecuária, o que permitiu, por exemplo, termos uma segunda safra de produção agrícola, que é a tão falada "safrinha", que tem aumentado a produtividade, sobretudo a renda, dos nossos agricultores.

Outra inovação fundamental, Sr. Presidente, de nossos pesquisadores foi a adaptação de plantas e animais originários de várias partes do mundo aos biomas brasileiros. Entre os exemplos, podemos citar a tropicalização da soja e a adaptação de rebanhos bovinos.

Sobre a adaptação da soja, Sr. Presidente, gostaria de me reportar ao trabalho realizado pela unidade de pesquisa da Embrapa, em parceria, sobretudo, com o Centro Nacional de Pesquisa de



Soja, ou seja, um trabalho realizado pela Embrapa, na década de 80, no princípio da década de 80, que resultou na identificação, na produção de variedades de soja, sendo, hoje, um aumento da fronteira agrícola no Brasil, sobretudo no Nordeste, na região do Piauí, nos cerrados piauienses, tendo como polo Uruçuí, Ribeiro Gonçalves, Santa Filomena, Bom Jesus, enfim, uma série de Municípios e um território expressivo, que foi incorporado ao sistema produtivo nacional, como também na região de Balsas, nos cerrados maranhenses, e no oeste da Bahia, tendo como localidade a cidade de Barreiras.

Então, reputo isso a um resultado fantástico da Embrapa, especialmente para dinamizar a economia do Nordeste, dessas regiões dos cerrados nordestinos, através da introdução da soja.

Há, ainda, Sr. Presidente, o competente desenvolvimento de uma série de práticas conservacionistas e de defesa ambiental inéditas no mundo.

Tive oportunidade, Sr. Presidente, de participar de missões na África, especialmente no Senegal e no Mali, onde vimos um trabalho fantástico em regiões parecidas, semelhantes ao Semiárido do Nordeste, realizado em parceria com a França, especificamente com o Gerhardt, que é uma grande instituição francesa.

De outra parte, também estivemos na Ásia, na Índia, em Ahmedabad, no sul da Índia, através de uma parceria entre esse esforço do Governo indiano e uma empresa de pesquisa da Inglaterra, que se trata do Icrisat. Isso é fruto do intercâmbio, do desenvolvimento e do conceito da Embrapa nas demais nações da África, da Ásia e da Europa.

Agora, a empresa parte para a promoção de outra revolução, visando a ainda mais resiliência, trabalhando com os sistemas integrados. Segundo essa concepção, Sr. Presidente, a integração de lavoura, pecuária e floresta economizará recursos naturais e permitirá aumentar nossas reservas de água e de carbono. Trata-se de uma tecnologia alinhada à necessidade de ampliar a oferta de alimentos com o menor impacto ambiental possível.

Nesse contexto, Sr. Presidente, a Embrapa, que ajudou a transformar a nossa agropecuária, especialmente o agronegócio, em uma das mais eficientes e sustentáveis do planeta, deve ter lugar de destaque. Precisamos, Sr^as e Srs. Senadores, continuar a investir nessa empresa que ajudou a tirar o Brasil da humilhante condição de importador de alimentos básicos, elevando-o ao nível de um dos maiores produtores e exportadores mundiais, quer de grãos, quer de carne, não só a carne bovina, mas a carne suína e a carne de aves.

Meu nobre Senador Dário, V. Ex^a sabe muito bem, num Estado grande produtor e exportador, sobretudo de frango e outros produtos, que é Santa Catarina, do que eu e nós estamos falando neste instante, que é sobre a relevância da importância da Embrapa, porque eu estou fazendo um comentário que assinala os 44 anos de sua fundação e instalação.

Sr. Presidente, para ter uma ideia, segundo o balanço social divulgado pela empresa, somente em 2016, por exemplo, a avaliação de 117 tecnologias e cerca de 200 cultivares produzidos pela Embrapa e seus parceiros foi capaz de gerar um lucro social de R\$37,8 bilhões. Relacionando esse lucro social à receita obtida pela empresa durante o ano passado, que foi de cerca de R\$3 bilhões, o retorno anual da Embrapa para a sociedade foi mais de 11 vezes os recursos investidos nela, na própria Embrapa.

Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, eu tenho aqui o nobre companheiro Senador que fez parte, inclusive é da Embrapa, que é uma testemunha do que nós estamos falando aqui.



Além disso, como diria...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Wilmar Lacerda é suplente de Senador do DF.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – Do Distrito Federal, exatamente, suplente do nosso Senador Cristovam Buarque. Aliás, eu ficarei feliz no dia em que ele estiver aqui, pelo menos uns quatro meses, mostrando a sua inteligência, o seu saber e o conhecimento sobretudo que tem do nosso querido Distrito Federal, a Capital do nosso País.

Então, Sr. Presidente, eu queria também citar aqui que, durante essa solenidade que assinalou os 44 anos de fundação da Embrapa, ela prestigiou as seguintes autoridades com o Prêmio Frederico de Menezes Veiga, naquele dia 27: o Governador aqui do Distrito Federal, Rodrigo Rollemberg; o nosso Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, nosso companheiro Senador Blairo Maggi; e o engenheiro agrônomo e analista também da Embrapa Milho e Sorgo, nosso pesquisador Luciano Cordoval. Foram agraciados todos, como disse anteriormente, pela Embrapa através do Prêmio Frederico de Menezes Veiga.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Senador Elmano Férrer – o Senador Elmano é Senador do Piauí –, vou interrompê-lo por um minuto, depois eu lhe dou o desconto, para anunciar a presença do pessoal da Fundação Getúlio Vargas, Conselho de Administração.

Sejam bem-vindos à galeria do nosso Senado. Participem do nosso debate, vocês são bem-vindos. Como eu tive a notícia de que vocês vão fazer uma visita rapidinha, eu gostaria de anunciar antes de terminar o pronunciamento do nosso grande Senador lá do Piauí.

Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – É uma honra tê-los e tê-las aqui. Fundação Getúlio Vargas de São Paulo ou do Rio?

(Manifestação da galeria.)

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – Rio. Ah, estou com saudade daquelas praias maravilhosas, do Leblon, de Ipanema, mas, sobretudo, da praia de Copacabana, e também muito preocupado com os morros, as favelas do Rio.

Eu tive a oportunidade de conhecer o Rio no princípio da década de 60 – nem os pais de vocês talvez tivessem nascido ainda, não é? O Governador Carlos Lacerda, de então, já chamava a atenção para a ocupação dos morros da cidade do Rio de Janeiro, que poderiam se transformar no que é a realidade hoje, em que a situação de tensão do Estado chegou a esse nível, quer dizer, com construções de residências em morro, sem saneamento, enfim, com uma série de problemas.

Você está numa grande instituição, a que poucos têm acesso, tanto a Fundação do Rio, de São Paulo, que é uma escola do saber, da difusão de conhecimentos. E muitos egressos da Fundação Getúlio Vargas estão hoje ocupando cargos de destaque no nosso País. Você, jovens, homens e mulheres, têm um papel muito importante para ajudar o Brasil a enfrentar esses grandes desafios que estão aí, sobretudo para a juventude. Nós estamos hoje com em torno de 20 milhões de pessoas desempregadas, e isso é uma preocupação de todos. E vocês vão sair de lá... Para onde vamos?



Eu queria desejar boas-vindas a vocês neste dia em que praticamente... Aliás, não temos sessão deliberativa, daí a presença de Senadores ser reduzida; estão todos já voltando para seus Estados de origem.

Está aqui Lindbergh Farias, que deve fazer uma saudação se vocês permanecerem aí. Foi um líder estudantil e está sendo aqui. Ainda continua aquele líder que teve uma expressão muito grande, na década de 90, no País inteiro. Ele nasceu no nosso Nordeste, tem engradecido a Região Nordeste, sobretudo e especialmente a Paraíba dele, onde ele nasceu e onde nasceu o meu pai. Lindbergh, meu pai é paraibano de Sousa.

Sejam bem-vindos aqui!

Por último, Sr. Presidente, eu queria apenas registrar que, além dessas autoridades, do Governador do Distrito Federal e do nosso companheiro Ministro da Agricultura, foi homenageado o Sr. Luiz Antonio Rossetti, que é do Ministério da Agricultura.

(Soa a campainha.)

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – Foi homenageado também o Florindo Dalberto, que faz parte do Iapar; foi homenageado, naquela oportunidade, o Rogério Remo Alfonsi, do Instituto Agronômico de Campinas; foi homenageado o Eduardo Assad, que é também companheiro nosso na Embrapa; e, por último, foi homenageado o Eduardo Sávio Martins, da Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos, a nossa Funceme, representado naquela oportunidade pela Meiry Sakamoto.

Sr. Presidente, eram essas as palavras que nós queríamos pronunciar na manhã desta quinta-feira.

Meus agradecimentos pela tolerância.

Mais uma vez, dou boas-vindas...

(Soa a campainha.)

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – ... aos estudantes da Fundação Getúlio Vargas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – O Senador Elmano Férrer, Senador do Piauí, fez o seu pronunciamento.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, rapidamente, na verdade, eu quero ler uma carta da ex-Ministra das Mulheres, Eleonora Menicucci, que acabou de ser condenada por uma juíza a pagar uma indenização de R\$10 mil por ela ter condenado a apologia ao estupro feita, numa entrevista, por aquele sujeito – desculpe-me – desqualificado chamado Alexandre Frota.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ.) – Eu quero ler a nota indignada da Ministra Eleonora Menicucci:

Hoje recebi a sentença proferida pela juíza Juliana Nobre Correia referente ao processo que trata de indenização moral, aberto contra mim por Alexandre Frota, por ter me manifestado contra a fala dele no programa de TV, fato este de conhecimento da sociedade brasileira, caracterizada por mim, como apologia ao estupro.



Tal sentença, assinada por uma mulher, me condenando a pagar R\$10 mil com correção, revolta a todas as mulheres, pois o estupro é crime hediondo e inafiançável.

Lamentavelmente a condenação não atinge só a mim, mas as mulheres que lutam há séculos contra o estupro, contra as violências de gênero e hoje, em nosso País contra as perdas de direitos que o governo golpista tem imposto, sobretudo a nós mulheres. Não será esta sentença, proferida por esta juíza que me calará, nem tampouco as mulheres brasileiras.

Tolerância zero com a violência contra as mulheres!!!

Tolerância zero com o estupro!!!

Eu queria fazer essa saudação a essa grande brasileira, a essa grande mulher, Ministra Eleonora Menicucci.

(Durante o discurso do Sr. Lindbergh Farias, o Sr. Paulo Rocha, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Elmano Férrer.)

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. PMDB - PI) – Cumprimento V. Ex^a pelo registro que acaba de fazer.

Com a palavra o nobre Senador Paulo Rocha, do PT, do Estado do Pará.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^{as}s Senadoras, Srs. Senadores, queria saudar, inicialmente, os nossos visitantes da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro. Queria que vocês saíssem com uma visão positiva da política brasileira, uma vez que a política, os políticos brasileiros estão em baixa, dada a situação de crise econômica e política em que vive o nosso País. Mas é fundamental a gente compreender e até visitar aqui.

Aqui a gente trabalha e muito em prol do Brasil e nem sempre a grande imprensa, que tem outros interesses, publica a real situação aqui do trabalho. Ela tem o direito de publicar os erros da política e dos políticos, mas ela não pode esconder uma realidade, como agora está escondendo a grande greve geral do dia 28, em que o Brasil, os trabalhadores e o povo começam a reagir a esse estado de coisas. A grande imprensa esconde para os brasileiros a real situação da reação do povo brasileiro.

Queria falar exatamente disto, Presidente, senhores: do grande retrocesso em que se encontra o nosso País. A justificativa do golpe parlamentar que se deu, principalmente – estava no poder o Partido dos Trabalhadores e a Presidenta da República –, era porque era o caos, era o caos econômico, um processo de desgoverno. Essa foi a justificativa do golpe, embora tenham usado a justificativa das chamadas pedaladas para poder justificar o verdadeiro golpe que se deu no nosso País.

A consequência disso foi que se colocou em xeque a nossa democracia, conquistada a duras penas pela história do nosso povo e da nossa gente, enfrentando, inclusive, o golpe militar, a ditadura militar. E o povo foi para a rua. Foi através das eleições diretas, da busca de eleições diretas no nosso País que nós conquistamos a democracia. E, de lá para cá, fomos construindo um processo de organização do povo, de organização dos trabalhadores e colocamos, aqui no Parlamento, o verdadeiro representante do povo, dos trabalhadores e a implementação de um governo saído das lutas populares, o do Presidente Lula, que implementou uma política econômica com distribuição de



renda, crescimento com distribuição de renda, e políticas públicas que chegaram ao cidadão para criar dignidade e cidadania para o nosso povo e para a nossa gente.

O povo lá do interior do meu Estado, do Estado do Pará, da Ilha do Marajó, do interior da Amazônia, sabe do que eu estou falando quando as políticas públicas, através do governo Lula, chegaram para o nosso povo.

Só para ter uma ideia, lá no meu Estado do Pará, que há cem anos só tinha uma universidade, agora, após o Governo Lula, nós passamos para quatro universidades, interiorizando o ensino público superior para dar oportunidade para a nossa juventude do interior do nosso Estado ter acesso ao ensino superior, ter acesso ao conhecimento, à pesquisa, para ajudar a desenvolver o nosso País e o nosso Estado. É fundamental que se perceba isso.

As grandes construções de produção de energia chegavam ao Sul do País, mas não chegavam ao interior do nosso Estado, do nosso Nordeste. Foi com o Programa Luz para Todos que chegou a oportunidade de o nosso povo mais pobre do interior ter acesso à energia, para poder ter acesso às condições mínimas de melhoria de qualidade de vida, tendo geladeira em casa, tendo as mínimas condições trazidas pela energia elétrica ao interior do nosso País.

E políticas públicas que chegaram com o Minha Casa Minha Vida, Luz para Todos, Bolsa Família, Mais Médicos. Avanços importantes.

O Bolsa Família teve um papel importante na economia dos nossos Municípios pequenos. Na medida em que há mais dinheiro na mão do pobre, na mão do trabalhador, há mais consumo para poder melhorar a sua autoestima, a sua qualidade de vida e até mais comida na mesa do trabalhador, na mesa do pobre. Tudo isso alavancava a economia local, porque era mais moeda que circulava no Município, portanto, mais compra que tem no comércio. Tudo isso foi conquista de um governo democrático.

Pois bem, com o golpe e com a instalação do Governo ilegítimo Temer, o que estamos vendo? É o desmonte desse Estado social, é um retrocesso nunca visto em nosso País, é a desgraça se instalando nas famílias brasileiras, é a desriminalização que volta a se implementar no nosso País, e é a criminalização do movimento social que começa a reagir contra esses desmandos.

Por exemplo, agora, com a greve geral do dia 28, tentam criminalizar o movimento sindical. Uma velha reação da elite brasileira, uma velha reação daqueles que usaram o poder para acumular riquezas ou acumular o controle do processo do desenvolvimento do nosso País. Criminaliza. A grande imprensa esconde a reação do povo, tenta esconder a reação do povo através da insatisfação que está instalada no nosso País.

Quando falo em retrocesso, é que o processo de democratização que nós estávamos implementando no nosso País – democratização da economia, democratização do ensino público, democratização da saúde, democratização das oportunidades, para que todos tivessem acesso a um processo produtivo, com a geração de emprego, ter acesso ao emprego, ter acesso a todos os setores, como estávamos alavancando, como se alavancou a produção agrícola do nosso País, do agronegócio, mas também da pequena agricultura familiar, como se democratizou através de grandes financiamentos para os setores industriais para se poder alavancar o desenvolvimento e criar empregos no nosso País – , tudo isso está sendo desmontado. A desgraça se instala no nosso País. Com o desemprego, a fome volta a bater de novo nas portas do pobre, há criminalização dos setores que reagem. Agora mesmo o companheiro, Senador Lindbergh, fez uma leitura de um processo contra



uma Ministra que defendia os interesses de gênero, da mulher. E o que vemos? O retrocesso da Justiça, o retrocesso de julgamentos, porque se fortalece a visão daqueles setores conservadores que estão no Judiciário, que estão instalados em algumas estruturas de poder e com o retrocesso, com a instalação do Governo ilegítimo, se reforça a ideia desses setores voltarem a colocar o julgamento desigual, o julgamento injusto e a criminalização dos setores.

Retrocede o problema do campo, porque o Governo ilegítimo traz para cá, para dentro do Congresso, propostas de vendas de terra para os estrangeiros, propostas através de medidas provisórias que retrocedem aquilo que nós já tínhamos conquistado na questão da reforma agrária.

Com isso, o que tem acontecido no campo brasileiro? As chacinas voltam de novo a acontecer no nosso País, contra aqueles que ainda lutam por um pedaço de terra para poder produzir, no caso, os companheiros Sem Terra, os chamados Sem Terra. Os maus produtores rurais começam a ter força para reagir de novo através das chacinas, começam a ter força para poderem atacar as terras indígenas e atacarem os nossos indígenas como aconteceu agora no Maranhão. Tudo isso é exemplo de retrocesso e de desgraças que voltam a se instalar de novo no nosso País.

Por isso, é fundamental a gente denunciar, usar a nossa tribuna para reagir com esse Estado de coisas. É o caso da reforma trabalhista. É um verdadeiro retrocesso sem nenhum respeito à história de um povo, sem nenhum respeito à história da classe trabalhadora. Foi sim, no século passado, com a instalação da industrialização do nosso País, que a classe trabalhadora começou a se organizar mais fortemente.

Em 1903, 1908, criou-se uma primeira central operária da classe trabalhadora, a COB. Na década de 20 e principalmente na década de 30, foi com essa reação que se começou a construir e brigar por legislação, principalmente a bandeira da jornada de trabalho, porque naquela época, dentro das indústrias existentes, a classe operária trabalhava 10, 12, 14 horas por dia na fábrica, nas fundições, nas indústrias daquela época, sem nenhuma condição de trabalho. Era essa a grande bandeira.

Foi, sim, com essa reação da classe trabalhadora na década de 20, principalmente na década de 30, que se criaram os sindicatos fortes. Isso forçou o governo daquela época, o governo de Getúlio Vargas, quando se conquistou, em 1943, a Consolidação das Leis do Trabalho, a chamada CLT. Conseguiram-se colocar, nesse compêndio de leis, essas bandeiras de jornada de trabalho, como a jornada de trabalho de oito horas e outras conquistas.

Agora, o que vem com a proposta ilegítima do Governo Temer? Acabar com essas conquistas, com essa lei, sem nenhum respeito à história da classe operária. Muitos trabalhadores, muitos líderes foram assassinados. Depois, também se colocaram, por causa das grandes lutas – comandavam aquelas grandes lutas operárias companheiros que estavam no Partido Comunista Brasileiro –, grandes conquistas na Constituição de 1946.

Qual foi a resposta da elite brasileira? Cassou um conjunto de Senadores e Deputados, porque se estabeleceu essa disputa para colocar na Constituição brasileira.

Na década de 50, a classe operária foi para a rua, conquistou e fortaleceu os partidos que colocaram no poder o próprio Getúlio Vargas e, depois, Juscelino Kubitschek, quando se instalaram governos democráticos para instalar aqui no Brasil uma verdadeira planta industrial que foi, no governo de Juscelino Kubitschek, a grande indústria automobilística ao redor da região metropolitana de São Paulo. Ali se criou uma casta operária e, a partir dali, se construiu de novo um



grande movimento sindical forte, que teve repercussão no processo, a partir de São Bernardo do Campo, que colocou na Constituição Brasileira de 1988 avanços e conquistas fundamentais para a classe trabalhadora, como, por exemplo, a aposentadoria para os trabalhadores e para as trabalhadoras rurais, avanços importantes na questão de conquistas fundamentais.

Tanto é assim que aquele que presidia a Assembleia Nacional Constituinte cravou como a Constituição cidadã, por causa dos avanços, porque ali nós colocamos a possibilidade de que os governos que viesssem depois pudessem criar políticas públicas para dar cidadania e dignidade para o nosso povo, para a nossa gente, o que foi feito no Governo Lula.

Qual é o problema deste Governo, que, para tentar resolver os problemas do nosso País, não tem as mínimas condições, porque é ilegítimo, surgiu de um golpe das elites que influenciou para fazer uma maioria parlamentar aqui e golpear um governo que tinha nascido dessa democracia e das urnas, escolhido pelo povo brasileiro? Por isso o que se estabelece é isso.

A reforma da previdência é a entrega, é restabelecer uma previdência mínima, básica. Aqueles que quiserem uma aposentadoria melhor terão que bater à porta dos privados. É este o objetivo dessa reforma da previdência que está aí: entregar a aposentadoria daqueles que têm um salário melhor para o privado, para atender à sanha do capital financeiro que se instala. Quem são os donos das previdências privadas? Os grandes bancos: Itaú, Bradesco e tantos outros.

O desmonte da nossa indústria a partir da conquista do pré-sal é a entrega do nosso patrimônio e de setores importantes que estavam no desenvolvimento do nosso País, é a entrega para o capital financeiro, para o capital internacional.

Esse é o retrocesso. Esse é o desmonte que está acontecendo no nosso País. Por isso temos que reagir, chamar todos os Senadores democratas, companheiros que tenham um mínimo respeito pela democracia e pela história de um povo lutador. Temos que nos unir para impedir, com esses desmontes, essa entrega do nosso patrimônio para o capital financeiro internacional.

Tem a palavra V. Ex^a.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Muito rapidamente, Senador Paulo Rocha, quero parabenizá-lo pela contundência do seu discurso. V. Ex^a tem razão: os ataques contra os trabalhadores são violentíssimos. A gente vai fazer, na próxima semana, um ano do afastamento da Presidenta Dilma. Eu me lembro de que fiz aqui vários discursos. O que estava por trás daquele afastamento era o interesse de retirar direitos dos trabalhadores. Veja bem, Senador Paulo Rocha, uma hora de almoço é uma conquista desde 1943! Agora é meia hora, pelo projeto que eles estão defendendo. Eu estava falando que essa reforma trabalhista tem que passar pela Comissão de Direitos Humanos. Eu sei que definiram que passará pela CAE, pela CCJ e pela CAS, mas a de Direitos Humanos é fundamental. Veja que, por exemplo, para as grávidas, havia restrição em relação a trabalho em situação insalubre. Estão retirando restrições. A reforma trabalhista que estão pensando para os trabalhadores rurais, Senador Paulo Rocha... Eu já falei aqui, mas não canso de repetir: tem um ponto...

(Soa a campainha.)

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – ... no projeto de um Deputado do PSDB, Nilson Leitão – do PSDB, que se diz moderno! –, que diz que o trabalhador rural pode, em vez de salário, ser pago com moradia e alimentação. Isso é regime de



servidão! Eram os antigos barracões que existiam no País, onde as pessoas viviam em situação análoga à de escravo. Estão com outra proposta para trabalhador rural. Sabe qual é? Acabar com a obrigatoriedade do descanso no domingo. Querem possibilitar que a pessoa trabalhe 18 horas seguidas. Então, eu espero que este Congresso Nacional, que este Senado Federal tenha juízo, que olhe para o povo. É um retrocesso muito grande. É um retrocesso gigantesco, mas estou esperançoso. Aqui tem Senadores do PMDB com quem temos dialogado, que têm tomado posições diferentes. Viu, Senador Dário Berger? Aquele projeto de terceirização que foi aprovado por Eduardo Cunha há um ano veio para cá e ainda não foi aprovado, porque os Senadores estão vendo que a terceirização em todos os setores significa redução de salários, retirada de direitos...

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. PMDB - PI) – Precariza.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Precariza. Então, eu tenho muita esperança de que aqui no Senado vai ser diferente, que a gente vai fazer um grande debate e que esse pacote de maldades vai ser derrotado. Parabéns, Senador Paulo Rocha, pela força do discurso.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Senador Lindbergh, eu acho que a gente tem que somar esforços com esses Líderes também, não só para o debate nas comissões, mas dialogar com o Presidente Eunício, quando ele voltar, para que a gente faça um grande debate numa comissão geral aqui no plenário do Congresso, para que os nossos Senadores e o Plenário do Senado dialoguem com todos os setores da sociedade, porque se mexe com toda uma conquista e uma história, inclusive do processo de setores da economia do nosso País. Por isso a gente tem que chamar para o plenário os grandes empresários, os trabalhadores, as lideranças dos trabalhadores para fazer um grande debate público, transformando o plenário do Senado numa verdadeira comissão geral para dialogar com toda a sociedade brasileira.

Queria por fim dizer que, embora a grande imprensa esteja conivente com esse estado de coisas, principalmente a Rede Globo, não esconderá a reação do nosso povo e da nossa gente. O povo começa a reagir. Não é à toa o povo percebeu qual é o papel do Governo Temer em nosso País. Não é à toa que ele tem apenas 4% ou 5% de reconhecimento popular, porque há uma reação, umas silenciosas, outras indo para as ruas, contra esse estado de coisas. Começou este ano com as mulheres, no dia 8 de março, quando as mulheres transformaram a sua indignação com a reforma da previdência e estabeleceram uma grande mobilização para mostrar ao nosso País que há insatisfação, principalmente das mulheres trabalhadoras rurais, que têm uma conquista na Constituição brasileira de aposentadoria aos 55 anos, e a reforma da previdência quer passar para 65 anos.

Há reação da juventude, que sempre está atenta às grandes transformações do mundo e do nosso País, mas não se pode fazer transformações com derrubada de conquistas, sacrifícios da história da classe trabalhadora.

Nós somos a favor da modernização das leis trabalhistas, somos a favor de reformas que cada vez mais melhorem o arcabouço jurídico do nosso País, somos a favor de reformas que acabem por resolver o problema de alguns entraves para se desenvolver o nosso País e criar condições e oportunidades para todos, mas não concordamos que reforma tire direitos, tire conquistas e, com isso, em nome de avanço, em nome do modernismo, só traga de novo sacrifícios para a classe trabalhadora.

Por fim, a reação do movimento sindical brasileiro.



O dia 28 foi uma demonstração da capacidade de luta e de reação da classe trabalhadora deste País. Por isso, é bom que o Plenário do Senado...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ...que os Senadores brasileiros estejam atentos para ficarmos sintonizados com o nosso povo, a nossa gente, que aqui todos tenham o direito de representar os interesses dos vários setores da sociedade e que, democraticamente, a gente ouça o ronco das ruas para estabelecer decisões fundamentais que vão ao encontro da vontade do povo brasileiro. Para sair de uma vez por todas desta crise política, só o povo nas ruas poderá resolver esses problemas. Para o retorno da democracia, nós temos que ir novamente, para surgir das urnas um governo legítimo, que tenha o poder do povo para fazer as transformações necessárias...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ...para solucionar o problema da crise política e o problema da crise econômica do nosso País.

Por fim, Sr. Presidente, queria gozar da sua compreensão para dar como lida uma informação do meu Estado, o Pará, produto de uma pesquisa que surgiu em torno das capitais brasileiras, das principais cidades do nosso País.

Infelizmente, Belém é uma das piores capitais do Brasil para se viver. O estudo que constata esse triste *ranking* é da Consultoria Marcoplan e foi publicado no site da revista *Exame*. Belém consegue ser menos pior do que cidades também importantes, como Maceió, Porto Velho e Macapá...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ...nos quesitos de saúde, educação, cultura, saneamento e segurança pública.

O estudo analisou a qualidade de vida de cidades com mais de 266 mil habitantes. Macapá ficou com um índice de 0,434, apontada como a pior capital do Brasil no *ranking* geral. Na Região Norte, a capital paraense cai para a terceira pior, ficando atrás de Manaus. As piores colocações de Belém aparecem nos quesitos educação, cultura, saneamento e sustentabilidade. Entre 26 capitais avaliadas, numa lista com 26 capitais, Belém aparece em torno de 22^a, 23^a nessas áreas. O índice de Belém em educação é de 0,369, e em saneamento é de 0,495. No setor de saúde, a nota de Belém é de 0,535...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ...o quinto pior lugar. Portanto, dez anos depois caiu várias posições, ficou abaixo de outras cidades brasileiras. A queda foi maior ainda na educação, saiu de 86º para 92º na lista das 100 cidades pesquisadas. Sr. Presidente, o relatório tem como base a pesquisa do Datasus, Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde, do IBGE, do Sistema Nacional de Informações de Saneamento e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP.

É lamentável que Belém, uma capital premiada durante gestões anteriores, de 1997 a 2004, foi uma gestão do Partido dos Trabalhadores, possuindo atualmente quase 1,5 milhão de habitantes...

(*Soa a campainha.*)



O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ...ainda padece de problemas como falta de saneamento, saúde, escola e segurança pública.

Esse quadro apontado pela pesquisa revela também a descontinuidade das políticas públicas inclusivas e a falta de compromisso com sucessivas gestões municipais, que se preocupam muito mais com algumas obras físicas do que com a qualidade de vida da população. Isso é reflexo de uma situação que a gente vive nas principais cidades brasileiras.

Obrigado, Sr. Presidente.

DISCURSO NA ÍNTegra ENCaminhado PELO SR. SENADOR PAULO ROCHA.

(Inserido nos termos do art. 203 do Regimento Interno.)

(Vide item 3.1.1 do sumário)

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. PMDB - PI) – Agradeço as palavras de V. Ex^a.

Pela ordem de oradores inscritos, convido o nobre Senador Dário Berger, do PMDB de Santa Catarina, e convido V. Ex^a para... Também tem. Está ótimo. Não, eu comprehendo.

Com a palavra, o nobre Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Elmano Férrer, cumprimento V. Ex^a.

Vou falar pouco – vou falar pouco.

Quanto tempo o senhor me permite, Senador Elmano?

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. PMDB - PI) – Pode ficar à vontade. Vinte minutos para V. Ex^a.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Vinte minutos? Eu penso que não será necessário, mas agradeço a V. Ex^a, que se transformou num distinto e dileto amigo aqui no Senado Federal, meu prezado correligionário, que orgulha o Estado do Piauí.

Eu quero me dirigir a V. Ex^a, aos Senadores e às Senadoras, nesta quinta-feira, para abordar um tema que repto também de grande importância no cenário nacional e, sobretudo, de Santa Catarina. Quero falar acerca da necessidade da modernização da legislação referente à recuperação judicial e às falências das empresas em Santa Catarina e no Brasil.

Isso, Sr. Presidente, é muito importante, porque, se as empresas não vão bem, todos nós também não vamos bem, porque é delas que surgem, que nascem as oportunidades, os empregos, a produtividade, a produção de bens e de serviços que atende a nossa população brasileira.

E, Sr. Presidente, em fevereiro de 2005, quando o Governo Lula desfrutava ainda de alta popularidade pelo País, iniciava-se ali um novo e longo ciclo de crescimento econômico. Naquela oportunidade, foi publicada uma lei, a Lei nº 11.101, que inaugurou um novo paradigma para a recuperação judicial, extrajudicial e as falências das empresas instaladas no território nacional.

O advento da nova lei foi saudado por legisladores, pelo meio acadêmico, por especialistas, por empresários como um marco da modernização, em contraposição ao antigo Decreto-lei de nº 7.661, de 1945, que já não respondia mais aos anseios e aos desafios do capitalismo moderno do século XXI.

Nascia ali, portanto, Sr. Presidente, um novo tempo, nascia ali uma esperança. O objetivo era o de romper barreiras, romper também dificuldades e obstáculos e iniciar um novo tempo de oportunidade e de trabalho.



Pois muito bem, passados 12 anos, observamos perplexos e atônitos que a Lei nº 11.101, tão recentemente aprovada, editada e sancionada, infelizmente, já nasceu velha e também não ajuda na prática as empresas em dificuldades financeiras que almejam prosseguir em suas atividades mediante a recuperação judicial. A nova lei foi pensada para que as falências ocorressem apenas em casos extremos. Mas o que se vê na prática são empresas fechando as portas todos os dias.

A Lei nº 11.101 tem vários dispositivos que, em vez de ajudar o empresariado em dificuldades, burocratizou e o afundou ainda mais, criando mais dificuldades. É o caso do prosseguimento da execução contra sócios solidários, de travas bancárias, da classificação em categoria dos credores, do tempo de blindagem da empresa e do alto custo do plano de recuperação, entre outros problemas que engessam muito, substancialmente, qualquer tentativa de reequilíbrio para o empreendedor.

As causas principais das falências são: crédito proibitivo, com essa taxa de juros praticada no Brasil, os juros são estratosféricos e o crédito fica proibitivo; o custo Brasil elevado; a burocracia.

Até em tempos mais remotos, foi criado aqui o Ministério da Desburocratização – V. Ex^a se lembra disso –, que, infelizmente, não prosperou, não avançou. O Brasil continua burocrático, continua pesado. Não anda na velocidade em que precisa andar, para que efetivamente a gente tenha uma economia de mercado competitiva, com o mercado nacional e sobretudo com o mercado internacional.

A segurança jurídica, ao invés de avançar, também regrediu. As pessoas hoje estão movidas pela incerteza da sua produção, do seu negócio, da sua atividade. Isso, efetivamente, requer de nossa parte uma atitude bastante rápida e objetiva em relação a esse assunto.

Pior ainda, Sr. Presidente: Não bastasse a Lei nº 11.101, que se encontra defasada e obsoleta, apesar de jovem, ainda tramita no Congresso Nacional um projeto de reforma do Código Comercial que em nada alivia a vida do comerciante ou do empresário em geral. O projeto é tão ruim e desconectado da realidade que talvez seja melhor manter o antigo código, de 1850, da época de D. Pedro II, naquilo que ainda estiver em vigor.

Dessa forma, recebi com muita preocupação, Sr. Presidente, minha indicação para compor a Comissão Temporária Interna do Senado Federal que examinará o projeto de lei que reforma o Código Comercial, podendo assim contribuir ativamente para a melhoria da legislação e, consequentemente, do ambiente de negócios do povo brasileiro.

O resultado da combinação entre leis ruins e a crise econômica sem precedentes que nós estamos observando no Brasil é visível. De acordo com Indicador Serasa de Falências e Recuperações, em 2016, foram requeridos 1.863 pedidos de recuperações judiciais, 44,8% a mais do que o registrado em 2015. O resultado é o maior para o acumulado do ano desde 2006, após a entrada em vigor da Lei nº 11.101, de 2005. Em 2015, Sr. Presidente, foram 1.287 ocorrências, contra 828 em 2014.

As micro e pequenas empresas lideraram os requerimentos de recuperação judicial de 2016, com 1.134 pedidos, seguidas pelas médias empresas, com 470 pedidos, e pelas grandes empresas, com 259 pedidos.

Meu Estado de Santa Catarina, por exemplo, nunca havia registrado tantos pedidos de recuperação judicial como em 2016. Por isso, a minha preocupação e o meu alerta. Foram 150, um aumento de 158% em relação a 2015, aumento esse substancialmente superior ao registrado em todo o País.



O Governo precisa enxergar que, se o setor privado vai mal, como já falei, todos vamos mal, todos perdemos, incluindo o setor público, o setor privado, as famílias e todo o povo brasileiro.

O Poder Executivo vem trabalhando, Sr. Presidente, de forma inédita, com projeções de altíssimos déficits nas contas públicas na própria lei orçamentária, o que não é prudente e chega às raias do absurdo. Isso significa dizer que todo o esforço para enxugar a máquina pública se reverterá apenas, na melhor das hipóteses, em buracos orçamentários superiores a R\$100 bilhões por ano.

A solução para que todos nós, setor público e setor privado, equacionemos esta crise passa por um choque de capitalismo moderno que o Brasil efetivamente nunca experimentou.

A única solução possível é reformar a Lei nº 11.101, de 2005, para que empresas consigam sobreviver em períodos de turbulência, honrem seus compromissos com credores de forma digna e continuem a gerar emprego, renda e desenvolvimento. É efetivamente uma nova era que precisa ser construída.

Portanto, eu rogo e peço ao Poder Executivo que publique os resultados do grupo de trabalho criado pela Portaria nº 476, de 16 de dezembro de 2016, do Ministério da Fazenda, com o objetivo de aprimorar essa lei que não atende mais às necessidades do empresariado brasileiro, que é a Lei nº 11.101, de 2005.

Que essa discussão, Sr. Presidente, chegue aqui ao Senado Federal e à Câmara dos Deputados, para que possamos, a partir do diálogo e do debate, construir um consenso e uma legislação mais enxuta e favorável para quem verdadeiramente sustenta a economia nacional, acrescentando que essas dificuldades todas de falência e recuperação judicial, como já mencionei, estão diretamente relacionadas, na minha opinião, àqueles fatores que acabei de mencionar, mas, sobretudo, aos juros, que continuam sendo proibitivos em nosso País. Chegamos a quase 15%, num passado recente, de juros – 14,25%, meses atrás. É bem verdade que a taxa selic, os juros vêm baixando, mas o que baixou, na verdade, foi a inflação, e não o juro. O juro permanece 6 a 7%, é o maior juro praticado em todos os países em desenvolvimento e no mundo inteiro.

A dívida pública, com isso, Sr. Presidente, já atingiu R\$4,5 trilhões, cerca de 70%, um pouco mais, do PIB, de todas as riquezas produzidas no Brasil. Mas o problema – quero defender aqui, Sr. Presidente – não é necessariamente o tamanho da dívida, mas, sim, o custo que essa dívida representa para o País, porque o custo da dívida no Brasil chega a 17%, enquanto, nos Estados Unidos, é em torno de 1%; enquanto, no Japão, é de menos de 1%. Então, o problema não é o tamanho da dívida. O problema do Brasil é o custo dessa dívida, quanto é pago para captar esse dinheiro para fomentar o desenvolvimento, infraestrutura, investindo em saúde, educação, segurança etc. e tal.

Outros países têm uma dívida até bem maior do que a brasileira, porém eles têm capacidade de absorver o custo dessa dívida, porque os juros pagos por ela são praticamente insignificantes se comparados ao Brasil. Veja bem: de 1 para 17%.

Aí, vamos perceber que o maior gargalo que temos de enfrentar neste País está relacionado na execução orçamentária de 2015, de 2016 – é só nós pegarmos lá, Senador Elmano –, e vamos verificar que, no ano passado, nós pagamos mais de R\$1 trilhão com os serviços da dívida e o pagamento de juros da dívida. Isso, por si só, nós nem conseguimos mensurar exatamente o que representa, mas, se fizermos um comparativo com o que investimos, vamos dizer assim, na infraestrutura, nas nossas



rodovias, nas nossas ferrovias, no nosso parque de portos e aeroportos, vamos chegar à conclusão de que realmente não precisa de muita inteligência para perceber que essa matemática não fecha.

E, se nós formos ainda comparar com saúde, educação e segurança pública, nós vamos chegar à conclusão de que nós pagamos mais de 100% do serviço da dívida e do juro e investimos em saúde e educação 10% praticamente disso que custa para nós, o que é um absurdo!

Vamos ser sinceros e objetivos. Não há como um país sobreviver a não ser ampliando a sua pobreza e a sua dependência com aqueles que são mais necessitados, quando, na verdade, nós pagamos mais de R\$1 trilhão de juros da dívida e de rolagem da dívida e investimos menos de R\$100 bilhões com saúde, menos de R\$100 bilhões com educação, e, se eu não me engano – não tenho exatamente esse número –, mas na construção de novas rodovias, em manutenção das nossas rodovias, cerca de R\$8 bilhões. Aí percebemos que há buraco esperando buraco para entrar, e o Governo não dá conta de fazer com que o nosso sistema rodoviário possa transportar a nossa riqueza nacional. Então, veja bem, as reformas que nós precisamos fazer neste País.

Para concluir, Sr. Presidente, uma das questões que me chamou muito a atenção na comissão de controle presidida pelo Senador Ataídes... Nós tivemos uma audiência pública ontem em que fomos tratar de cartões de crédito, juros do cartão de crédito. Os juros do cartão de crédito hoje giram em torno de 400 e tantos, 490%, quase 500%. Isso é de rir. Eu fiz uma pergunta lá e quero indagar aqui: por que os bancos públicos, por exemplo, não entram nessa questão e praticam juros menores, forçando efetivamente o mercado financeiro a baixar essa taxa de juro? Mas me parece que os bancos públicos também estão surdos. Eles não estão vendo com nitidez o que precisa ser visto para que efetivamente possam fazer uma intervenção no mercado financeiro para baixar a taxa de juro.

Por mais incrível que pareça, eu, como gosto mais de Matemática do que de discurso – aliás, o meu forte nunca foi o discurso. Eu sempre tive na minha mente a máxima de que pouco discurso e muito trabalho é uma forma mais dinâmica e moderna das administrações públicas –, quero dar um exemplo para V. Ex^a, para os Senadores e Senadoras: se nós, com uma taxa de juros de 490%, hoje, contraímos uma dívida no cartão de crédito de R\$1 mil, no ano que vem, nessa mesma data, nesse mesmo dia, nesse mesmo horário, nós estaremos devendo para o cartão de crédito, para a instituição financeira cerca de R\$4,5 mil. E o que é pior, Sr. Presidente: daqui a cinco anos, nós estaríamos devendo R\$1,13 milhão. E, daqui a dez anos, R\$1,28 bilhão.

Então, eu quero perguntar aqui ao Plenário do Senado Federal...

(Soa a campainha.)

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Eu quero perguntar a V. Ex^a se V. Ex^a não tem interesse em que eu lhe empreste – eu estou com vontade de emprestar – R\$1 mil para receber, daqui a dez anos, R\$1,28 milhão. Aliás, para V. Ex^a, dada a estima que tenho, eu posso fazer uma redução desse juro; posso diminuí-lo em 50%, diminuí-lo em 70%, em 80%, porque realmente me parece brincadeira. Chega às raias de termos que brincar, porque não é possível que eu possa deparar com uma realidade dessa natureza no Brasil do século XXI, que nós estamos vivendo.

Eu até peço aos meus assessores que estão aqui no plenário do Senado Federal que chequem esses números, porque eles chegam às raias do inacreditável. É calculado assim porque é juro



composto, é juro sobre juro, e juro sobre juro. Lamentavelmente, é o que se tem na triste realidade do momento financeiro que nós estamos vivendo no País.

Então, meus amigos, eu vou ficando por aqui, agradecendo a V. Ex^a, Senador Elmano Férrer, desejando a V. Ex^a uma ótima semana. E, na semana que vem, estaremos aqui de novo no plenário do Senado Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. PMDB - PI) – Eu queria cumprimentar V. Ex^a pela oportunidade do discurso, do pronunciamento. E, por sinal, como no primeiro que V. Ex^a fez na terça-feira, trouxe assunto da mais alta relevância. V. Ex^a acaba de dar uma aula de economia. Inclusive, no outro pronunciamento feito na terça, V. Ex^a tratou não só de economia, mas sobretudo da questão do desemprego em nosso País. Lembro que V. Ex^a também proferiu um pronunciamento que foi uma aula de economia, como acaba de realizar. Por isso, eu quero cumprimentá-lo e dizer que esse é um desafio.

V. Ex^a ainda vem de um Estado de economia sólida, de grandes empreendedores, de pequenos, micro e médios empreendedores, inclusive de empreendimentos territorialmente bem distribuídos – esse foi um dos grandes trabalhos do Luiz Henrique, nosso companheiro de saudosa memória –, e traz uma situação como essa.

Eu creio que, nesse momento de crise, nós temos que fazer um esforço muito grande junto, sobretudo, aos bancos oficiais e privados, no sentido de que não deixemos as empresas morrerem, porque a situação vai se agravar. A cada empresa que se fecha neste País, são empregos que deixam de existir.

Eu sempre fui um entusiasta não só da questão relacionada à atração de investimentos e empreendedores para o Estado nosso, o Estado do Piauí, e para a Região Nordeste, como tive a preocupação redobrada em crises como essa, no sentido de manter as empresas vivas, fazer tudo o que for possível, sobretudo na questão das negociações não só hoje, como se estabelece a recuperação judicial com os bancos, mas, sobretudo, negociações. Eu creio que essa preocupação deve ser, como é a de muitos Senadores e de Deputados, no sentido de mantermos e recuperarmos a economia.

Nós temos que voltar a retomar a geração de novos empregos e não podemos, num momento como este, que foi motivo de discurso de V. Ex^a na terça-feira, com relação às altas taxas de desemprego que predominam em todo o País... Há um esforço do Governo no sentido de recuperar, sendo que está estabelecida a condição das reformas que estão sendo implementadas.

Cumprimento V. Ex^a pela relevância e pela oportunidade dos discursos de V. Ex^a, que retratam um problema ou vários problemas que nós estamos atravessando.

V. Ex^a vai voltar ao seu Estado, ao Estado de Santa Catarina, a nossa Florianópolis, na certeza de ter dado, nesta semana, uma grande contribuição, qualificando, inclusive, os debates e pronunciamentos aqui nesta Casa.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. PMDB - PI) – Não havendo mais nenhum orador inscrito, declaramos encerrada a presente sessão não deliberativa.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 57 minutos.)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 57^a SESSÃO

EXPEDIENTE

Discurso encaminhado à publicação



O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s Senadoras e Srs. Senadores, a manchete do jornal "Diário do Pará" desta quinta-feira, 4 de maio, traz um fato que já vínhamos notando: Belém é uma das piores capitais do Brasil para se viver. O estudo que constata esse triste ranking é da consultoria Macroplan e foi publicado no site da revista Exame.

Belém consegue ser menos pior que Maceió, Porto Velho e Macapá nos quesitos saúde, educação, cultura, saneamento e segurança pública. O estudo analisou a qualidade de vida de cidades com mais de 266 mil habitantes.

Macapá ficou com um índice de 0,434 e é apontada como a pior capital do País no ranking geral. Na região Norte, a capital paraense cai para a terceira pior, ficando atrás de Manaus.

As piores colocações de Belém aparecem nos quesitos Educação, cultura e saneamento e sustentabilidade. Entre 26 capitais avaliadas, numa lista de 26 capitais, Belém aparece em 23º lugar nestas áreas.

O índice de Belém em educação é de 0,369 e, em saneamento chega a 0,495. No setor de saúde, a nota de Belém é de 0,535, o quinto pior lugar. O estudo leva em conta os anos entre 2005 a 2015. Nesse período, a cidade só piorou. Em 2005, Belém aparecia na posição 87 no ranking geral de 100 cidades avaliadas.

Dez anos depois, caiu duas posições: ficou em 89 no geral. Na área de educação, a queda foi maior: saiu de 86 para 92 na lista de 100 cidades pesquisadas. Na saúde, a situação é péssima. Belém tem 44,1% de cobertura na atenção básica. Capitais como Vitória tem 100%.

Belém dispõe de esgoto em somente 12,8% da cidade. Esse baixo percentual lhe rende estar na posição 91 entre 100 capitais cidades brasileiras.

O relatório publicado pela revista Exame tem por base pesquisa do Datasus - o Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde, o IBGE, o Sistema Nacional e Informações sobre Saneamento e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

É lamentável que Belém, uma capital premiada durante a gestão do PT, de 1997 a 2004, possuindo atualmente quase um milhão e meio de habitantes, ainda padeça de problemas como falta de saneamento, saúde, escola e segurança pública.

Esse quadro apontado pela pesquisa revela também a descontinuidade das políticas públicas inclusivas e a falta de compromisso das sucessivas gestões municipais, que se preocuparam muito mais com algumas obras físicas do que com a qualidade de vida da população.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.



Pareceres



Foram encaminhados à publicação os Pareceres nºs 39, 40 e 42, de 2017, da CCT, que concluem pelo conhecimento e posterior arquivamento dos Ofícios nºs S/44 e S/46, de 2015; e do Aviso nº 29, de 2012.

A Presidência, em cumprimento às conclusões da Comissão, encaminha as matérias ao Arquivo. São os seguintes os pareceres:





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 39, DE 2017

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o processo Ofício "S" nº 44, de 2015, que Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 15/2015, de que trata o PDC nº 1310/2004, referente à transferência indireta, para outros grupos de cotistas de concessionária de serviços de radiodifusão em ondas médias da Rádio Contemporânea Ltda., no Município do Rio de Janeiro - RJ.

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar

RELATOR: Senador Jorge Viana

03 de Maio de 2017



PARECER N° , DE 2017

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o *Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 15, de 2015*, remetido ao Senado Federal por meio do Ofício “S” nº 44, de 2015 (OFC nº 72, de 2015, na Câmara dos Deputados), que comunica a transferência indireta, para outros grupos de cotistas, do controle societário da **Rádio Contemporânea Ltda.**, concessionária de serviços de radiodifusão em ondas médias no município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.



SF/17806.09930-00

Relator: Senador **JORGE VIANA**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação Comunicação e Informática (CCT) o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 15, de 2015, que informa a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da *Rádio Contemporânea Ltda.*, concessionária de serviços de radiodifusão em ondas médias no município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

A matéria foi remetida ao Senado Federal pela Câmara dos Deputados por meio do Ofício “S” nº 44, de 2015 (OFC nº 72, de 2015, na origem), que encaminha a Mensagem nº 358, de 29 de junho de 2010, acompanhada do Despacho de 7 de junho de 2010 e da Exposição de Motivos nº 53, de 11 de fevereiro de 2010, do Ministro de Estado das Comunicações, que apresenta os novos quadros societário e diretivo da concessionária, além de declarar que a Consultoria Jurídica daquela Pasta manifestou-se favoravelmente à transferência, por entender que os novos sócios preenchem as qualificações exigidas pelas normas que regem o serviço.



2³

II – ANÁLISE

De acordo com o art. 104-C do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CCT, entre outras atribuições, examinar questões atinentes aos serviços de radiodifusão, inclusive a outorga, renovação e transferência de suas licenças.

A referida alteração contratual se dá nos termos do § 2º do art. 89 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e vem ao Congresso Nacional em cumprimento ao que determinam o § 5º do art. 222 da Constituição Federal e o art. 3º da Lei nº 10.610, de 20 de dezembro de 2002.



SF/17806.09930-00

A apreciação, pelo Colegiado, das comunicações de transferências diretas ou indiretas em empresas executantes de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, encontra disciplina no Ato Normativo nº 2, de 2011 – CCT.

Em seu art. 4º, o mencionado ato determina que os processos referentes a avisos de alteração societária datados até 31 de dezembro de 2010 serão conhecidos e arquivados por esta Comissão, preferencialmente com os respectivos processos de outorga ou renovação.

Como se viu, o aviso acerca da mudança no quadro societário da Rádio Contemporânea Ltda. foi encaminhado ao Congresso Nacional por meio da Mensagem nº 358, de 29 de junho de 2010, oriunda da Presidência da República.

III – VOTO

Em vista do exposto, opinamos pelo **arquivamento** do Ofício “S” nº 44, de 2015, que comunica a transferência indireta, para outros grupos de cotistas, do controle societário da Rádio Contemporânea Ltda., concessionária de serviços de radiodifusão em ondas médias no município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

mu2017-02611



4

3

Sala da Comissão,

, Presidente,

, Relator


SF/17806.09930-00

mu2017-02611



Senado Federal

Relatório de Registro de Presença

CCT, 03/05/2017 às 08h30 - 8ª, Extraordinária

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PMDB		
TITULARES	SUPLENTES	
WALDEMAR MOKA	PRESENTE	1. AIRTON SANDOVAL
VAGO		2. HÉLIO JOSÉ
VALDIR RAUPP	PRESENTE	3. VAGO
JOÃO ALBERTO SOUZA	PRESENTE	4. VAGO

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PDT, PT)		
TITULARES	SUPLENTES	
ÂNGELA PORTELA	PRESENTE	1. GLEISI HOFFMANN
VAGO		2. LINDBERGH FARIA
JORGE VIANA Relator	PRESENTE	3. PAULO ROCHA
ACIR GURGACZ		4. REGINA SOUSA

Bloco Social Democrata(PSDB, PV, DEM)		
TITULARES	SUPLENTES	
FLEXA RIBEIRO	PRESENTE	1. DAVI ALCOLUMBRE
RICARDO FERRAÇO		2. VAGO
JOSÉ AGRIPIINO		3. VAGO

Bloco Parlamentar Democracia Progressista(PP, PSD)		
TITULARES	SUPLENTES	
OMAR AZIZ	1. GLADSON CAMELI	PRESENTES
OTTO ALENCAR Presidente	PRESENTE	2. IVO CASSOL

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PPS, PSB, PCdoB, REDE)		
TITULARES	SUPLENTES	
RANDOLFE RODRIGUES	1. LÍDICE DA MATA	PRESENTES
VAGO	2. CRISTOVAM BUARQUE	

Bloco Moderador(PTB, PSC, PRB, PR, PTC)		
TITULARES	SUPLENTES	
VAGO	1. PEDRO CHAVES	PRESENTES
MAGNO MALTA	2. EDUARDO LOPES	

SENADO FEDERAL

Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática
Confere com o original

Em 03/05/2017

Egli Lucena Alves Moreira
Egli Lucena Alves Moreira
Secretária da Comissão de Ciência,
Tecnologia, Inovação, Comunicação
e Informática

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática	
nº _____	de 20 _____
Fis. _____	

Não Membros Presentes

JOSÉ PIMENTEL
RONALDO CAIADO
HUMBERTO COSTA
PAULO PAIM

DECISÃO DA COMISSÃO

(OFS 44/2015)

EM REUNIÃO REALIZADA NESTA DATA, APÓS A LEITURA DO RELATÓRIO, ENCERRADA A DISCUSSÃO, COLOCADO EM VOTAÇÃO, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO DE AUTORIA DO SENADOR JORGE VIANA, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CCT, PELO CONHECIMENTO E POSTERIOR ARQUIVAMENTO DA MATÉRIA.

03 de Maio de 2017

Senador OTTO ALENCAR

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 40, DE 2017

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o processo Ofício "S" nº 46, de 2015, que Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 17/2015, referente à transferência indireta, para outros grupos de cotistas de concessionária de serviços de radiodifusão em ondas médias da Sociedade Rádio Hulha Negra de Criciúma Ltda., no Município de Criciúma - SC.

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar

RELATOR: Senador Valdir Raupp

03 de Maio de 2017



PARECER N° , DE 2017

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 17, de 2015, remetido ao Senado Federal por meio do Ofício "S" nº 46, de 2015 (OFC nº 74, de 2015, na Câmara dos Deputados), que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da Sociedade Rádio Hulha Negra de Criciúma Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão em ondas médias no município de Criciúma, Estado de Santa Catarina.



SF/17871/45153-45

Relator: Senador **VALDIR RAUPP**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação Comunicação e Informática (CCT) o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão – CAC nº 17, de 2015, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da Sociedade Rádio Hulha Negra de Criciúma Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão em ondas médias, no município de Criciúma, Estado de Santa Catarina.

A matéria foi remetida ao Senado Federal pela Câmara dos Deputados por meio do Ofício "S" nº 46, de 2015 (OFC nº 74, de 2015, na origem), que encaminha a Mensagem nº 358, de 29 de junho de 2010, e da Exposição de Motivos nº 55, de 11 de fevereiro de 2010, do Ministro de Estado das Comunicações, que apresenta os novos quadros societário e diretor da concessionária, além de declarar que a Consultoria Jurídica daquela Pasta manifestou-se favoravelmente à transferência, por entender que os novos sócios preenchem as qualificações exigidas pelas normas que regem o serviço.



II – ANÁLISE

De acordo com o art. 104-C do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CCT, entre outras atribuições, examinar questões atinentes aos serviços de radiodifusão, inclusive a outorga, renovação e transferência de suas licenças.

A referida alteração contratual se dá nos termos do § 2º do art. 89 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e vem ao Congresso Nacional em cumprimento ao que determinam o § 5º do art. 222 da Constituição Federal e o art. 3º da Lei nº 10.610, de 20 de dezembro de 2002.

A apreciação, pelo Colegiado, das comunicações de transferências diretas ou indiretas em empresas executantes de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, encontra disciplina no Ato Normativo nº 2, de 2011 – CCT.

Em seu art. 4º, o mencionado ato determina que os processos referentes a avisos de alteração societária datados até 31 de dezembro de 2010 serão conhecidos e arquivados por esta Comissão, preferencialmente com os respectivos processos de outorga ou renovação.

Como se viu, o aviso acerca da mudança no quadro societário da Sociedade Rádio Hulha Negra de Criciúma Ltda. foi encaminhado ao Congresso Nacional por meio da Mensagem nº 358, de 29 de junho de 2010, oriunda da Presidência da República.

Além disso, a Consultoria Jurídica do então Ministério das Comunicações manifestou-se favoravelmente à transferência, por entender que os novos sócios preenchem as qualificações exigidas pelas normas que regem o serviço.

De ter-se, assim, por efetivada a devida comunicação ao Congresso Nacional, nos termos do art. 3º da Lei nº 10.610, de 2002.

SF/17871.45153-45




4

3

III – VOTO

Em vista do exposto, opinamos pelo arquivamento do Ofício “S” nº 46, de 2015, que comunica a transferência indireta, para outros grupos de cotistas, do controle societário da Sociedade Rádio Hulha Negra de Criciúma Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão em ondas médias no município de Criciúma, Estado de Santa Catarina.


SF/17871/45153-45

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





Senado Federal

5

Relatório de Registro de Presença

CCT, 03/05/2017 às 08h30 - 8ª, Extraordinária

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PMDB		
TITULARES		SUPLENTES
WALDEMAR MOKA	PRESENTE	1. AIRTON SANDOVAL PRESENTE
VAGO		2. HÉLIO JOSÉ
VALDIR RAUPP Relator	PRESENTE	3. VAGO
JOÃO ALBERTO SOUZA	PRESENTE	4. VAGO

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PDT, PT)		
TITULARES		SUPLENTES
ÂNGELA PORTELA	PRESENTE	1. GLEISI HOFFMANN
VAGO		2. LINDBERGH FARIAZ
JORGE VIANA	PRESENTE	3. PAULO ROCHA
ACIR GURGACZ		4. REGINA SOUSA

Bloco Social Democrata(PSDB, PV, DEM)		
TITULARES		SUPLENTES
FLEXA RIBEIRO	PRESENTE	1. DAVI ALCOLUMBRE
RICARDO FERRAÇO		2. VAGO
JOSÉ AGripino		3. VAGO

Bloco Parlamentar Democracia Progressista(PP, PSD)		
TITULARES		SUPLENTES
OMAR AZIZ		1. GLADSON CAMELI PRESENTE
OTTO ALENCAR Presidente	PRESENTE	2. IVO CASSOL

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PPS, PSB, PCdoB, REDE)		
TITULARES		SUPLENTES
RANDOLFE RODRIGUES	PRESENTE	1. LÍDICE DA MATA PRESENTE
VAGO		2. CRISTOVAM BUARQUE

Bloco Moderador(PTB, PSC, PRB, PR, PTC)		
TITULARES		SUPLENTES
VAGO		1. PEDRO CHAVES PRESENTE
MAGNO MALTA		2. EDUARDO LOPES

Não Membros Presentes

JOSÉ PIMENTEL
RONALDO CAIADO
HUMBERTO COSTA
PAULO PAIM

SENADO FEDERAL
Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática
Confere com o original

Em 03/05/2017

Lucena Moreira
Secretaria da Comissão de Ciência,
Tecnologia, Inovação, Comunicação
e Informática

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática	
nº _____	de 20 _____
Fie. _____	

03/05/2017 10:24:59

Página 1 de 1



DECISÃO DA COMISSÃO

(OFS 46/2015)

EM REUNIÃO REALIZADA NESTA DATA, APÓS A LEITURA DO RELATÓRIO, ENCERRADA A DISCUSSÃO, COLOCADO EM VOTAÇÃO, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO DE AUTORIA DO SENADOR VALDIR RAUPP, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CCT, PELO CONHECIMENTO E POSTERIOR ARQUIVAMENTO DA MATÉRIA.

03 de Maio de 2017

Senador OTTO ALENCAR

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 42, DE 2017

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o processo Aviso nº29, de 2012, que Encaminha cópia do Acórdão nº 1233/2012 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, cujo objeto foi avaliar se a gestão e o uso da tecnologia da informação estão de acordo com a legislação e aderentes às boas práticas de governança de TI (TC 011.722/2010-7).

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar
RELATOR: Senador Waldemir Moka

03 de Maio de 2017



PARECER N° , DE 2017

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Aviso nº 29, de 2012 (Aviso nº 525-Seses-TCU-Plenário, de 23 de maio de 2012, na origem), do Tribunal de Contas da União (TCU), que *encaminha cópia do Acórdão nº 1.233/2012-TCU-Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, cujo objeto foi avaliar se a gestão e o uso da tecnologia da informação estão de acordo com a legislação e aderentes às boas práticas de governança de TI (TC 011.772/2010-7).*



SF/17769.79497-98

Relator: Senador **WALDEMAR MOKA**

I – RELATÓRIO

Em cumprimento ao rito legislativo, encontra-se sob exame da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) o Aviso nº 29, de 2012 (Aviso nº 525-Seses-TCU-Plenário, de 23 de maio de 2012, na origem), que encaminha o Acórdão nº 1.233/2012-TCU-Plenário, do Tribunal de Contas da União (TCU), relativo ao relatório consolidado das ações do Tema de Maior Significância (TMS) 6 – Gestão e Uso de Tecnologia da Informação (TI).

Elaborado pela Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (SEFTI) daquele Tribunal, o relatório em tela integra o Plano de Fiscalização para os anos de 2010 e 2011, avaliou se a gestão e o uso da tecnologia da informação corresponderam às normas de governança de TI (TC 011.772/2010-7).

Nesse sentido, o Relatório das Ações do TMS 6/2010 – Gestão e Uso de TI diagnosticou o uso das tecnologias de informação na



administração pública federal, a partir de 21 fiscalizações em 315 organizações públicas federais.

O relatório concluiu que há baixa maturidade na governança de TI nos órgãos federais, consequência direta das limitações impostas pela governança corporativa a seu desenvolvimento.

Segundo o documento, mais de 60% das organizações não possuem planejamento estratégico de TI; algumas organizações continuam a ter sua TI totalmente controlada por pessoas estranhas a seus quadros de pessoal; são graves os problemas de segurança da informação, já que informações críticas não são protegidas adequadamente; metade das organizações não possui método ou processo para desenvolvimento de softwares e aquisição de bens e serviços de informática, o que gera riscos de irregularidades em contratações; a atuação sistemática da alta administração com respeito à TI ainda é incipiente; mas da metade das organizações está no estágio inicial de governança de TI e apenas 5% encontram-se em estágio aprimorado.

Além disso, 14 auditorias *in loco* sugeriram que, na administração pública federal, a situação real de governança de TI pode ser mais crítica do que a diagnosticada.

Em relação aos aspectos legais das contratações de soluções de TI analisadas, o TCU constatou *forte tendência de contratação por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP)*. O mesmo ocorre com as contratações com empresas públicas prestadoras de serviços de TI, que, de igual forma, não são excepcionalizadas da legislação.

No Senado, além da CCT, o Aviso nº 29, de 2012 foi distribuído para a apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que examinou a matéria no âmbito das recomendações apresentadas pelo Tribunal.

II – ANÁLISE

O conjunto de recomendações propostas pelo Acórdão nº 1.233/2012–TCU–Plenário abrange a totalidade dos órgãos e entidades dos Poderes Executivo e Judiciário, além do Ministério Público. À Câmara dos Deputados, ao Senado Federal e ao TCU se propõem recomendações para que avaliem todas as orientações expedidas no referido Acórdão e adotem as medidas necessárias à sua implementação.

mu2017-02137

SF/17769.79497-98
|||||

A Corte de Contas apresentou as seguintes as recomendações a esta Casa:

1) **Item 9.19:** recomendar, com fundamento na Lei nº 8.443/1992, art. 43, inciso I, combinado com o Regimento Interno do Tribunal de Contas da União (RITCU), art. 250, inciso III, ao Senado Federal que avalie as orientações contidas no Acórdão e adote as medidas necessárias à sua implementação;

2) **Item 9.44.5.5:** encaminhar o estudo elaborado pelo TCU intitulado “Critérios gerais de controle interno na administração pública” à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, com o objetivo de subsidiar possível anteprojeto de proposta legislativa para alteração da Lei de Responsabilidade Fiscal;

3) **Item 9.44.5.7.5:** encaminhar cópia do Acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) do Senado Federal;

4) **Item 9.44.5.7.6:** encaminhar cópia do Acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, à Subcomissão Permanente de Serviços de Informática (CCTSINF) da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) do Senado Federal.

Os itens 1 e 2 foram devidamente analisados pela CAE, que concluiu por encaminhar a matéria para o conhecimento pela Diretoria Geral do Senado para fins de verificação da recomendação constante do item 9.17 do Acórdão nº 1.233/2012-TCU-Plenário; e por não recomendar a proposta contida no referido anteprojeto de lei devido a existência de dispositivos que violam dispositivos constitucionais.

Em relação ao item 3, a presente matéria foi despachada para este Colegiado, que ora a aprecia.

Por fim, em resposta ao item 4, cumpre informar que a Subcomissão Permanente de Serviços de Informática desta Comissão foi extinta com a aprovação do Requerimento nº 14, de 2015 – CCT, em 14 de abril de 2015.

mu2017-02137

SF/17769.79497-98
|||||

4⁵

III - VOTO

Em face do exposto, opinamos pelo conhecimento e posterior arquivamento do Aviso (AVS) nº 29, de 2012, do Tribunal de Contas da União.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

SF/17769.79497-98
|||||

mu2017-02137





6

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença

CCT, 03/05/2017 às 08h30 - 8ª, Extraordinária

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PMDB			
TITULARES		SUPLENTES	
WALDEMAR MOKA Relator	PRESENTE	1. AIRTON SANDOVAL	PRESENTE
VAGO		2. HÉLIO JOSÉ	
VALDIR RAUPP	PRESENTE	3. VAGO	
JOÃO ALBERTO SOUZA	PRESENTE	4. VAGO	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PDT, PT)			
TITULARES		SUPLENTES	
ÂNGELA PORTELA	PRESENTE	1. GLEISI HOFFMANN	
VAGO		2. LINDBERGH FARIAZ	
JORGE VIANA	PRESENTE	3. PAULO ROCHA	
ACIR GURGACZ		4. REGINA SOUSA	

Bloco Social Democrata(PSDB, PV, DEM)			
TITULARES		SUPLENTES	
FLEXA RIBEIRO	PRESENTE	1. DAVI ALCOLUMBRE	
RICARDO FERRAÇO		2. VAGO	
JOSÉ AGripino		3. VAGO	

Bloco Parlamentar Democracia Progressista(PP, PSD)			
TITULARES		SUPLENTES	
OMAR AZIZ		1. GLADSON CAMELI	PRESENTE
OTTO ALENCAR Presidente	PRESENTE	2. IVO CASSOL	

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PPS, PSB, PCdoB, REDE)			
TITULARES		SUPLENTES	
RANDOLFE RODRIGUES	PRESENTE	1. LÍDICE DA MATA	PRESENTE
VAGO		2. CRISTOVAM BUARQUE	

Bloco Moderador(PTB, PSC, PRB, PR, PTC)			
TITULARES		SUPLENTES	
VAGO		1. PEDRO CHAVES	PRESENTE
MAGNO MALTA		2. EDUARDO LOPES	

Não Membros Presentes

JOSÉ PIMENTEL
RONALDO CAIADO
HUMBERTO COSTA
PAULO PAIM

SENADO FEDERAL
Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática
Confere com o original

Em 03/05/2017

Lucena Moreira
Secretaria da Comissão de Ciência,
Tecnologia, Inovação, Comunicação
e Informática

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática
nº _____ de 20 _____
Fie.

03/05/2017 10:24:59

Página 1 de 1



DECISÃO DA COMISSÃO

(AVS 29/2012)

EM REUNIÃO REALIZADA NESTA DATA, APÓS A LEITURA DO RELATÓRIO, ENCERRADA A DISCUSSÃO, COLOCADO EM VOTAÇÃO, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO DE AUTORIA DO SENADOR WALDEMIR MOKA, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CCT, PELO CONHECIMENTO E POSTERIOR ARQUIVAMENTO DA MATÉRIA.

03 de Maio de 2017

Senador OTTO ALENCAR

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática



Projetos de Lei do Senado





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 135, DE 2017

Altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, para possibilitar a arbitragem para a definição dos valores de indenização nas desapropriações por utilidade pública, nas condições que especifica.

AUTORIA: Senador Antonio Anastasia

DESPACHO: À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

PROJETO DE LEI DO SENADO N° , DE 2017

Altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, para possibilitar a arbitragem para a definição dos valores de indenização nas desapropriações por utilidade pública, nas condições que especifica.

SF/17894.45573-01

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941 passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 10.** A desapropriação deverá efetivar-se por acordo, pela via judicial ou pela via arbitral, dentro de cinco anos, contados da data da expedição do respectivo decreto e findos os quais este caducará.

§1º Somente após um ano poderá ser o mesmo bem objeto de nova declaração.

§2º Extingue-se em cinco anos o direito de propor ação que vise a indenização por restrições decorrentes de atos do Poder Público.(NR)”

“**Art. 10-A.** Em até cinco dias após a publicação do decreto de desapropriação, o Poder Público deverá notificar o proprietário, apresentando-lhe oferta de indenização.

§1º A notificação conterá as seguintes informações:

I - o valor da oferta;

II - a cópia do decreto de desapropriação;

III - a planta ou a descrição dos bens e suas confrontações;

IV - o prazo de quinze dias para aceitar ou rejeitar a oferta, sendo o silêncio considerado rejeição;

V - a possibilidade de o particular optar por discutir o valor de indenização pela via arbitral, nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, a ser custeada pelo Poder Público.

§1º Aceita a oferta e realizado o pagamento, será lavrado acordo, o qual será título hábil para a transcrição no registro de imóveis.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

§2º Rejeitada a oferta, ou transcorrido o prazo sem manifestação, o Poder Público procederá na forma dos art. 11 e seguintes deste Decreto-Lei.”

“**Art. 10-B.** Feita a opção pela via arbitral, o particular responderá à notificação indicando sua escolha, nomeando desde já um árbitro.

§1º Em até dez dias, o Poder Público nomeará um outro árbitro.

§2º Nomeados os dois árbitros, estes realizarão a nomeação de um terceiro, o qual será o Presidente do tribunal arbitral.

§3º Na indicação dos árbitros será respeitado o disposto nos arts. 13 a 18 da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996.

§4º Os honorários dos árbitros serão pagos pelo Poder Público.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, aplicando-se às desapropriações cujo decreto seja publicado após essa data.

JUSTIFICAÇÃO

Festejamos em 2016 os 20 anos da edição da Lei de Arbitragem (Lei nº 9.307, de 1996) que se transformou em um grande instrumento para a solução de conflitos, por se um meio ágil, econômico e seguro para dirimir litígios.

A arbitragem tornou-se uma excelente alternativa à *via crucis* judicial que, no Brasil, conta com uma notável lentidão e falta de especialização no trato de diversas questões.

Como se sabe, na arbitragem, as partes consentem e convencionam dirimir suas controvérsias por meio de árbitros livremente escolhidos. Além de descongestionar o Poder Judiciário, do que resultam ganhos para toda a coletividade, a sentença arbitral é proferida com indiscutível rapidez por árbitros altamente especializados, que podem fundamentar suas decisões com base em critérios de equidade e até nos costumes, sem apego ao formalismo jurídico extremado, em que as decisões de mérito cedem espaço, não raro, a filigranas de toda ordem.

SF/17894.45573-01





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

O sucesso da Lei de Arbitragem também pode ser medido pela nova fase que se inaugurou em 2015, com a Lei nº 13.129, de 2015, que passou a admitir que “a administração pública direta e indireta poderá utilizar-se da arbitragem para dirimir conflitos relativos a direitos patrimoniais disponíveis”. Eis, pois, a demonstração cabal de que a arbitragem é método válido e confiável de resolução de conflitos, inclusive nas hipóteses em que o interesse público seja diretamente afetado. Rompeu-se, assim, com mais um tabu que rondava o referido instituto, tamanho o êxito alcançado nessas últimas duas décadas.

Este projeto de lei pretende dar um passo adiante, especificamente na área da desapropriação, prevendo o direito do particular de definir o valor da indenização pela via arbitral.

Como se sabe, a Constituição de 1988 considera a indenização justa e prévia como uma garantia fundamental do cidadão que vai ter sua propriedade desapropriada. Ocorre que, a legislação sobre o tema é de 1941, indubitavelmente desatualizada e sem condições de garantir o disposto no texto constitucional. O que se vê, na realidade, são inúmeras desapropriações que duram anos, em razão da lentidão dos processos judiciais.

É preciso, portanto, buscar alternativas no sentido de tornar o procedimento mais simples, menos demorado e mais eficiente. Nesse contexto, me deparei com o trabalho *“Novas fronteira da arbitragem aplicável aos litígios da administração pública: incidência sobre conflitos extracontratuais, especialmente na desapropriação”*, apresentado por Federico Nunes de Matos no programa de Doutorado da Universidade Federal de Minas Gerais.

A tese apresenta uma pesquisa sobre os limites da arbitragem na administração pública e, em seu capítulo final, traz um estudo comparado da arbitragem em processos de desapropriação. Neste ponto, destaca-se a experiência peruana (Lei de Arbitragem Peruana — Decreto Legislativo nº 1.071/2008) que prevê o direito do cidadão de discutir a desapropriação pela via arbitral.

Pretendemos adotar uma solução semelhante, porém, focada apenas na discussão quanto aos valores de indenização, deixando o mérito da desapropriação para a via judicial, como é hoje.

SF/17894.45573-01





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

SF/17894.45573-01

Assim, adaptamos a legislação peruana para prever que, após decretar a desapropriação, o Poder Público deverá notificar o particular, enviando, desde logo, uma proposta de indenização. O cidadão terá então, quatro opções: (i) aceitar a proposta e receber o dinheiro; (ii) ficar inerente ou (iii) rejeitar a oferta, opções em que a indenização será discutida judicialmente; ou, finalmente (iv) optar pela via arbitral.

Feita a opção pela via arbitral, o particular deverá designar um árbitro, o Poder Público indica um segundo árbitro e, os dois árbitros escolhem um terceiro, o qual será o Presidente do Tribunal Arbitral. Os custos da arbitragem correm por conta da administração, para não inviabilizar o direito do particular.

Com essa nova sistemática, acreditamos que o processo de desapropriação será mais justo e menos burocrático.

Pedimos o apoio das Senhoras e dos Senhores Senadores para aprovar o presente projeto.

Sala das Sessões,

Senador ANTONIO ANASTASIA



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - 1988/88
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>
- Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de Junho de 1941 - Lei da Desapropriação por Utilidade Pública; Lei de Desapropriação - 3365/41
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto.lei:1941;3365>
- Lei nº 9.307, de 23 de Setembro de 1996 - Lei da Arbitragem ; Lei Marco Maciel - 9307/96
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1996;9307>
- Lei nº 13.129, de 26 de Maio de 2015 - 13129/15
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2015;13129>





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 136, DE 2017

Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de mecanismo que permita o desembarque seguro e imediato dos passageiros de elevadores, em caso de falha elétrica.

AUTORIA: Senador João Alberto Souza

DESPACHO: À Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, em decisão terminativa



[Página da matéria](#)

PROJETO DE LEI DO SENADO N° , DE 2017

Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de mecanismo que permita o desembarque seguro e imediato dos passageiros de elevadores, em caso de falha elétrica.



SF/17111.69858-07

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os elevadores comercializados no território nacional serão equipados com iluminação de emergência e mecanismo que permita o desembarque seguro e imediato dos passageiros em caso de falha elétrica.

§ 1º Para os fins desta Lei, desembarque seguro consiste na abertura das portas em parada ordinária, imediatamente após a falha elétrica, com ou sem deslocamento prévio do elevador.

§ 2º O disposto nesta Lei atenderá aos requisitos técnicos fixados em norma expedida pelos órgãos oficiais competentes ou, se normas específicas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – CONMETRO.

§ 3º O não cumprimento desta Lei constitui prática abusiva, nos termos do inciso VIII do art. 39 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor.

§ 4º O disposto neste artigo não se aplica a elevadores em operação até o início da vigência desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor após decorridos 180 dias de sua publicação oficial.



JUSTIFICAÇÃO

Todos os que já ficaram presos em elevadores em função de queda no fornecimento de energia sabem o quanto é angustiante, especialmente quando o elevador fica sem iluminação interna, transita lotado, ou algum passageiro passa mal em função do confinamento.

Essa situação é particularmente sensível no caso de usuários que sofrem com fobias relacionadas a lugares fechados. No Brasil, não existem dados consolidados sobre o número de pessoas que sofrem com claustrofobia, mas especialistas estimam que esse mal atinja aproximadamente 5% da população brasileira. No mundo, o número fica entre 3% e 7%.

Do mesmo modo, não há estatísticas confiáveis sobre acidentes com elevadores no território nacional. Em Goiás, por exemplo, o Corpo de Bombeiros atendeu a 345 chamados relacionados com acidentes em elevadores em 2015. Porém, acreditamos que o número seja muito superior, se considerarmos as paradas involuntárias e de curta duração, por falta de eletricidade, por exemplo.

Embora aparentem não ter gravidade, situações como estas podem desencadear o surgimento dos sintomas da claustrofobia, prejudicando significativamente o bem-estar dos usuários.

O quadro se agrava quando o socorro demora a chegar, prolongando excessivamente a desagradável situação. Mais graves ainda são os riscos associados ao desembarque inseguro, que podem, inclusive, levar à morte de passageiros, caso o elevador se desloque inadvertidamente.

Atualmente, os fabricantes já dispõem de tecnologia para evitar esses riscos. Em caso de parada involuntária, por falta de energia elétrica, os elevadores se deslocam até um local de parada previamente determinado, as portas se abrem e os passageiros desembarcam imediatamente e de forma segura. O local do desembarque emergencial pode ser o pavimento térreo ou o mais próximo do local da pane.

O Projeto de Lei que propomos estabelece que todos os elevadores comercializados no País sejam equipados com dispositivos dessa natureza. O objetivo é eliminar os desconfortos associados à parada

SF/17111.69858-07
|||||

involuntária de elevadores por falta de energia e, especialmente, os riscos decorrentes do desembarque inseguro dos passageiros.

Contamos com o apoio dos nobres Parlamentares para a aprovação desta matéria, que consideramos de fundamental importância para melhorar o conforto e a segurança de passageiros de elevadores em todo o território nacional.

Sala das Sessões,

Senador JOÃO ALBERTO SOUZA

SF/17111.69858-07
|||||



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 8.078, de 11 de Setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - 8078/90
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1990;8078>

- inciso VIII do artigo 39





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 137, DE 2017

Dispõe sobre critérios técnicos para dimensionamento de elevadores de passageiros.

AUTORIA: Senador João Alberto Souza

DESPACHO: À Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, em decisão terminativa



[Página da matéria](#)

PROJETO DE LEI DO SENADO N° , DE 2017

Dispõe sobre critérios técnicos para dimensionamento de elevadores de passageiros.



SF/17221.77420-00

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º No dimensionamento dos elevadores de passageiros, será adotada metodologia de cálculo estabelecida em norma editada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (CONMETRO).

§ 1º O não cumprimento desta Lei constitui prática abusiva, nos termos do inciso VIII do art. 39 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor.

§ 2º O disposto nesta Lei não se aplica a edifícios já concluídos ou em avançado estágio de construção.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor após decorridos 180 dias de sua publicação oficial.

JUSTIFICAÇÃO

Em muitas edificações brasileiras, verifica-se que os elevadores instalados são insuficientes para o transporte das pessoas que moram, trabalham ou frequentam esses edifícios. Longas esperas, superlotação e defeitos são frequentes.

Essa situação é particularmente sensível no caso de usuários que sofrem com fobias relacionadas a lugares fechados. No Brasil, não existem dados consolidados sobre o número de pessoas que sofrem com claustrofobia, mas especialistas estimam que esse mal atinja



aproximadamente 5% da população brasileira. No mundo, o número fica entre 3% e 7%.

Do mesmo modo, não há estatísticas confiáveis sobre acidentes com elevadores no território nacional. Em Goiás, por exemplo, o Corpo de Bombeiros atendeu a 345 chamados relacionados com acidentes em elevadores em 2015. Porém, acreditamos que o número seja muito superior, se considerarmos as paradas involuntárias e de curta duração, por falta de eletricidade, por exemplo.

Embora aparentem não ter gravidade, situações como estas podem desencadear o surgimento dos sintomas da claustrofobia, prejudicando significativamente o bem-estar dos usuários.

Ainda que os deslocamentos de elevador sejam relativamente curtos, é fundamental que eles sejam feitos de acordo com especificações técnicas precisas e adequadas, que garantam a eficiência, o conforto, a comodidade e, principalmente, a segurança dos passageiros.

Com este objetivo, a Associação Brasileira de Normas Técnicas editou a Norma Brasileira Registrada (NBR) nº 5.665, de 1983. Ela estabelece uma metodologia de cálculo da capacidade de tráfego dos elevadores, em função da população do edifício, da sua destinação e de sua altura.

O inciso VIII do art. 39 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, já caracteriza como prática abusiva “colocar, no mercado de consumo, qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se normas específicas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Conmetro)”.

O projeto ora apresentado explicita que aquele dispositivo se aplica aos elevadores instalados em edifícios a serem construídos, independentemente da finalidade a que se destinem.

Não se está propondo, obviamente, a adequação de todos os elevadores existentes às normas da ABNT. O que se pretende é evitar que

SF/17221.77420-00
|||||



situações de desconforto e insegurança se repitam nos edifícios projetados e construídos no século XXI.

Sala das Sessões,

Senador JOÃO ALBERTO SOUZA


SF/17221.77420-00

LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 8.078, de 11 de Setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - 8078/90
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1990;8078>

- inciso VIII do artigo 39



Requerimentos





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO

Nº 319, DE 2017

Requer, nos termos do artigo 222, do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Louvor pelo legado do educador Paulo Freire, na semana que completa 20 anos de seu falecimento, bem como seja encaminhado o referido voto à família e ao Instituto Paulo Freire.

AUTORIA: Senadora Lídice da Mata

DESPACHO: Encaminhe-se



[Página da matéria](#)

REQUERIMENTO Nº , DE 2017

SF/17904-39923-30
|||||

Requeiro, nos termos do artigo 222, do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Louvor pelo legado do educador Paulo Freire, na semana que completa 20 anos de seu falecimento, bem como seja encaminhado o referido voto à família e ao Instituto Paulo Freire.

JUSTIFICAÇÃO

Quero registrar que neste 2 de maio de 2017 se completam 20 anos da morte de Paulo Freire, Patrono da Educação no Brasil e defensor da educação popular. Feire morreu em 2 de maio de 1997 em São Paulo, vítima de infarto. O educador Paulo Freire ficou conhecido por elaborar uma nova e revolucionária filosofia de alfabetização, que mais tarde seria conhecida como “Método Paulo Freire”, e que tem como proposta associar o aprendizado da escrita e da leitura das camadas mais pobres à conscientização, buscando a superação das condições de submissão e passividade diante do mundo.



Graças às suas contribuições teóricas e práticas, o Brasil e a América Latina têm muito a dizer sobre alfabetização de adultos e educação popular. As importantes experiências em alfabetização e a longa e profícua reflexão acerca do tema, fizeram de Paulo Freire um educador reconhecido mundialmente. Seu legado sobre a forma de conceber a alfabetização e a educação popular e suas repercussões nas políticas educacionais e sociais se refletem nas inúmeras publicações em vários idiomas.

No Brasil, o atraso e a lentidão no processo de alfabetização estão a merecer a retomada dessa luta. As concepções de alfabetização ainda se constituem em grande desafio a enfrentar, especialmente na formação de professores, considerando que as classes populares continuam tendo negados na escola os conhecimentos necessários ao seu cotidiano.

Nestes tempos de propostas de escolas sem partido, as elaborações e reflexões valiosas de Paulo Freire podem iluminar a luta para que a educação dialógica prevaleça sobre o autoritarismo; e para que a relação entre educando e educador seja orientada por uma prática democrática. Que o pensamento de Freire continue vivo no sentido de assegurar a formação do sujeito para a autonomia, para a compreensão e ação transformadora da realidade. Paulo Freire Vive!



SF/17904-39923-30



Registre-se esta Moção e encaminhe-se a familiares e ao
Instituto Paulo Freire.

Sala das Sessões,


SF/17904-39923-30

LÍDICE DA MATA
Senadora





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO

Nº 320, DE 2017

Requer, nos termos do § 2º, do art. 50, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216, do RIFF, informações ao Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sobre os serviços de banda larga.

AUTORIA: Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

DESPACHO: À Comissão Diretora



[Página da matéria](#)

*A Comissão
Diretoria.
Em 04/05/17*



SENADO FEDERAL

Ac-Dur

RQS	00320/2017
APROVADO em 03/05/2017	
Senador Presidente da CCT	

Gabinete do Senador Jorge Viana

Requerimento nº 320, de 2017

(REQUERIMENTO N° 320, DE 2017)

*(da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática)*



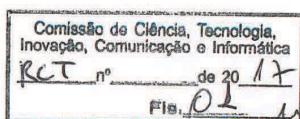
REQUEIRO, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que sejam solicitadas informações ao Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sobre os serviços de banda larga, conforme os quesitos a seguir relacionados, destacando que as respostas deverão ser encaminhadas, preferencialmente, em forma de arquivos computacionais.

Os quesitos são os seguintes:

1) Banda Larga Móvel:

- a. quantidade de municípios atendidos e não atendidos, com a discriminação dos dados por Unidade da Federação (UF), tecnologia (3G e 4G) e população coberta (valores absolutos e percentuais);
- b. para cada UF, o total de municípios cobertos por 1, 2, 3, 4, 5 ou mais operadoras;
- c. compromissos de cobertura das operadoras 3G e 4G e respectivos critérios de aferição;
- d. total de valores correspondentes às multas aplicadas às operadoras do Serviço Móvel Pessoal e os montantes efetivamente recebidos nos últimos cinco anos;
- e. velocidade média das conexões por UF e operadora;
- f. dados relativos aos indicadores de qualidade dos serviços de banda larga móvel, com as metas e os índices alcançados pelas operadoras nos últimos cinco anos.

Recebido em 04/05/17
Hora 10h39
Carolina Monteiro D. Mourão
Matrícula: 231013 - SCLSF/SGM



Página: 1/3 25/04/2017 19:25:37

bb017477b40dc17c0270d56c756d28ac4ae8235c



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Jorge Viana

2



Página: 2/3 25/04/2017 19:25:37

bb01747b40dc17c0270d56c756d28ac4aae8235c

2) Banda Larga Fixa:

- a. quantidade de acessos nos últimos cinco anos;
- b. quantidade de acessos por velocidade;
- c. números de prestadores, no Brasil, e por UF;
- d. velocidade média por UF;
- e. acessos por tecnologia;
- f. para cada UF, o total de municípios cobertos por 1, 2, 3, 4, 5 ou mais operadoras;
- g. dados relativos aos indicadores de qualidade dos serviços de banda larga fixa, com metas e os índices alcançados pelas operadoras nos últimos cinco anos.

JUSTIFICAÇÃO

A Resolução nº 44, de 17 de setembro de 2013, do Senado Federal, que acrescentou o art. 96-B ao Risf, estabelece procedimentos para avaliação sistemática, pelas comissões permanentes desta Casa, das políticas públicas implementadas pelo Poder Executivo. A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) selecionou, para exercício de 2017, a avaliação dos programas e ações relacionados com os serviços de banda larga.

Assim, o presente requerimento tem por objetivo permitir a execução das atividades constantes no plano de trabalho já aprovado no âmbito da CCT, em 19 de abril deste ano. Acrescente-se que as informações solicitadas estão inseridas nas atividades de fiscalização e de controle externo do Congresso Nacional, consoante o disposto no art. 70 da Constituição.

Como resultado do trabalho, será apresentado relatório, que será submetido à apreciação desta Comissão até o final de 2017, com vistas à

df2017-02872

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática
nº _____ de 20 ____
Fis. _____





3

SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Jorge Viana

possível elaboração de proposições legislativas para o aprimoramento da política pública em tela.

Sala da Comissão, *dm 03/05/17*

Jorge Viana
Senador JORGE VIANA



Página: 3/3 25/04/2017 19:25:37

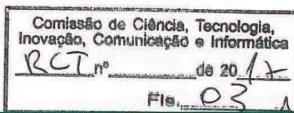
bb01747b40dc17c0270d56c756d28ac4ae8235c

df2017-02872

Página 4 de 5

Parte integrante do Avulso do RQS nº 320 de 2017.

SENADO FEDERAL – ALÉXO II – Ala Ruy Carneiro – Gabinete 1 – CEP 70162-900 – Brasília – DF – Fone: 61(33)023-0300
Escritório no Acre – Rua Rui Barbosa, 435 – Sala 204 – Centro – CEP 69900-084 – Rio Branco – AC – Fone: 55(68) 3223-3434





Senado Federal

Relatório de Registro de Presença

CCT, 03/05/2017 às 08h30 - 8ª, Extraordinária

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PMDB			
TITULARES		SUPLENTES	
WALDEMAR MOKA	PRESENTE	1. AIRTON SANDOVAL	PRESENTE
VAGO		2. HÉLIO JOSÉ	
VALDIR RAUPP	PRESENTE	3. VAGO	
JOÃO ALBERTO SOUZA	PRESENTE	4. VAGO	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PDT, PT)			
TITULARES		SUPLENTES	
ÂNGELA PORTELA	PRESENTE	1. GLEISI HOFFMANN	
VAGO		2. LINDBERGH FARIAZ	
JORGE VIANA	PRESENTE	3. PAULO ROCHA	
ACIR GURGACZ		4. REGINA SOUSA	

Bloco Social Democrata(PSDB, PV, DEM)			
TITULARES		SUPLENTES	
FLEXA RIBEIRO	PRESENTE	1. DAVI ALCOLUMBRE	
RICARDO FERRAÇO		2. VAGO	
JOSÉ AGRIPIINO		3. VAGO	

Bloco Parlamentar Democracia Progressista(PP, PSD)			
TITULARES		SUPLENTES	
OMAR AZIZ		1. GLADSON CAMELI	PRESENTE
OTTO ALENCAR	PRESENTE	2. IVO CASSOL	

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PPS, PSB, PCdoB, REDE)			
TITULARES		SUPLENTES	
RANDOLFE RODRIGUES	PRESENTE	1. LÍDICE DA MATA	PRESENTE
VAGO		2. CRISTOVAM BUARQUE	

Bloco Moderador(PTB, PSC, PRB, PR, PTC)			
TITULARES		SUPLENTES	
VAGO		1. PEDRO CHAVES	PRESENTE
MAGNO MALTA		2. EDUARDO LOPES	

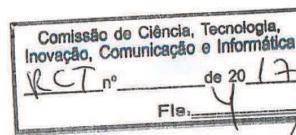
Não Membros Presentes

JOSÉ PIMENTEL
RONALDO CAIADO
HUMBERTO COSTA
PAULO PAIM

SENADO FEDERAL
Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

Confere com o original
Em 03/05/2017

Eduardo Lopes Moreira
Eduardo Lopes Moreira
Secretário da Comissão de Ciência,
Tecnologia, Inovação, Comunicação
e Informática



03/05/2017 10:24:59

Página 5 de 5

Parte integrante do Avulso do RQS nº 320 de 2017.

Página 1 de 1



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO

Nº 321, DE 2017

Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216, I, do RISF, que sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, informações sobre os programas relacionados aos serviços de banda larga.

AUTORIA: Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

DESPACHO: À Comissão Diretora



[Página da matéria](#)

RQS
00321/2017

**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador Jorge Viana

APROVADO em 03/05/2017
Senador Presidente da CCT

REQUERIMENTO N° 8 , DE 2017

Requerimento nº 321, de 2017

REQUEIRO, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações as seguintes informações sobre os programas relacionados aos serviços de banda larga:

- 1) situação atual do Plano Nacional de Banda Larga (PNBL) e detalhamento dos projetos mais importantes em andamento, tais como o Plano Nacional de Internet das Coisas e o Plano de Conectividade Nacional;
- 2) planos, estratégias e metas para inserção do Brasil na nova era digital com redes móveis de quinta geração (5G), Internet das Coisas e Inteligência Artificial;
- 3) principais obstáculos à evolução digital e à implantação de uma política pública inclusiva que assegure, dentro de um horizonte temporal razoável, a massificação do acesso à internet, com qualidade e a preço justo;
- 4) mecanismos para garantir os investimentos necessários à massificação da banda larga e a inclusão digital e conectividade;
- 5) detalhamento dos programas Amazônia Conectada, Xingu Conectado e Cidades Inteligentes, destacando os custos envolvidos, a capacidade de transmissão e o impacto para as regiões contempladas;
- 6) situação atual do programa Cidades Inteligentes, planos, estratégias e metas;
- 7) ações para o desenvolvimento do capital humano direcionados à inovação e ao empreendedorismo digital.

Recebido em 04/05/17
Hoje
Carolina Monteiro D. Mourão
Matrícula: 231013 - SCLSF/SGM

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática
RST nº _____ de 20/05/2017
Fis. _____





2

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Jorge Viana



Página: 2/2 25/04/2017 19:29:00

e124518dc89c462066be57b05a885eb1bce6b5d5

JUSTIFICAÇÃO

A Resolução nº 44, de 17 de setembro de 2013, do Senado Federal, que acrescentou o art. 96-B ao Risf, estabelece procedimentos para avaliação sistemática, pelas comissões permanentes desta Casa, das políticas públicas implementadas pelo Poder Executivo. A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) selecionou, para exercício de 2017, a avaliação dos programas e ações relacionados com os serviços de banda larga.

Assim, o presente requerimento tem por objetivo permitir a execução das atividades constantes no plano de trabalho já aprovado no âmbito da CCT, em 19 de abril deste ano. Acrescente-se que as informações solicitadas estão inseridas nas atividades de fiscalização e de controle externo do Congresso Nacional, consoante o disposto no art. 70 da Constituição.

Como resultado do trabalho, será apresentado relatório, que será submetido à apreciação desta Comissão até o final de 2017, com vistas à possível elaboração de proposições legislativas para o aprimoramento da política pública em tela.

Sala da Comissão, *em 03/05/17*

Jorge Viana
Senador JORGE VIANA

d/2017-02874

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática
RCT nº _____ de 20 ____
Fis. _____





Senado Federal

Relatório de Registro de Presença

CCT, 03/05/2017 às 08h30 - 8ª, Extraordinária

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PMDB			
TITULARES		SUPLENTES	
WALDEMAR MOKA	PRESENTE	1. AIRTON SANDOVAL	PRESENTE
VAGO		2. HÉLIO JOSÉ	
VALDIR RAUPP	PRESENTE	3. VAGO	
JOÃO ALBERTO SOUZA	PRESENTE	4. VAGO	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PDT, PT)			
TITULARES		SUPLENTES	
ÂNGELA PORTELA	PRESENTE	1. GLEISI HOFFMANN	
VAGO		2. LINDBERGH FARIAZ	
JORGE VIANA	PRESENTE	3. PAULO ROCHA	
ACIR GURGACZ		4. REGINA SOUSA	

Bloco Social Democrata(PSDB, PV, DEM)			
TITULARES		SUPLENTES	
FLEXA RIBEIRO	PRESENTE	1. DAVI ALCOLUMBRE	
RICARDO FERRAÇO		2. VAGO	
JOSÉ AGRIPIINO		3. VAGO	

Bloco Parlamentar Democracia Progressista(PP, PSD)			
TITULARES		SUPLENTES	
OMAR AZIZ		1. GLADSON CAMELI	PRESENTE
OTTO ALENCAR	PRESENTE	2. IVO CASSOL	

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PPS, PSB, PCdoB, REDE)			
TITULARES		SUPLENTES	
RANDOLFE RODRIGUES	PRESENTE	1. LÍDICE DA MATA	PRESENTE
VAGO		2. CRISTOVAM BUARQUE	

Bloco Moderador(PTB, PSC, PRB, PR, PTC)			
TITULARES		SUPLENTES	
VAGO		1. PEDRO CHAVES	PRESENTE
MAGNO MALTA		2. EDUARDO LOPES	

Não Membros Presentes

JOSÉ PIMENTEL
RONALDO CAIADO
HUMBERTO COSTA
PAULO PAIM

SENADO FEDERAL
Comissão de Ciência e Tecnologia - CCT
Confere com o original
Em, 03/05/2017
Egli Lucena Moreira

Egli Lucena Moreira
Secretaria da Comissão de Ciência,
Tecnologia, Inovação, Comunicação
e Informática

Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática
ACT nº _____ de 2017
Fis. _____

04/05/2017 09:18:39

Página 1 de 1

Página 4 de 4

Parte integrante do Avulso do RQS nº 321 de 2017.



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 322, DE 2017

REQUEREM, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que sejam solicitadas informações ao Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Informática e Comunicações sobre os serviços de banda larga, relativamente à Telecomunicações Brasileiras S.A. (TELEBRAS).

AUTORIA: Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

DESPACHO: À Comissão Diretora



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Jorge Viana

RQS
00322/2017

APROVADO em	03/05/2017
Senador	
Presidente da CCT	

ia comissão
univitário.

Em 09.05.17



SF17818.78743-66

REQUERIMENTO N° 9 , DE 2017

Requerimento nº 322, de 2017

REQUEIRO, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que sejam solicitadas informações ao Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Informática e Comunicações sobre os serviços de banda larga, conforme os quesitos a seguir relacionados, relativamente à Telecomunicações Brasileiras S.A. (TELEBRAS), destacando que as respostas deverão ser encaminhadas, preferencialmente, em forma de arquivos computacionais.

Os quesitos são os seguintes:

- 1) relação dos municípios atendidos com o provimento de acesso à internet pela Telebras, com a respectiva data de ativação do provimento em cada município;
- 2) quantidade de usuários finais atendidos com o provimento de acesso à internet pela Telebras, por taxa de transmissão, em cada município, ao final de cada ano, desde 2010;
- 3) quantidade de provedores atendidos pelas conexões de acesso à internet da Telebras, por taxa de transmissão, em cada município, ao final de cada ano, desde 2010;
- 4) relação, por município, de universidades, centros de pesquisa, escolas, hospitais, postos de atendimento, telecentros comunitários e outros pontos de interesse público atendidos com o provimento de acesso à internet pela Telebras, com a respectiva data de ativação das conexões;
- 5) extensão e mapeamento da rede de fibra óptica, ano a ano, desde 2010, indicando a capacidade de transmissão instalada em cada trecho;

Página: 1/3 25/04/2017 19:26:20

0aed6b20bb6a3f4c53da4081981c83d44b88d51b

Recebido em
Horá 11/05/17

Carolina Monteiro D. Mourão
Matrícula: 231013 - SCLSF/SGM

Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática
RCT nº _____ de 20/17
Fls.: 01





2

SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Jorge Viana

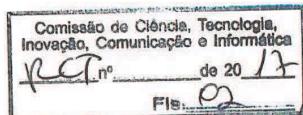
- 6) descrição dos projetos mais importantes em andamento relacionados com o provimento de acesso à internet em banda larga;
- 7) descrição do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações (SGDC), destacando os custos envolvidos, o processo de transferência de tecnologia, a capacidade, a cobertura, o modelo de exploração a ser adotado e o impacto na massificação da banda larga, implantação de Cidades Inteligentes e conexões 5G;
- 8) estudos, relatórios técnicos e avaliações que subsidiaram a alteração do modelo de exploração do SGDC e que embasaram a decisão de ofertar capacidade de transmissão a operadoras privadas, inclusive avaliações de retorno do investimento e de resultados para fins de políticas públicas, particularmente no que tange à expansão do acesso à internet pela população atualmente não servida ou servida em condições inadequadas.

JUSTIFICAÇÃO

A Resolução nº 44, de 17 de setembro de 2013, do Senado Federal, que acrescentou o art. 96-B ao Risf, estabelece procedimentos para avaliação sistemática, pelas comissões permanentes desta Casa, das políticas públicas implementadas pelo Poder Executivo. A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) selecionou, para exercício de 2017, a avaliação dos programas e ações relacionados com os serviços de banda larga.

Assim, o presente requerimento tem por objetivo permitir a execução das atividades constantes no plano de trabalho já aprovado no âmbito da CCT, em 19 de abril deste ano. Acrescente-se que as informações solicitadas estão inseridas nas atividades de fiscalização e de controle externo do Congresso Nacional, consoante o disposto no art. 70 da Constituição.

df2017-02873



SF17818.78743-66

Página: 2/3 25/04/2017 19:26:20

0aed6b20bb6a3f4c53da4081981c83d44b88d51b



3

SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Jorge Viana

Como resultado do trabalho, será apresentado relatório, que será submetido à apreciação desta Comissão até o final de 2017, com vistas à possível elaboração de proposições legislativas para o aprimoramento da política pública em tela.

Sala da Comissão,

Senador JORGE VIANA

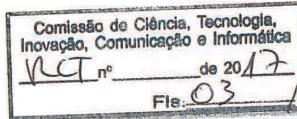
Jorge Viana 03/05/17



SF/17818.78743-66

Página: 3/3 25/04/2017 19:26:20

0aed6b20bb6a3f4c53da4081981c83d44b88d51b



df2017-02873

Página 4 de 5

Parte integrante do Avulso do RQS nº 322 de 2017.

Escritório no Acre – Rua Rui Barbosa, 435 – Sala 204 – Centro – CEP 69900-084 – Rio Branco – AC – Fone: 55(68) 3223-3434



Senado Federal

Relatório de Registro de Presença

CCT, 03/05/2017 às 08h30 - 8ª, Extraordinária

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PMDB			
TITULARES		SUPLENTES	
WALDEMAR MOKA	PRESENTE	1. AIRTON SANDOVAL	PRESENTE
VAGO		2. HÉLIO JOSÉ	
VALDIR RAUPP	PRESENTE	3. VAGO	
JOÃO ALBERTO SOUZA	PRESENTE	4. VAGO	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PDT, PT)			
TITULARES		SUPLENTES	
ÂNGELA PORTELA	PRESENTE	1. GLEISI HOFFMANN	
VAGO		2. LINDBERGH FARIAS	
JORGE VIANA	PRESENTE	3. PAULO ROCHA	
ACIR GURGACZ		4. REGINA SOUSA	

Bloco Social Democrata(PSDB, PV, DEM)			
TITULARES		SUPLENTES	
FLEXA RIBEIRO	PRESENTE	1. DAVI ALCOLUMBRE	
RICARDO FERRAÇO		2. VAGO	
JOSÉ AGRIPIINO		3. VAGO	

Bloco Parlamentar Democracia Progressista(PP, PSD)			
TITULARES		SUPLENTES	
OMAR AZIZ		1. GLADSON CAMELI	PRESENTE
OTTO ALENCAR	PRESENTE	2. IVO CASSOL	

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PPS, PSB, PCdoB, REDE)			
TITULARES		SUPLENTES	
RANDOLFE RODRIGUES	PRESENTE	1. LÍDICE DA MATA	PRESENTE
VAGO		2. CRISTOVAM BUARQUE	

Bloco Moderador(PTB, PSC, PRB, PR, PTC)			
TITULARES		SUPLENTES	
VAGO		1. PEDRO CHAVES	PRESENTE
MAGNO MALTA		2. EDUARDO LOPES	

Não Membros Presentes

JOSÉ PIMENTEL
RONALDO CAIADO
HUMBERTO COSTA
PAULO PAIM

SENADO FEDERAL
Comissão de Ciência e Tecnologia - CCT
Confere com o original
Em, 03/05/2017
<i>Egli Luiz Moreira</i>

Egli Luiz Moreira
Secretaria da Comissão de Ciência,
Tecnologia, Inovação, Comunicação
e Informática

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática
INCT nº _____ de 2017
Fis. 04



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO

Nº 323, DE 2017

Requerem, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e dos arts. 102-A e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações à = Secretaria da Previdência, do Ministério da Fazenda, na qualidade de órgão fiscalizador, sobre a situação econômica dos entes que administram Regimes Próprios de Previdência Social, nos níveis federal, estadual, municipal e Distrital.

AUTORIA: Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

DESPACHO: À Comissão Diretora



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Ataídes Oliveira

RQS
00829/2017-2610412017

Presidente da CTFC

comissão
veritória

Em 04.05.17.

[Assinatura]



SF17497.50750-09

REQUERIMENTO N° 11 , DE 2017 – CTFC

Requerimento nº 323, de 2017

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e dos arts. 102-A e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações à Secretaria da Previdência, do Ministério da Fazenda, na qualidade de órgão fiscalizador, sobre a situação econômica dos entes que administram Regimes Próprios de Previdência Social, nos níveis federal, estadual, municipal e Distrital.

Sala das Comissões, em 26 de abril de 2017

[Assinatura]
Senador Ataídes Oliveira
PSDB-TO

Página: 1/1 12/04/2017 12:58:03

ea2f48c85b77d308d6e0e1ad5aa3ebbf726476c59





Senado Federal

Relatório de Registro de Presença

CTFC, 26/04/2017 às 09h - 3ª, Extraordinária

Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do

PMDB	
TITULARES	SUPLENTES
RENAN CALHEIROS	1. VAGO
AIRTON SANDOVAL	PRESENTE 2. VAGO
DÁRIO BERGER	PRESENTE 3. VAGO
ROMERO JUCÁ	4. VAGO

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PDT, PT)		
TITULARES	SUPLENTES	
FÁTIMA BEZERRA	PRESENTE 1. GLEISI HOFFMANN	
PAULO PAIM	PRESENTE 2. HUMBERTO COSTA	PRESENTE
REGINA SOUSA	PRESENTE 3. JORGE VIANA	
ACIR GURGACZ	4. LINDBERGH FARIA	

Bloco Social Democrata(PSDB, PV, DEM)		
TITULARES	SUPLENTES	
ATAÍDES OLIVEIRA	PRESENTE 1. MARIA DO CARMO ALVES	
DALIRIO BEBER	PRESENTE 2. FLEXA RIBEIRO	PRESENTE
DAVI ALCOLUMBRE	3. RICARDO FERRAÇO	

Bloco Parlamentar Democracia Progressista(PP, PSD)		
TITULARES	SUPLENTES	
SÉRGIO PETECÃO	1. VAGO	
GLADSON CAMELI	2. VAGO	

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PPS, PSB, PCdoB, REDE)		
TITULARES	SUPLENTES	
JOÃO CAPIBERIBE	1. RANDOLFE RODRIGUES	PRESENTE
VANESSA GRAZZIOTIN	PRESENTE 2. CRISTOVAM BUARQUE	

Bloco Moderador(PTB, PSC, PRB, PR, PTC)		
TITULARES	SUPLENTES	
VAGO	1. VAGO	
ARMANDO MONTEIRO	2. VAGO	

Não Membros Presentes

JOSÉ PIMENTEL
RONALDO CAIADO
VALDIR RAUPP
VICENTINHO ALVES



**SENADO FEDERAL**

Comissão de Transparência, Governança,
Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Memo. nº 04/2017/CTFC

Brasília, 26 de abril de 2017.

A Sua Excelência o Senhor
SENADOR EUNÍCIO OLIVEIRA
 Presidente do Senado Federal

Assunto: Pedido de Informações (art. 50, §2º, CF/88).

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, em reunião realizada no dia 26/04/2017, foi aprovado pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, requerimento de minha autoria para solicitar informações à Secretaria da Previdência, do Ministério da Fazenda, na qualidade de órgão fiscalizador, sobre a situação econômica dos entes que administram Regimes Próprios de Previdência Social, nos níveis federal, estadual, municipal e Distrital.

Dessa forma, encaminho o requerimento a Vossa Excelência para deliberação da Mesa do Senado Federal, nos termos do artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o artigo 216 do Regimento Interno.

Respeitosamente,

Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e
Controle e Defesa do Consumidor do Senado Federal





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO

Nº 324, DE 2017

Requer, nos termos regimentais, seja apresentado pelo Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento do escritor, poeta e professor João Gabriel Teixeira, apresentando condolências à família.

AUTORIA: Senadora Lídice da Mata

DESPACHO: Encaminhe-se



[Página da matéria](#)

REQUERIMENTO Nº , DE 2017

SF/17021.61035-05


Requeiro, nos termos regimentais, seja apresentado pelo Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento do escritor, poeta e professor **João Gabriel Teixeira**, apresentando condolências à família.

JUSTIFICAÇÃO

Com imensa tristeza registro esta Moção de Pesar pelo falecimento, no último dia 17 de abril, do querido amigo João Gabriel Teixeira, baiano, escritor, poeta, professor da Universidade de Brasília (UnB) irmão da amiga e médica Glória Teixeira, uma das mais importantes cientistas da área de Epidemiologia no Brasil, e cunhado do nosso companheiro socialista Antonio Carlos Tramm.

Referência em estudos da performance, João Gabriel foi um dos principais nomes do curso de Sociologia da UnB. Doutor em Sociologia pela Universidade de Sussex, na Inglaterra, ele trabalhava como professor da UnB desde 1981 e comandava o Núcleo Transdisciplinar de Estudos sobre a Performance (Transe) mesmo após sua aposentadoria.



Em 2014, lançou o livro “Teatro, Performance e Pedagogia Dionisíaca”, no qual conta a trajetória de seu trabalho e defende o ensino de performances e abordagens teatrais em sala de aula. Também é de sua autoria o livro Brasília 50 anos: Arte e Cultura, resultado de rica pesquisa sobre a urbanidade, a história, o humanismo e a efervescência cultural da capital brasileira.

Aos familiares e amigos, registro minhas sinceras condolências.

Sala das Sessões,

LÍDICE DA MATA
Senadora



Término de prazos



Encerrou-se no dia 3 de maio o prazo sem interposição de recurso no sentido da apreciação pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 5, de 2012.

Tendo sido rejeitada terminativamente pelas Comissões competentes, a matéria vai ao Arquivo.

Encerrou-se no dia 3 de maio o prazo sem interposição do recurso no sentido da continuação da tramitação do Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 2015.

A matéria vai ao Arquivo.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55^a LEGISLATURA
(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
Bloco-PP - Roberto Muniz* (S)
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Eduardo Lopes* (S)
Bloco-PT - Lindbergh Farias*
Bloco-PSB - Romário**

Maranhão

PMDB - Edison Lobão*
PMDB - João Alberto Souza*
Bloco-PSB - Roberto Rocha**

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
PMDB - Jader Barbalho*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Armando Monteiro*
Bloco-PT - Humberto Costa*
Bloco-PSB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

PMDB - Airton Sandoval* (S)
PMDB - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Serra**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
PMDB - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

Bloco-PSB - Lúcia Vânia*
Bloco-PP - Wilder Morais* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PR - Cidinho Santos* (S)
Bloco-PSD - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PSD - Lasier Martins**

Ceará

PMDB - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
PMDB - Raimundo Lira* (S)
PMDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSDB - Ricardo Ferrão*
PMDB - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
PMDB - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Dalirio Beber* (S)
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
PMDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
PMDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTC - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Bloco-PSDB - Eduardo Amorim*
Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves**

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Amazonas

PMDB - Eduardo Braga*
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
PMDB - Roberto Requião*
Bloco-PV - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PSC - Pedro Chaves* (S)
PMDB - Waldemir Moka*
PMDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PPS - Cristovam Buarque*
PMDB - Hélio José* (S)
S/Partido - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
PMDB - Kátia Abreu**

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PDT - Ângela Portela*
PMDB - Romero Jucá*
Bloco-PTB - Telmário Mota**

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55^a LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

PMDB - 22

Ailton Sandoval.	SP
Dário Berger.	SC
Edison Lobão.	MA
Eduardo Braga.	AM
Elmano Férrer.	PI
Eunício Oliveira.	CE
Garibaldi Alves Filho.	RN
Hélio José.	DF
Jader Barbalho.	PA
José Maranhão.	PB
João Alberto Souza.	MA
Kátia Abreu.	TO
Marta Suplicy.	SP
Raimundo Lira.	PB
Renan Calheiros.	AL
Roberto Requião.	PR
Romero Jucá.	RR
Rose de Freitas.	ES
Simone Tebet.	MS
Valdir Raupp.	RO
Waldemir Moka.	MS
Zeze Perrella.	MG

Bloco Social Democrata - 16

PSDB-11 / DEM-4 / PV-1

Aécio Neves.	PSDB / MG
Alvaro Dias.	PV / PR
Antonio Anastasia.	PSDB / MG
Ataídes Oliveira.	PSDB / TO
Cássio Cunha Lima.	PSDB / PB
Dalírio Beber.	PSDB / SC
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Eduardo Amorim.	PSDB / SE
Flexa Ribeiro.	PSDB / PA
José Agripino.	DEM / RN
José Serra.	PSDB / SP
Maria do Carmo Alves.	DEM / SE
Paulo Bauer.	PSDB / SC
Ricardo Ferrão.	PSDB / ES
Ronaldo Caiado.	DEM / GO
Tasso Jereissati.	PSDB / CE

Bloco Parlamentar Democracia Progressista - 12

PP-7 / PSD-5

Ana Amélia.	PP / RS
Benedito de Lira.	PP / AL
Ciro Nogueira.	PP / PI
Gladson Cameli.	PP / AC
Ivo Cassol.	PP / RO
José Medeiros.	PSD / MT
Lasier Martins.	PSD / RS
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Roberto Muniz.	PP / BA
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Wilder Morais.	PP / GO

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 11

PT-9 / PDT-2

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Ângela Portela.	PDT / RR
Fátima Bezerra.	PT / RN
Gleisi Hoffmann.	PT / PR
Humberto Costa.	PT / PE
Jorge Viana.	PT / AC
José Pimentel.	PT / CE
Lindbergh Farias.	PT / RJ
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Regina Sousa.	PT / PI

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia - 10

PSB-7 / PPS-1 / PCdoB-1 / REDE-1

Antonio Carlos Valadares.	PSB / SE
Cristovam Buarque.	PPS / DF
Fernando Bezerra Coelho.	PSB / PE
João Capiberibe.	PSB / AP
Lídice da Mata.	PSB / BA
Lúcia Vânia.	PSB / GO
Randolfe Rodrigues.	REDE / AP
Roberto Rocha.	PSB / MA
Romário.	PSB / RJ
Vanessa Grazziotin.	PCdoB / AM

Bloco Moderador - 9

PTB-2 / PR-4 / PSC-1 / PRB-1

PTC-1

Armando Monteiro.	PTB / PE
Cidinho Santos.	PR / MT
Eduardo Lopes.	PRB / RJ
Fernando Collor.	PTC / AL
Márgio Malta.	PR / ES
Pedro Chaves.	PSC / MS
Telmário Mota.	PTB / RR
Vicentinho Alves.	PR / TO
Wellington Fagundes.	PR / MT

S/Partido - 1

Reguffe.	DF
----------	----

PMDB.	22
Bloco Social Democrata.	16
Bloco Parlamentar Democracia Progressista.	12
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	11
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia.	10
Bloco Moderador.	9
S/Partido.	1
TOTAL	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55^a LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)
 Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)
 Airton Sandoval* (PMDB-SP)
 Alvaro Dias** (Bloco-PV-PR)
 Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)
 Ângela Portela* (Bloco-PDT-RR)
 Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)
 Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)
 Armando Monteiro* (Bloco-PTB-PE)
 Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)
 Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)
 Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)
 Cidinho Santos* (Bloco-PR-MT)
 Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)
 Cristovam Buarque* (Bloco-PPS-DF)
 Dalírio Beber* (Bloco-PSDB-SC)
 Dário Berger** (PMDB-SC)
 Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)
 Edison Lobão* (PMDB-MA)
 Eduardo Amorim* (Bloco-PSDB-SE)
 Eduardo Braga* (PMDB-AM)
 Eduardo Lopes* (Bloco-PRB-RJ)
 Elmano Férrer** (PMDB-PI)
 Eunício Oliveira* (PMDB-CE)
 Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)
 Fernando Bezerra Coelho** (Bloco-PSB-PE)
 Fernando Collor** (Bloco-PTC-AL)

Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)
 Garibaldi Alves Filho* (PMDB-RN)
 Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)
 Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)
 Hélio José* (PMDB-DF)
 Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)
 Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)
 Jader Barbalho* (PMDB-PA)
 João Alberto Souza* (PMDB-MA)
 João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)
 Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)
 José Agripino* (Bloco-DEM-RN)
 José Maranhão** (PMDB-PB)
 José Medeiros* (Bloco-PSD-MT)
 José Pimentel* (Bloco-PT-CE)
 José Serra** (Bloco-PSDB-SP)
 Kátia Abreu** (PMDB-TO)
 Lasier Martins** (Bloco-PSD-RS)
 Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)
 Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)
 Lúcia Vânia* (Bloco-PSB-GO)
 Magno Malta* (Bloco-PR-ES)
 Maria do Carmo Alves** (Bloco-DEM-SE)
 Marta Suplicy* (PMDB-SP)
 Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)
 Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)
 Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)

Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)
 Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
 Pedro Chaves* (Bloco-PSC-MS)
 Raimundo Lira* (PMDB-PB)
 Randolfe Rodrigues* (Bloco-REDE-AP)
 Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
 Reguffe** (S/Partido-DF)
 Renan Calheiros* (PMDB-AL)
 Ricardo Ferraço* (Bloco-PSDB-ES)
 Roberto Muniz* (Bloco-PP-BA)
 Roberto Requião* (PMDB-PR)
 Roberto Rocha** (Bloco-PSB-MA)
 Romário** (Bloco-PSB-RJ)
 Romero Jucá* (PMDB-RR)
 Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
 Rose de Freitas** (PMDB-ES)
 Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
 Simone Tebet** (PMDB-MS)
 Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
 Telmário Mota** (Bloco-PTB-RR)
 Valdir Raupp* (PMDB-RO)
 Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
 Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
 Waldemir Moka* (PMDB-MS)
 Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
 Wilder Morais* (Bloco-PP-GO)
 Zeze Perrella* (PMDB-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023



COMPOSIÇÃO COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Eunício Oliveira - (PMDB-CE)

1º VICE-PRESIDENTE

Cássio Cunha Lima - (PSDB-PB)

2º VICE-PRESIDENTE

João Alberto Souza - (PMDB-MA)

1º SECRETÁRIO

José Pimentel - (PT-CE)

2º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

3º SECRETÁRIO

Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE)

4º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PMDB-MG)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Eduardo Amorim - (PSDB-SE)

2º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

3º Davi Alcolumbre - (DEM-AP)

4º Cidinho Santos - (PR-MT)



COMPOSIÇÃO LIDERANÇAS

PMDB - 22 Líder Renan Calheiros - PMDB (103,123) Vice-Líderes Kátia Abreu (124) Valdir Raupp (125)	Bloco Social Democrata (PSDB/DEM/PV) - 16 Líder José Agripino - DEM (32,51) Vice-Líderes Ricardo Ferreira (78,85,112) Davi Alcolumbre (74,87) Ataídes Oliveira (75) Líder do PSDB - 11 Paulo Bauer (102) Vice-Líder do PSDB Ricardo Ferreira (78,85,112) Líder do DEM - 4 Ronaldo Caiado (105) Vice-Líder do DEM José Agripino (32,51) Líder do PV - 1 Alvaro Dias (16,65)	Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP/PSD) - 12 Líder Wilder Morais - PP (39,122) Vice-Líderes Benedito de Lira (107) Otto Alencar (49) Líder do PP - 7 Benedito de Lira (107) Líder do PSD - 5 Omar Aziz (45,101) Vice-Líder do PSD Lasier Martins (94,97,117)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PDT) - 11 Líder Gleisi Hoffmann - PT (56,57,66,83,113,121) Vice-Líderes Acir Gurgacz (3,26,116) Lindbergh Farias (27,59,62,89,127) Regina Sousa (35) Líder do PT - 9 Gleisi Hoffmann (56,57,66,83,113,121) Vice-Líderes do PT Paulo Rocha (29,41,55,63,126) Lindbergh Farias (27,59,62,89,127) Líder do PDT - 2 Acir Gurgacz (3,26,116)	Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PCdoB/REDE) - 10 Líder João Capiberibe - PSB (1,11,115) Vice-Líderes Antonio Carlos Valadares (52,71) Vanessa Grazziotin (15,20) Líder do PSB - 7 Fernando Bezerra Coelho (100) Vice-Líder do PSB Roberto Rocha (37,54,110) Líder do PPS - 1 Cristovam Buarque (64) Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin (15,20) Líder do REDE - 1 Randolfe Rodrigues (19,23,91)	Bloco Moderador (PTB/PR/PSC/PRB/PTC) - 9 Líder Wellington Fagundes - PR (43,46,109) Vice-Líder Telmário Mota (4,30,36,44,58,84,104,128) Líder do PTB - 2 Armando Monteiro (98) Líder do PR - 4 Vicentinho Alves (106) Vice-Líder do PR Magno Malta (108) Líder do PSC - 1 Pedro Chaves (111) Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes (81,95) Líder do PTC - 1 Fernando Collor (5,8,67,69)
Governo Líder Romero Jucá - PMDB (119) Vice-Líderes Fernando Bezerra Coelho (100) José Medeiros (12,14,22,88) Davi Alcolumbre (74,87) Hélio José (42,48,86) Ricardo Ferreira (78,85,112)	 Maioria Líder Renan Calheiros - PMDB (103,123)	Minoria Líder Humberto Costa - PT (17,21,50,53,79,90,114)

Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB)
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
4. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
6. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
7. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
8. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
9. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
10. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
11. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
12. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
13. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
14. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of.18/2015-GSJMEDEI).
15. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
16. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
17. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
18. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
19. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
20. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
21. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
22. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
23. Em 29.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder da REDE (Of. 67/2015/GSRROD).
24. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
25. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
26. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
27. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
28. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
29. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
30. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
31. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
32. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
33. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
34. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
35. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designada 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
36. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
37. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB)
38. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
39. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Morais foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
40. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).
41. Em 25.08.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 2º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
42. Em 25.08.2015, o Senador Hélio José foi designado 1º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
43. Em 25.08.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado 3º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
44. Em 09.09.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º vice-líder do Governo (Mem. 46/2015-GLDGOV).
45. Em 03.11.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (of. 1/2015).
46. Em 19.11.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do PR (Ofício s/n - GABLIDPR).
47. Em 08.12.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi reconduzido líder do PSDB para o exercício de 2016 (Of. s/n GLPSDB).
48. Em 10.12.2015, o Senador Hélio José foi designado líder do PMB (Mem. 12-193/2015-GSHJOSE).
49. Em 16.12.2015, o Senador Otto Alencar foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 003/2015).
50. Em 03.02.2016, o Senador Humberto Costa foi reconduzido à liderança do PT (Of. 1/2016-GLDPT).
51. Em 16.02.2016, o Senador José Agripino foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
52. Em 16.02.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Líder do PSB, conforme Of. nº 1/2016-GLPSB, em substituição ao Senador João Capiberibe.
53. Em 24.02.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Governo (MSG nº 49/2016).
54. Em 01.03.2016, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB)
55. Em 02.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do PT, deixando de ocupar a vaga de 1º Vice-líder (Of. 3/2016-GLDPT)
56. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
57. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 4ª vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
58. Em 08.03.2016, o Senador Telmário Mota foi designado 3º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
59. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
60. Em 08.03.2016, o Senador Donizeti Nogueira foi designado 4º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
61. Em 08.03.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
62. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
63. Em 08.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 16/2016-GLDBAG)
64. Em 17.03.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado líder do PPS (Of. 3-009/2016-GSCB).
65. Em 02.02.2016, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Verde (Memo 008/16-SEN).



66. Em 22.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2º vice-líder do Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha (Memo. 8/2016-GLDGOV).
67. Em 30.03.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTC (Of. 1/2016-LIDPTC).
68. Em 05.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado Líder do PTB (Of. N° 001/2016-LIDPTB)
69. Em 06.04.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. n° 9/2016-BLUFOR)
70. Em 06.04.2016, o Senador Eduardo Amorim foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. n° 9/2016-BLUFOR)
71. Em 06.04.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Vice-Líder do Bloco Socialismo e Democracia, conforme Memo. n° 14/2016-BLSDEM.
72. Em 06.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. n° 9/2016-BLUFOR)
73. Em 03.05.2016, o Senador Zeze Perrella é designado vice-líder do PTB (Of. n° 2/2016-LIDPTB).
74. Em 05.05.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
75. Em 05.05.2016, o Senador Ataídes Oliveira foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
76. Em 05.05.2016, a Senadora Rose de Freita foi designada 2ª vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDB).
77. Em 05.05.2016, o Senador Waldemir Moka foi designado 1º vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDB).
78. Em 05.05.2016, o Senador Ricardo Ferreira foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
79. Em 12.05.2016, o Senador Humberto Costa deixou de ser líder do governo (Mensagem n° 253/2016 e Memorando n° 104/2016-GSHCST)
80. Em 01.06.2016, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado Líder do Governo (Mensagem 306/2016).
81. Em 06.06.2016, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. n° 1/2016-GSEL).
82. Em 08.06.2016, o Senador José Aníbal foi designado 2º vice-líder do PSDB, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 35/2016-GLPSDB).
83. Em 10.06.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann deixa de compor a 2ª vice -liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
84. Em 10.06.2016, o Senador Telmário Mota deixa de compor a 4ª vice - liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
85. Em 14.06.2016, o Senador Ricardo Ferreira foi designado 5º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
86. Em 14.06.2016, o Senador Hélio José foi designado 4º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
87. Em 14.06.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
88. Em 14.06.2016, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
89. Em 22.06.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder da Minoria (Of. 13/2016-GLDPT).
90. Em 08.08.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do PT e do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Ofícios n° 14/2016-GLDPT e n° 77/2016-GLPRD).
91. Em 24.08.2016, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Memo. 53/2016-GLBSD).
92. Em 01.10.2016, o Senador Marcelo Crivella reassume a liderança do partido (Memo n° 42/2016-GSMC).
93. Em 29.11.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3º vice-líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 19/2016-GLDPT).
94. Em 16.02.2016, o Senador Lasier Martins foi designado líder do PDT (Memo. 59-GSTMOTA).
95. Em 02.01.2017, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. n° 1/2017-GSELOP).
96. Em 31.01.2017, o Senador Elmano Férrer deixou a vice-liderança do PTB, em virtude de sua desfiliação do partido.
97. Em 31.01.2017, o Senador Lasier Martins deixou a liderança do PDT, em virtude de sua desfiliação do partido.
98. Em 31.01.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado líder do PTB (Comunicação s/n-2017)
99. Em 31.01.2017, o Senador Eduardo Amorim deixou a vice-liderança do Bloco Moderador e a liderança do PSC, em virtude de sua desfiliação do partido.
100. Em 01.02.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado líder do PSB (Of. GLPSB n° 1/2017)
101. Em 01.02.2017, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Memo. n° 1/2017-GLPSD)
102. Em 01.02.2017, o Senador Paulo Bauer foi designado líder do PSDB (Comunicação s/n-2017)
103. Em 01.02.2017, o Senador Renan Calheiros foi designado líder do PMDB (Of. GLPMDB n° 11/2017)
104. Em 31.01.2017, o Senador Telmário Mota deixou a vice-liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e a vice-liderança do PDT e , em virtude de sua desfiliação do partido.
105. Em 01.02.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. 01/2017-GLDEM).
106. Em 01.02.2017, o Senador Vicentinho Alves foi designado líder do PR (Of. sn/2017-GLPR).
107. Em 01.02.2017, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. 01/2017-GLDPP).
108. Em 03.02.2017, o Senador Magno Malta é designado vice-líder do PR (Of. de indicação s/n-2017)
109. Em 03.02.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do Bloco Moderador (Of. 1/2017-BLUMOD)
110. Em 06.02.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado 1º Vice-Líder do PSB (Of. 2/2017-GLPSB)
111. Em 06.02.2017, o Senador Pedro Chaves foi designado líder do PSC (Of. 11/2017-GSPCHAV).
112. Em 07.02.2017, o Senador Ricardo Ferreira foi designado Vice-Líder do PSDB (Ofício 42/2017-GLPSDB)
113. Em 08.02.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi indicada líder do PT (Of. 1/2017-GLDPT).
114. Em 08.02.2017, o Senador Humberto Costa foi designado Líder da Minoria (Ofício 2/2017-GLDPT)
115. Em 08.02.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Socialismo e Democracia (Memo 2/2017-GLBSD)
116. Em 09.02.2017, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 4/2017-GLPDT).
117. Em 22.02.2017, o Senador Lasier Martins foi designado Vice-líder do PSD (Memo. 3/2017-GLPSD).
118. Em 23.02.2017, o Senador José Aníbal deixou de ocupar o cargo de 2º vice-líder do PSDB, em função do retorno ao mandato do Senador titular, José Serra.
119. Em 07.03.2017, o Senador Romero Jucá foi indicado Líder do Governo (Mensagem. 57/2017-PR).
120. Em 07.03.2017, o Senador Aloysio Nunes Ferreira afastou-se do exercício para exercer cargo no Poder Executivo (Memo 60/2017-SANF).
121. Em 09.03.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi indicada líder do Bloco Resistência Democrática (Of. 1/2017-BLPRD).
122. Em 14.03.2017, o Senador Wilder de Moraes foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo 17/2017-GLDPRO)
123. Em 22.03.2017, o Senador Renan Calheiros foi designado líder da Maioria (Of. GLPMDB n° 71/2017)
124. Em 24.03.2017, a Senadora Kátia Abreu foi designada 1ª Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB n° 74/2017)
125. Em 24.03.2017, o Senador Valdir Raupp foi designado 2º Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB n° 74/2017)
126. Em 19.04.2017, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 13/2017-GLDPT).



127. Em 19.04.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 13/2017-GLDPT).

128. Em 28.04.2017, o Senador Telmário Mota foi desigando 1º Vice-Líder do Bloco Moderador (Of. 61/2017-BLOMOD).



COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EXAMINAR O PLS 258, DE 2016

Finalidade: Destinada a examinar o PLS 258, de 2016, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica.

Número de membros: 11

PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Chaves (PSC-MS)

RELATOR: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

Designação: 22/06/2016

Leitura: 13/07/2016

Instalação: 12/07/2016

MEMBROS

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

Senador Pedro Chaves (PSC-MS)

Senador José Maranhão (PMDB-PB)

Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Senador Paulo Rocha (PT-PA)

Senador Lasier Martins (PSD-RS)

Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

Senador Jorge Viana (PT-AC)

Senador Hélio José (PMDB-DF)

Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Senador Roberto Rocha (PSB-MA) (1)

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE LEI DO SENADO 258, de 2016

PRAZOS

Recebimento de emendas perante as Comissões : 2016-07-13 a 2016-10-31 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)

Relatórios Parciais : 2016-11-01 a 2016-11-16 (Projeto de Código - Art. 374, IV, do RISF)

Relatório do Relator-Geral : 2016-11-17 a 2016-11-23 (Projeto de Código - Art. 374, V, do RISF)

Parecer Final da Comissão : 2016-11-24 a 2016-11-30 (Projeto de Código - Art. 374, VI, do RISF)

Notas:

*. Em 12.07.2016, foi instalada a comissão (Memo. 001/2016-CEAERO).

**. Em 13.07.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 25.08.2016 (Memo. 3/2016-CEAERO).

***. Em 04.10.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 31.10.2016 (Memo. 10/2016-CEAERO).

1. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos n°s 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes - Maximiliano Godoy (Adjunto)

Telefone(s): 61 - 3303 3514

E-mail: coceti@senado.leg.br



2) COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO DA OPERAÇÃO CARNE FRACA

Finalidade: Destinada a acompanhar os desdobramentos da operação Carne Fraca da Polícia Federal.

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------



3) COMISSÃO ESPECIAL DAS OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhar e fiscalizar as obras inacabadas financiadas, direta ou indiretamente, por recursos federais.

Requerimento nº 584, de 2016

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Instalação: 08/11/2016

Prazo final: 22/12/2016

Prazo final prorrogado: 22/12/2017

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1.
VAGO	2. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1. VAGO
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
VAGO	1. VAGO

Secretário(a): Felipe Geraldes e Guilherme Brandão (Adjunto)

Telefone(s): 33034854

E-mail: coceti@senado.leg.br



4) COMISSÃO EXTERNA DOS HOSPITAIS DE TOCANTINS

Finalidade: Averiguar e fiscalizar a situação de emergência e o caos nos hospitais públicos em Tocantins

(Requerimento nº 963, de 2016)

Número de membros: 4 titulares e 4 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Prazo final prorrogado: 15/08/2017

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) (1)	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (1)	2.
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (1)	3.
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (1)	4.

Notas:

1. Em 14.02.2017, a Presidência designou os senadores Kátia Abreu, Lúcia Vânia, Vanessa Grazziotin e Ataídes Oliveira para comporem a Comissão.



5) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 22/12/2017

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto

Arnaldo Versiani Leite Soares

Carlos Caputo Bastos

Carlos Mário da Silva Velloso

Edson de Resende Castro

Fernando Neves da Silva

Hamilton Carvalhido

Joelson Costa Dias

José Antonio Dias Toffoli

José Eliton de Figueiredo Júnior

Luciana Müller Chaves

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Márcio Silva

Marcus Vinicius Furtado Coelho

Roberto Monteiro Gurgel Santos

Raimundo Cezar Britto

Torquato Lorena Jardim

Geraldo Agosti Filho

José Rollemburg Leite Neto

Walter de Almeida Guilherme

Roberto Carvalho Velloso

Henrique Neves da Silva

Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemburg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

**. Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.



*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.
*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

*****. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.

*****. Em 08.12.2015, foi publicado o Ato do Presidente nº 43, de 2015, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 17 de junho de 2016.

*****. Em 17.06.2016, foi publicado o Ato do Presidente nº 13, de 2016, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de setembro de 2016.

*****. O Ato do Presidente nº 27, de 15 de dezembro de 2016, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2017.

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33021176

E-mail: coceti@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE JURISTAS DA DESBUROCRATIZAÇÃO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojetos de Lei destinados a desburocratizar a Administração Pública Brasileira, melhorar a relação com as empresas, o trato com o cidadão e promover a revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015

Número de membros: 20

PRESIDENTE: Mauro Campbell Marques

VICE-PRESIDENTE: João Geraldo Piquet Carneiro

RELATOR: José Antonio Dias Toffoli

Leitura: 19/08/2015

Instalação: 02/09/2015

Prazo final: 11/04/2016

Prazo final prorrogado: 22/12/2017

MEMBROS

Mauro Campbell Marques

José Antonio Dias Toffoli

Paulo Rabello de Castro

João Geraldo Piquet Carneiro

Ives Sandra Martins

Otavio Luiz Rodrigues Junior

Aristóteles de Queiroz Camara

Mary Elbe Queiroz

Eumar Roberto Novacki

Gabriel Rizza Ferraz

Antonio Helder Medeiros Rebouças

Daniel Vieira Bogéa Soares

Luciana Leal Brayner

Marcello Augusto Diniz Cerqueira

Everardo de Almeida Maciel

Eduardo Maneira

Heleno Taveira Torres

Paulo Ricardo de Souza Cardoso

Cleide Regina Furlani Pompermaier

Leonardo Carneiro da Cunha

Notas:

*. O Ato da Comissão Diretora nº 13, de 20 de agosto de 2015, fixa em 10 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Mauro Campbell Marques, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Sandra Martins, Otavio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz.

**. O Ato do Presidente nº 28, de 1º de setembro de 2015, fixa em 16 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Mauro Campbell Marques, José Antonio Dias Toffoli, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Sandra Martins, Otavio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz, Antonio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner, Marcello Augusto Diniz Cerqueira e Everardo de Almeida Maciel para compor o colegiado. Indicando ainda os Senhores Mauro Campbell Marques, João Geraldo Piquet Carneiro e José Antonio Dias Toffoli como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator do colegiado.

***. O Ato do Presidente nº 26, de 1º de setembro de 2015, fixa em 14 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Antônio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner e Marcello Augusto Diniz Cerqueira para compor o Colegiado.

****. O Ato do Presidente nº 31, de 14 de setembro de 2015, fixa em 17 o número de membros da Comissão, indicando o Senhor Ricardo Vital de Almeida para compor o Colegiado.

*****. O Ato do Presidente nº 37, de 6 de outubro de 2015, fixa em 20 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Leandro Paulsen, Heleno Taveira Torres e Paulo Ricardo de Souza Cardoso para compor o Colegiado; o Ato altera, ainda, a finalidade da Comissão, para acrescentar a promoção da revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

*****. O Ato do Presidente nº 46, de 15 de dezembro de 2015, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, indicando o Senhor Eduardo Maneira para compor o Colegiado.



*****. O Ato do Presidente nº 7, de 5 de abril de 2016, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, retirando da composição da Comissão Mauro Roberto Gomes de Mattos e Laendro Paulsen; e indicando Cleide Regina Furlani Pompermaier e Leonardo Carneiro da Cunha. O Ato ainda prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 31/12/2016.

*****. O Ato do Presidente nº 28, de 15 de dezembro de 2016, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2017.

Secretário(a): Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 33033501

E-mail: coceti@senado.gov.br



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI DA PREVIDÊNCIA

Finalidade: Destinada a investigar a contabilidade da previdência social, esclarecendo com precisão as receitas e despesas do sistema, bem como todos os desvios de recursos.

Requerimento nº 161, de 2017

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PTB-RR) ⁽⁶⁾

RELATOR: Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽⁶⁾

Leitura: 21/03/2017

Instalação: 26/04/2017

Prazo final: 08/09/2017

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Senadora Rose de Freitas (ES) ⁽⁵⁾	1. Senador Dário Berger (SC) ⁽⁵⁾
Senador Hélio José (DF) ⁽⁵⁾	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾	1. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽³⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO ^(2,7)	1.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS)	1. Senador José Medeiros (PSD-MT)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽¹⁾	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽¹⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Telmário Mota (PTB-RR) ⁽⁴⁾	

Notas:

1. Em 19.04.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e o Senador Antônio Carlos Valadares, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 039/2017-BLSDEM).
2. Em 19.04.2017, o Senador Ataídes Oliveira foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 112/2017-GLPSDB).
3. Em 19.04.2017, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular; e o Senador José Pimentel, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 052/2017).
4. Em 25.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 056/2017-BLOMOD).
5. Em 25.04.2017, os Senadores Rose de Freitas e Hélio José foram designados membros titulares, e o Senador Dário Berger, membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 104/2017-GLPMDB).
6. Em 26.04.2017, a Comissão reunida elegeram os Senadores Paulo Paim, Telmário Mota e Hélio José, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CPIPREV).
7. Em 2.05.2017, o Senador Ataídes de Oliveira deixou de integrar, como titular, o colegiado (Of. 127/2017-GLPSDB).



2)CPI DOS MAUS-TRATOS

Finalidade: Investigar as irregularidades e os crimes relacionados aos maus-tratos em crianças e adolescentes no país.

Requerimento nº 277, de 2017

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

Leitura: 25/04/2017



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senadora Kátia Abreu (6)	1. Senador Eduardo Braga (6,9)
Senador Roberto Requião (6,9)	2. Senador Romero Jucá (6)
Senador Garibaldi Alves Filho (6)	3. Senador Elmano Férrer (6)
Senador Raimundo Lira (6)	4. Senador Waldemir Moka (6)
Senadora Simone Tebet (6)	5.
Senador Valdir Raupp (6)	6.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (1)	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (1)
Senador Humberto Costa (PT-PE) (1)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (1)
Senador Jorge Viana (PT-AC) (1)	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) (1)
Senador José Pimentel (PT-CE) (1)	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) (1)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (1)	5. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (1)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (1)	6. (1)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (3)	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TG) (3)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (3)	2. Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) (3)
Senador José Serra (PSDB-SP) (3)	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (3)
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (6)	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (6)
Senador José Agripino (DEM-RN) (6)	5. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (6)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (2)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (2)
Senador Omar Aziz (PSD-AM) (2)	2. Senador José Medeiros (PSD-MT) (2)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (2)	3. Senador Benedito de Lira (PP-AL) (2)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) (4)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) (4)
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (4,10)	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (4)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (4)	3. Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (8,10)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (5)	1. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) (5)
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (5)	2. Senador Telmário Mota (PTB-RR) (5,11,12)
Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (5)	3. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (5)

Notas:

* O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democracia compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 4/2017-GLBPRD).

2. Em 09.03.2017, os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão, José Medeiros e Benedito de Lira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 020/2017-BLDPRO).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Tasso Jereissati, Ricardo Ferraço, José Serra foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Dalírio Beber e Flexa Ribeiro, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 36/2017-GLPSDB).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Lúcia Vânia e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Rocha e Cristovam Buarque, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 4/2017-BLSDEM).
5. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes, Armando Monteiro e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Pedro Chaves, Thieres Pinto e Cidinho Santos, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 5/2017-BLOMOD).
6. Em 13.03.2017, os Senadores Ronaldo Caiado e José Agripino foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Maria do Carmo Alves, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº07/2017-GLDEM).
7. Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Tasso Jereissati e Garibaldi Alves Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 6/2017-CAE).
8. Em 14.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 30/2017-BLSDEM).
9. Em 24.03.2017, o Senador Roberto Requião foi designado membro titular pelo PMDB, para compor o colegiado, em substituição ao senador Eduardo Braga, que passou a ocupar a vaga como suplente (Of. nº 76/2017-GLPMDB).
10. Em 24.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado, em substituição à senadora Lúcia Vânia, que passou a ocupar a vaga como suplente (Memo. nº 35/2017-BLSDEM).
11. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
12. Em 24.04.2017, o Senador Telmário Mota passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 55/2017-BLOMOD).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034544

E-mail: cae@senado.leg.br



1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 16/09/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
Maoria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1.

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br



1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br



1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽¹³⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Hélio José (8)	1. Senador Garibaldi Alves Filho (8)
Senador Waldemir Moka (8,11)	2. Senador Valdir Raupp (8)
Senadora Marta Suplicy (8)	3. Senador Romero Jucá (8)
Senador Elmano Férrer (8,14)	4. Senador Edison Lobão (8)
Senador Airton Sandoval (8,12)	5. Senadora Rose de Freitas (14)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RN) (1)	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (1)
Senador Humberto Costa (PT-PE) (1)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (1)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (1)	3. Senador José Pimentel (PT-CE) (1)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (1)	4. Senador Jorge Viana (PT-AC) (1)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (1)	5. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (2)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) (6)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (6)
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) (6)	2. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (6)
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (9)	3. Senador José Agripino (DEM-RN) (9)
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (9)	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (9)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (3)	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) (3)
Senadora Ana Amélia (PP-RS) (3)	2. Senador Wilder Morais (PP-GO) (10)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (4)	1. Senador Romário (PSB-RJ) (4)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (5)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (4)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Cidinho Santos (PR-MT) (7)	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (7)
Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (7)	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (7)
Notas:	
* Os Blocos Parlamentares Democracia Progressista, Socialismo e Democracia e Moderador compartilham 1 vaga na comissão, com a qual o colegiado totaliza 21 membros.	
1. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Humberto Costa, Paulo Paim, Paulo Rocha e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, José Pimentel e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 7/2017-GLBPRD).	
2. Em 09.03.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 24/2017-GLBPRD).	
3. Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Ana Amélia foram designados membros titulares; e o Senador Otto Alencar, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 21/2017-BLDPRO).	
4. Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular; e os Senadores Romário e Vanessa Grazziotin, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 5/2017-BLSDEM).	
5. Em 09.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 15/2017-BLSDEM).	
6. Em 09.03.2017, os Senadores Dalírio Beber e Eduardo Amorim foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 27/2017-GLPSDB).	
7. Em 09.03.2017, os Senadores Cidinho Santos e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 5/2017-BLOMOD).	
8. Em 09.03.2017, os Senadores Hélio José, Eduardo Braga, Marta Suplicy, Rose de Freitas e Renan Calheiros foram designados membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp, Romero Jucá e Edison Lobão, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 32/2017-GLPMDB).	



9. Em 13.03.2017, os Senadores Ronaldo Caiado e Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Davi Alcolumbre, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 7/2017-GLDEM).
10. Em 14.03.2017, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 38/2017-GLDPRO).
11. Em 14.03.2017, o Senador Waldemir Moka foi designado membro titular, em substituição ao senador Eduardo Braga, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 51/2017-GLPMDB).
12. Em 14.03.2017, o Senador Airton Sandoval foi designado membro titular, em substituição ao senador Renan Calheiros, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 52/2017-GLPMDB).
13. Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Marta Suplicy e Ronaldo Caiado, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2017-CAS).
14. Em 31.03.2017, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular, em substituição à senadora Rose de Freitas, que passa a atuar como suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 86/2017-GLPMDB).

Secretário(a): Patricia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

E-mail: cas@senado.gov.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
Maioria (PMDB)	
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽¹⁾	1. Senador Roberto Requião (PMDB-PR) ⁽¹⁾
Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽¹⁾	2. Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽¹⁾
Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽¹⁾	3. Senador Renan Calheiros (PMDB-AL) ⁽¹⁾
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽¹⁾	4. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽¹⁾
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹⁾	5. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹⁾
Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹⁾	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ⁽¹⁾
Senador José Maranhão (PMDB-PB) ⁽¹⁾	7. Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁶⁾	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(6,19)
Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁶⁾	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ^(6,17,18)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁶⁾	3. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ^(6,11,13,19)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(6,17)	4. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁶⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁶⁾	5. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ^(6,19)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁶⁾	6. VAGO ⁽⁶⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Aécio Neves (PSDB-MG) ⁽³⁾	1. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(3,12)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽³⁾	2. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽³⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ^(3,15)	3. Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽³⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁹⁾	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁹⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁹⁾	5. Senador José Serra (PSDB-SP) ⁽²⁰⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽⁵⁾	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁵⁾
Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽⁵⁾	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ^(5,14)
Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽⁵⁾	3. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽⁴⁾	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽⁴⁾
Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽⁴⁾	2. Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁴⁾
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁴⁾	3. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²⁾	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(2,16)
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ^(2,10)	2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ^(2,10)
Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽²⁾	3. Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽²⁾

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democracia compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 08.02.2017, os Senadores Jader Barbalho, Edison Lobão, Eduardo Braga, Simone Tebet, Valdir Raupp, Marta Suplicy e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Romero Jucá, Renan Calheiros, Garibaldi Alves Filho, Waldemir Moka, Rose de Freitas e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 17/2017-GLPMDB).

2. Em 08.02.2017, os Senadores Armando Monteiro, Vicentinho Alves e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Wellington Fagundes, Eduardo Lopes e Fernando Collor, como membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor a CCJ (Of. 003/2017-BLOMOD).

3. Em 08.02.2017, os Senadores Aécio Neves, Antônio Anastasia e Aloisio Nunes Ferreira foram designados membros titulares; e os Senadores José Aníbal, Cássio Cunha Lima e Eduardo Amorim, como membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor a CCJ (Of. 027/2017-GLPSDB).

4. Em 08.02.2017, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, João Capiberibe e Vanessa Grazziotin, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Memo. 003/2017-GLBSD).
5. Em 08.02.2017, os Senadores Lasier Martins, Benedito de Lira e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol, Roberto Muniz e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CCJ (Memo. 022/2017-BLDPRO).
6. Em 08.02.2017, os Senadores Jorge Viana, José Pimentel, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Paulo Rocha e Regina Sousa, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CCJ (Of. 2/2017-GLPT).
7. Em 09.02.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Edson Lobão o Presidente deste colegiado (Of. 1/2017-CCJ).
8. Em 09.02.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Antônio Anastasia o Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2017-CCJ).
9. Em 14.02.2017, os Senadores Ronaldo Caiado, Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e o Senador Davi Alcolumbre, como membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor a CCJ (Of. n°004/2017-GLDEM).
10. Em 14.02.2017, o Senador Eduardo Lopes passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco Moderador, em permuta com o Senador Vicentinho Alves, que passou a ocupar a vaga de suplente na Comissão (of. 6/2017-GLDEM).
11. Em 15.02.2017, o Senador Humberto Costa deixa de compor a comissão, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (of. 16/2017-LBPRD).
12. Em 20.02.2017, o Senador Ricardo Ferraço passou a ocupar a vaga de suplente, pelo o Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador José Aníbal (Of. 53/2017-GLPSDB).
13. Em 07.03.2017, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (of. 27/2017-LBPRD).
14. Em 09.03.2017, a Senadora Ana Amélia passou a ocupar a vaga de suplente, pelo o Bloco Democracia Progressista, em substituição ao Senador Roberto Muniz (Of. 31/2017-BLDPRO).
15. Em 09.03.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira, que assumiu cargo no Poder Executivo (of. 98/2017-GLPSDB).
16. Em 14.03.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (of. 30/2017-BLOMOD).
17. Em 21.03.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, deixando de ocupar a vaga de suplente, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (of. 47/2017-GLBPRD).
18. Em 29.03.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 53/2017-GLBPRD).
19. Em 19.04.2017, os Senadores Humberto Costa, Lindbergh Farias, Regina Sousa, Paulo Rocha e Ângela Portela foram designados membros suplentes, nessa ordem, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 61/2017-GLBPRD).
20. Em 20.04.2017, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 30/2017-GLDEM).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 61-3303-3972

Fax: 61-3303-4315

E-mail: scomcj@senado.gov.br



3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Pedro Chaves (PSC-MS)

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senadora Simone Tebet (7)	1. Senador Valdir Raupp (7)
Senador Dário Berger (7)	2. Senador Hélio José (7)
Senadora Marta Suplicy (7)	3.
Senador José Maranhão (7)	4.
Senador Raimundo Lira (7)	5.
Senador João Alberto Souza (7)	6.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (4)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (4)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (4)	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) (4)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (4)	3. Senador Jorge Viana (PT-AC) (4)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)	4. Senador José Pimentel (PT-CE) (4)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (4)	5. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (4)	6.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (1)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (6)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (1)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (6)
VAGO (1,9)	3.
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (6)	4.
Senador José Agripino (DEM-RN) (6)	5.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador José Medeiros (PSD-MT) (5)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (5)
Senador Roberto Muniz (PP-BA) (5)	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) (5)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (5)	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (2)	1. Senador Romário (PSB-RJ) (2)
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (2)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (2)
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (2)	3.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) (3)	1. Senador Magno Malta (PR-ES) (3)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (3,8)	2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (3)
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (3)	3. Senador Telmário Mota (PTB-RR) (8,10,11)

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democracia compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Antonio Anastasia, Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 29/2017-GLPSDB).

2. Em 09.03.2017, os Senadores Cristovam Buarque, Lúcia Vânia e Lídice da Mata foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e Randolfe Rodrigues, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CE (Memo. nº008/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Pedro Chaves, Thieres Pinto e Eduardo Lopes foram designados membros titulares; e os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, José Pimentel e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CE (Of. nº005/2017-GLBPRD).

5. Em 09.03.2017, os Senadores José Medeiros, Roberto Muniz e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão e Ana Amélia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CE (Of. nº026/2017-GLBPRO).



6. Em 13.03.2017, os Senadores Maria do Carmo Alves e José Agripino foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).
7. Em 14.03.2017, os Senadores Simone Tebet, Dário Berger, Marta Suplicy, José Maranhão, Raimundo Lira e João Alberto Souza foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp e Hélio José, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 31/2017-GLPMDB).
8. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Thieres Pinto, que passou a compor o colegiado como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 27/2017-BLOMOD).
9. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço deixou de compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 104/2017-GLPSDB).
10. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
11. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 50/2017-BLOMOD).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Willy da Cruz Moura
Telefone(s): 61 33033498
E-mail: ce@senado.leg.br



4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Willy da Cruz Souza

Telefone(s): 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Willy da Cruz Souza

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽¹⁹⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Hélio José ⁽¹¹⁾	1. Senador Airton Sandoval ^(11,14)
Senador Renan Calheiros ⁽¹¹⁾	2. Senador Dário Berger ⁽¹¹⁾
Senador João Alberto Souza ⁽¹¹⁾	3.
Senador Valdir Raupp ^(11,14)	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽¹⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TG) ⁽⁵⁾	1. Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) ⁽⁵⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁵⁾	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ^(7,9)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(7,9)	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾	1. Senador José Medeiros (PSD-MT) ⁽²⁾
Senador Roberto Muniz (PP-BA) ^(2,10)	2. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽³⁾	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽³⁾
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽⁴⁾	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽³⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(6,15)	1. Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(6,17,18)
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽⁶⁾	2. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ^(6,12,16)

Notas:

- * Em 30.03.2017, foi publicada a Resolução nº 3, de 2017, que alterou o nome da "Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle" para "Comissão de Meio Ambiente".
- 2. Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Benedito de Lira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 27/2017-BLDPRO).
- 1. Em 09.03.2017, os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 10/2017-GLBPRD).
- 3. Em 09.03.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 7/2017-BLSDEM).
- 4. Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 14/2017-BLSDEM).
- 5. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e o Senador Dalírio Beber, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 35/2017-GLPSDB).
- 6. Em 09.03.2017, os Senadores Armando Monteiro e Cidinho Santos foram designados membros titulares; e os Senadores Thieres Pinto e Pedro Chaves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- 7. Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador José Agripino, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- 8. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 100/2017-GLPSDB).
- 9. Em 22.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e o Senador Ronaldo Caiado, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 8/2017-GLDEM).
- 10. Em 23.03.2017, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Wilder Morais, para compor o colegiado (Of. nº 2/2017-BLDPRO).
- 11. Em 31.03.2017, os Senadores Hélio José, Renan Calheiros, João Alberto Souza e Eduardo Braga foram designados membros titulares; e os senadores Valdir Raupp e Dário Berger, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 36/2017-GLPMDB).



12. Em 03.04.2017, o Senador Pedro Chaves deixa de compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador(Of. nº 37/2017-BLOMOD).
13. Em 04.04.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CMA).
14. Em 05.04.2017, o Senador Valdir Raupp passa a atuar como titular, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Braga. O Senador Airton Sandoval foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Valdir Raupp, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 88/2017-GLPMDB).
15. Em 10.04.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao Senador Armando Monteiro, pelo Bloco Moderador (Of. nº 46/2017-BLOMOD).
16. Em 17.04.2017, o Senador Pedro Chaves passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 40/2017-BLOMOD).
17. Em 17.04.2017, o Senador Thières Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
18. Em 24.04.2017, o Senador Telmário Mota passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 54/2017-BLOMOD).
19. Em 26.04.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 9/2017-CMA).

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30min -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Regina Sousa (PT-PI)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

TITULARES	Suplentes
PMDB	
VAGO (6,10)	1. Senador Valdir Raupp (6)
Senadora Marta Suplicy (6)	2.
Senador Hélio José (6)	3.
VAGO (6,9)	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (4)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (4)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (4)	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (4)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (4)	4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (4)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO (1,8)	1.
VAGO (1,11)	2.
VAGO (1,12)	3.
VAGO (7,14)	4.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador José Medeiros (PSD-MT) (3)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (3)
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) (2)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (16)
Senador Romário (PSB-RJ) (2)	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Magno Malta (PR-ES) (5)	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (5)
Senador Telmário Mota (PTB-RR) (5,13,15)	2. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (5)

Notas:

- * O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.
- 1. Em 09.03.2017, os Senadores Dalírio Beber, Eduardo Amorim e Ricardo Ferrão foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 039/2017-GLPSDB).
- 2. Em 09.03.2017, os Senadores João Capiberibe e Romário foram designados membros titulares pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 21/2017-BLSDEM).
- 3. Em 09.03.2017, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Sérgio Petecão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 24/2017-BLDPRO).
- 4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 8/2017-GLBPRD).
- 5. Em 09.03.2017, os Senadores Magno Malta e Thieres Pinto foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- 6. Em 10.03.2017, os senadores Eduardo Braga, Marta Suplicy, Hélio José e Garibaldi Alves Filho foram designados membros titulares; e o senador Valdir Raupp, membro suplente, pelo PMDB, para compor a CDH (Of. nº 39/2017-GLPMDB).
- 7. Em 13.03.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- 8. Em 21.03.2017, o Senador Dalírio Beber deixou de ocupar a vaga de titular pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 101/2017-GLPSDB).
- 9. Em 22.03.2017, o Senador Garibaldi Alves Filho deixou de ocupar a vaga de titular pelo PMDB no colegiado (Of. nº 73/2017-GLPMDB).
- 10. Em 31.03.2017, o Senador Eduardo Braga deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo PMDB (Of. nº 85/2017-GLPMDB).
- 11. Em 03.04.2017, o Senador Eduardo Amorim deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 102/2017-GLPSDB).
- 12. Em 03.04.2017, o Senador Ricardo Ferrão deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 103/2017-GLPSDB).



13. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixou de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
14. Em 18.04.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves deixa de compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. 13/2017-GLDEM).
15. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 48/2017-BLOMOD).
16. Em 02.05.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. nº 43/2017-BLSDEM).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br



6.2) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br



6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 18, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1. VAGO

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽⁹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁹⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Edison Lobão ⁽⁷⁾	1. Senador Renan Calheiros ^(7,13)
Senador João Alberto Souza ⁽⁷⁾	2. Senador Valdir Raupp ⁽⁷⁾
Senador Roberto Requião ^(7,13)	3. Senador Hélio José ⁽⁷⁾
Senador Romero Jucá ⁽⁷⁾	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁵⁾	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁵⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁵⁾	2. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁵⁾
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁵⁾	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁵⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁵⁾	4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁵⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽²⁾	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽²⁾
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽²⁾	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁸⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(2,12)	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹¹⁾
Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁸⁾	4. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽⁶⁾	1. Senador José Medeiros (PSD-MT) ⁽⁶⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁶⁾	2. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽⁴⁾	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) ⁽⁴⁾	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽¹⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽³⁾	1. VAGO ^(3,10,14,15)
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ⁽³⁾	2. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽³⁾

Notas:

- * O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.
- 1. Em 09.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 16/2017-BLSDEM).
- 2. Em 09.03.2017, os Senadores Antonio Anastasia, Paulo Bauer e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Cássio Cunha Lima, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 32/2017-GLPSDB).
- 3. Em 09.03.2017, os Senadores Fernando Collor e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Armando Monteiro, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- 4. Em 09.03.2017, os Senadores Cristovam Buarque e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e a Senadora Vanessa Grazziotin, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 10/2017-BLSDEM).
- 5. Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, José Pimentel, Paulo Paim e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 9/2017-GLBPRD).
- 6. Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ana Amélia foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 29/2017-BLDPRO).
- 7. Em 09.03.2017, os Senadores Edison Lobão, João Alberto Souza, Renan Calheiros e Romero Jucá foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Valdir Raupp e Hélio José, membros suplentes, pelo PMDB para compor o colegiado (Of. 38/2017-GLPMDB).
- 8. Em 13.03.2017, o Senador José Agripino foi designado membro titular; e o Senador Ronaldo Caiado, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).
- 9. Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Jorge Viana, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CRE).
- 10. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao senador Cidinho Santos, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 29/2017-BLOMOD).
- 11. Em 21.03.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 106/2017-GLPSDB).



12. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Tasso Jereissati, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 99/2017-GLPSDB).
13. Em 24.03.2017, o Senador Roberto Requião foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Renan Calheiros, que passa a atuar como suplente, pelo PMDB (Of. nº 75/2017-GLPMDB).
14. Em 10.04.2017, o Senador Thieres Pinto foi designado membro suplente para compor o colegiado, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Moderador (Of. nº 43/2017-BLOMOD).
15. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.

Secretário(a): Alvaro Araujo Souza

Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

E-mail: cre@senado.leg.br



8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM)

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Renan Calheiros (7)	1. Senador Hélio José (7)
Senador Eduardo Braga (7)	2. Senadora Kátia Abreu (7,9,10)
Senador Romero Jucá (7)	3. Senadora Rose de Freitas (7)
Senador Elmano Férrer (7)	4. Senador Jader Barbalho (7)
Senador Raimundo Lira (7)	5. Senador Valdir Raupp (10)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (3)	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (3)
Senador Jorge Viana (PT-AC) (3)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (3)
Senador José Pimentel (PT-CE) (3)	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) (3)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (3)	4. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (3)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (3)	5. Senadora Regina Sousa (PT-PI) (3)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (2)	1. Senador José Agripino (DEM-RN) (6)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (2,8,11)	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (2)	3.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (6)	4.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (4)	1. Senador Lasier Martins (PSD-RS) (4)
Senador Wilder Moraes (PP-GO) (4)	2. Senador Ivo Cassol (PP-RO) (4)
Senador Roberto Muniz (PP-BA) (4)	3. Senador Gladson Cameli (PP-AC) (4)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (1)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) (1)
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) (1)	2.
	3.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (5)	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (5)
Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (5)	2. Senador Telmário Mota (PTB-RR) (5,12,13)
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) (5)	3. Senador Magno Malta (PR-ES) (5)

Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Vanessa Grazziotin e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e o Senador Antonio Carlos Valadares, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 9/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira, Cássio Cunha Lima e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 33/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Jorge Viana, José Pimentel, Paulo Rocha e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 6/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Otto Alencar, Wilder Moraes e Roberto Muniz foram designados membros titulares; e os Senadores Lasier Martins, Ivo Cassol e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 30/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes, Vicentinho Alves e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro, Thieres Pinto e Magno Malta, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador José Agripino, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Braga, Romero Jucá, Elmano Férrer e Raimundo Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Hélio José, Garibaldi Alves Filho, Rose de Freitas e Jader Barbalho, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 33/2017-GLPMDB).

8. Em 21.03.2017, o Senador Cássio Cunha Lima deixou de compor, pelo Bloco Social Democrata, a CI (Ofício 105/2017-GLPSDB).
9. Em 22.03.2017, o Senador Garibaldi Alves Filho deixou de compor, como membro suplente pelo PMDB, o colegiado (Ofício 72/2017-GLPMDB).
10. Em 28.03.2017, os Senadores Kátia Abreu e Valdir Raupp foram designados membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 81/2017-GLPMDB).
11. Em 29.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 110/2017-GLPSDB).
12. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
13. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 49/2017-BLOMOD).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 6, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br



8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 8, de 2012)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286



8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br



8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 24, de 2015)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Designação: 20/05/2015

Instalação: 10/06/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1. VAGO

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹³⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Hélio José (8,14)	1. Senador Romero Jucá (8)
Senador Elmano Férrer (8)	2. Senadora Simone Tebet (8,14)
Senador Waldemir Moka (8,10)	3. Senador Valdir Raupp (8)
Senador João Alberto Souza (8)	4. Senador Dário Berger (8)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) (4,12)	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (4,12)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (4)	2. Senador Jorge Viana (PT-AC) (4)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4)	3. Senador José Pimentel (PT-CE) (4)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (4)	4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (4)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TG) (5)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (5)
VAGO (5,11)	2. VAGO (7,15)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (7,15)	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (11)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (3)	1. Senador José Medeiros (PSD-MT) (3)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (3)	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (1)	1.
Senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) (2)	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (6)	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (6)
VAGO (6,16)	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (6)

Notas:

- Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 26/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, o Senador Antônio Carlos Valadares foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 17/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e o Senador José Medeiros, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 25/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Rocha e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 12/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 34/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes e Thieres Pinto foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 13.03.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, os Senadores Simone Tebet, Elmano Férrer, Jader Barbalho e João Alberto Souza foram designados membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Hélio José, Valdir Raupp e Dário Berger, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 35/2017-GLPMDB).
- Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu a Senadora Fátima Bezerra Presidente deste colegiado (Memo. nº 6/2017-CDR).
- Em 15.03.2017, o Senador Waldemir Moka foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jader Barbalho, pelo PMDB (Of. 56/2017-GLPMDB).
- Em 21.03.2017, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, deixando de ocupar a comissão como membro titular (Ofício 100/2017-GLPSDB).
- Em 22.03.2017, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular; e Senadora Ângela Portela, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. nº 48/2017-GLBPRD).
- Em 29.03.2017, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lídice da Mata Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 8/2017-CDR).

14. Em 29.03.2017, o Senador Hélio José passa a atuar como membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, designada como suplente, pelo PMDB (Of. 71/2017-GLPMDB).
15. Em 29.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, pelo Bloco Social Democrata (Of. 12/2017-GLDEM).
16. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 8:30min -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 2, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amélia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Waldemir Moka ⁽⁶⁾	1. Senadora Rose de Freitas ⁽⁶⁾
Senador Elmano Férrer ⁽⁶⁾	2. Senador Romero Jucá ⁽⁶⁾
Senador Valdir Raupp ⁽⁶⁾	3.
Senador Dário Berger ⁽⁶⁾	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽¹⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	4. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) ⁽⁴⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁴⁾
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽⁴⁾	2. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁷⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁷⁾	3.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽³⁾	1. Senador José Medeiros (PSD-MT) ⁽³⁾
Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽³⁾	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽²⁾	1.
VAGO ^(2,9)	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾	1. Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(5,10,11)
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽⁵⁾	2. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ⁽⁵⁾

Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Rocha, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Paulo Paim, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CRA (Of. nº011/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Lúcia Vânia e Roberto Rocha foram designados membros titulares pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Memo. nº018/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ivo Cassol foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Ana Amélia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CRA (Memo. nº028/2017-BLDPROM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Dalírio Beber e Eduardo Amorim foram designados membros titulares; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 30/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes e Cidinho Santos foram designados membros titulares; e os Senadores Thieres Pinto e Pedro Chaves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 10.03.2017, os senadores Waldemir Moka, Elmano Férrer, Valdir Raupp e Dário Berger foram designados membros titulares; e os senadores Rose de Freitas e Romero Jucá, membros suplentes, pelo PMDB, para compor a CRA (Of. nº 37/2017-GLPMDB).
- Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ivo Cassol e Valdir Raupp, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 2/2017-SACRA).
- Em 06.04.2017, o Senador Roberto Rocha deixou de compor a comissão, pelo Bloco Socialismo e Democracia (Memo. 42/2017-BLSDEM).
- Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
- Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 51/2017-BLOMOD).



Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: cra@senado.gov.br



10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506/3321

Fax: 3311-1017

E-mail: scomcra@senado.gov.br



11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Waldemir Moka (8)	1. Senador Airton Sandoval (10)
VAGO (8,12)	2. Senador Hélio José (11)
Senador Valdir Raupp (8)	3.
Senador João Alberto Souza (8)	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (1)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (1)
VAGO (1,14)	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (1)
Senador Jorge Viana (PT-AC) (1)	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (1)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (1)	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) (1)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (4)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (7)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (4)	2.
Senador José Agripino (DEM-RN) (7)	3.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Omar Aziz (PSD-AM) (2)	1. Senador Gladson Cameli (PP-AC) (2)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (2)	2. Senador Ivo Cassol (PP-RO) (2)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (9)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (3)
	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (6)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO (5,13)	1. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) (5)
Senador Magno Malta (PR-ES) (5)	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (5)

Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Jorge Viana e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CCT (Of. nº013/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Omar Aziz e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Cameli e Ivo Cassol, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CCT (Memo. nº023/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o Colegiado(Memo. nº006/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 31/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Thieres Pinto e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Pedro Chaves e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o Colegiado (Memo. nº 24/2017-BLSDEM).
- Em 13.03.2017, o Senador José Agripino foi designado membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, os Senadores Waldemir Moka, Eduardo Braga, Valdir Raupp e João Alberto Souza foram designados membros titulares pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 34/2017-GLPMDB).
- Em 14.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 31/2017-BLSDEM).
- Em 15.03.2017, o Senador Airton Sandoval foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 58/2017-GLPMDB).
- Em 22.03.2017, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 70/2017-GLPMDB).
- Em 31.03.2017, o Senador Eduardo Braga deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo PMDB (Of. nº 85/2017-GLPMDB).
- Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixou de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.



14. Em 02.05.2017, a Senadora Fátima Bezerra deixou de compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 62/2017-GLBPRD).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: Quartas-Feiras 8h:30min -
Telefone(s): 61 3303-1120
E-mail: cct@senado.gov.br



11.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DO MARCO LEGAL DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Finalidade: Acompanhar o processo de regulamentação e implementação da Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, conhecida como Marco Legal da Ciência Tecnologia e Inovação (Requerimento da CCT nº 25, de 2016).

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Quartas-Feiras 8h:30min -

Telefone(s): 61 3303-1120

E-mail: cct@senado.gov.br



12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁸⁾

RELATOR: VAGO

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Valdir Raupp ⁽³⁾	1. Senadora Kátia Abreu ⁽⁶⁾
Senador Hélio José ⁽³⁾	2.
Senador João Alberto Souza ^(3,6,9)	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁴⁾	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁴⁾
Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) ⁽⁷⁾	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾	1. VAGO ^(5,10)

Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Lindbergh Farias e Paulo Paim foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 15/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 13/2017-BLSDEM).
- Em 10.03.2017, os senadores Valdir Raupp, Hélio José e Kátia Abreu foram designados membros titulares, pelo PMDB, para compor a CDH (Of. nº 43/2017-GLPMDB).
- Em 13.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular; e o Senador Thieres Pinto, membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 28/2017-BLOMOD).
- Em 28.03.2017, a Senadora Kátia Abreu deixa de compor o colegiado como titular, passando a atuar como suplente, pelo PMDB (Of. nº 82/2017-GLPMDB).
- Em 04.04.2017, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 111/2017-GLPSDB).
- Em 05.04.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Hélio José e Wellington Fagundes, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CSF).
- Em 05.04.2017, o senador João Alberto Souza foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 93/2017-GLPMDB).
- Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.

Secretário(a): Bruno Souza de Barros

Telefone(s): 3303 1095

E-mail: csf@senado.leg.br



**13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA,
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Airton Sandoval (PMDB-SP) ⁽¹²⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Renan Calheiros (10)	1.
Senador Airton Sandoval (10)	2.
Senador Dário Berger (10)	3.
Senador Romero Jucá (10)	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (4)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (4)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) (4)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (4)	3. Senador Jorge Viana (PT-AC) (4)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (4)	4. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (11)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (5)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (6)
Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) (5)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (7)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (6)	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (7)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (9)	1.
Senador Gladson Cameli (PP-AC) (9)	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) (1)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (2, ¹³)	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (3)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Cidinho Santos (PR-MT) (8, ^{15,16})	1. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (16)
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (8, ¹⁴)	2.

Notas:

- * Em 30.03.2017, foi publicada a Resolução nº 3, de 2017, que alterou o nome da "Comissão de Transparência e Governança Pública" (CTG) para "Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor" (CTFC).
- 1. Em 09.03.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 11/2017-BLSDEM).
- 2. Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 27/2017-BLSDEM).
- 3. Em 09.03.2017, os Senadores Randolfe Rodrigues e Cristovam Buarque foram designados membros suplentes pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 28/2017-BLSDEM).
- 4. Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Jorge Viana, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 14/2017-GLBPRD).
- 5. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Dalírio Beber foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 41/2017-GLPSDB).
- 6. Em 13.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- 7. Em 21.03.2017, os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 101/2017-GLPSDB).
- 8. Em 23.03.2017, os Senadores Thieres Pinto e Fernando Collor foram designados membros titulares, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 35/2017-BLOMOD).
- 9. Em 23.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Gladson Cameli foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 1/2017-BLDPRO).
- 10. Em 31.03.2017, os Senadores Renan Calheiros, Airton Sandoval, Dário Berger e Romero Jucá foram designados membros titulares, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 40/2017-GLPMDB).



11. Em 04.04.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 54/2017-GLBPRD).
12. Em 05.04.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira e Airton Sandoval, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CTFC).
13. Em 06.04.2017, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Memo. 41/2017-BLSDEM).
14. Em 10.04.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Moderador (Of. nº 41/2017-BLOMOD).
15. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
16. Em 26.04.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Lopes, membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Moderador (Of. nº 57/2017-BLOMOD).

Secretário(a): Raimundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 11:30min -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 03/02/2017

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1^a Eleição Geral: 19/04/1995

6^a Eleição Geral: 06/03/2007

2^a Eleição Geral: 30/06/1999

7^a Eleição Geral: 14/07/2009

3^a Eleição Geral: 27/06/2001

8^a Eleição Geral: 26/04/2011

4^a Eleição Geral: 13/03/2003

9^a Eleição Geral: 06/03/2013

5^a Eleição Geral: 23/11/2005

10^a Eleição Geral: 02/06/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4.
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3.
VAGO	4.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1.
VAGO	2.
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
VAGO	

Atualização: 03/02/2017

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ*(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** ⁽¹⁾

1^a Designação: 03/12/2001
2^a Designação: 26/02/2003
3^a Designação: 03/04/2007
4^a Designação: 12/02/2009
5^a Designação: 11/02/2011
6^a Designação: 11/03/2013
7^a Designação: 26/11/2015

MEMBROS**PMDB**

VAGO

PT

VAGO

PSDB

VAGO

PSB

VAGO

PDT

VAGO

PR

VAGO

PSD

VAGO

DEM

VAGO

PP

VAGO

PTB

VAGO

PPS

VAGO

PCdoB

VAGO

REDE

VAGO

PSC

VAGO

PRBVAGO ^(2,3,4,5,6)**Atualização:** 08/02/2017**Notas:**

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 41, de 2015, em 26/11/2015.

**. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 02/2001).

1. Designada para ocupar o cargo de Presidente do Conselho pelo Ato do Presidente nº 41, de 2015, em 26/11/2015.

2. Designado para ocupar a vaga através do Of.nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.



3. O Senador Eduardo Lopes, em virtude do retorno do titular, Senador Marcelo Crivella, deixou de ocupar a vaga conforme o Of. N º 54/2016-BLOMOD.
4. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga, conforme Of. nº 54/2016-BLOMOD, datado de 04/10/2016.
5. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga em 04/10/2016, conforme Of.nº 0054/2016-BLOMOD.
6. Em 1º.01.2017, o Senador Marcelo Crivella deixa de compor o Conselho, em virtude de sua posse no cargo de Prefeito da cidade do Rio de Janeiro.



4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTC-AL)

MEMBROS

PTB

Senador Fernando Collor (PTC-AL)

PSC

Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

PMDB

Senador Romero Jucá (RR)

(1)

Notas:

- O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.

5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: (9,10,11,12)

VICE-PRESIDENTE: (9)

1^a Designação: 23/03/2010
2^a Designação: 14/03/2011
3^a Designação: 11/03/2013
4^a Designação: 04/03/2015

MEMBROS

PMDB

VAGO

PT

VAGO (2)

PSDB

VAGO

PSB

VAGO

PDT

VAGO

PR

VAGO (3,4,5,6,7,8,13,14)

PSD

VAGO (3,4,5,6,7,8,14)

DEM

VAGO (3,4,5,6,7,8,14)

PP

VAGO (3,4,5,6,7,8,14)

PTB

VAGO (10,12)

PPS

VAGO (3,4,5,6,7,8,14)

PCdoB

VAGO (3,4,5,6,7,8,14)

PSC

VAGO (3,4,5,6,7,8,14)

PRB

VAGO (1,15,16,17,18)

REDE

VAGO

Atualização: 01/06/2017

Notas:

*. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 35/2009).

1. Substituído conforme Of. nº 0036/2016-BLOMOD.

2. O Senador Delcídio do Amaral Gomez perdeu o mandato em 10 de maio de 2016, nos termos da Resolução do Senado Federal nº 21, de 2016, que ? Decreta a perda do mandato do Senador Delcídio do Amaral Gomez?, publicada no Diário Oficial da União. Seção 1. 11/05/2016. p. 4.

3. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 35/2009).

4. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 35/2009).

5. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 35/2009).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



6. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 35/2009).
7. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 35/2009).
8. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 35/2009).
9. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 18.03.2015.
10. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
11. O Senador José Agripino sucedeu ao cargo de Presidente em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
12. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
13. O Senador Cidinho Santos foi designado para ocupar a vaga do PR, em substituição ao Senador Blairo Maggi, conforme Ato do Presidente nº 11, de 2016, lido nesta data.
14. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 35/2009).
15. Designado para ocupar a vaga através do Of.nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
16. O Senador Eduardo Lopes, em virtude do retorno do titular, Senador Marcelo Crivella, deixou de ocupar a vaga conforme o Of. N º 54/2016-BLOMOD.
17. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga, conforme Of. nº 54/2016-BLOMOD, datado de 04/10/2016.
18. Em 1º.01.2017, o Senador Marcelo Crivella deixa de compor o Conselho, em virtude de sua posse no cargo de Prefeito da cidade do Rio de Janeiro.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: (7,8)

VICE-PRESIDENTE: (2)

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 21/03/2012

4ª Designação: 11/03/2013

5ª Designação: 20/05/2014

6ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS

PMDB

VAGO

PT

VAGO

PSDB

VAGO

PSB

VAGO

PDT

VAGO

PR

VAGO

PSD

VAGO

DEM

VAGO (3)

PP

VAGO

PTB

VAGO

PPS

VAGO

PCdoB

VAGO

PSC

VAGO

PRB

VAGO (1,4,5,6,9,10,11)

REDE

VAGO

Atualização: 11/11/2015

Notas:

* Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 14/2010)

1. Substituído conforme o Of. nº 0037/2016-BLOMOD.

2. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 17.03.2015.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



3. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracajú/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.
4. O Senador Eduardo Lopes foi designado para ocupar a vaga através do Of.nº 0037/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
5. O Senador Eduardo Lopes, em virtude do retorno do titular, Senador Marcelo Crivella, deixou de ocupar a vaga, conforme Of. nº 0054/2016, datado de 04/10/2016.
6. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga do PRB, em substituição ao Senador Eduardo Lopes, conforme o Of. nº 0054/2016-BLOMOD, datado e lido no Plenário do Senado Federal em 04/10/2016.
7. Em 04/10/2016, o Senador Marcello Crivella reassumiu a Presidência do Conselho.
8. Em 07/06/2016, assumiu a Presidência o Senador Paulo Paim, em virtude da substituição do Senador Marcelo Crivella, conforme Of. nº 0036/2016, do Líder do Bloco Moderador.
9. O Senador Marcelo Crivella renunciou ao mandato de Senador da República devido a sua posse como Prefeito da cidade do Rio de Janeiro, a partir de 01.01.2017.
10. O Senador Eduardo Lopes foi designado para ocupar a vaga através do Of.nº 002/2017-LIDPRB.
11. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 14/2010)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL*(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)***Número de membros:** 18 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 12/09/2012**2ª Designação:** 11/03/2013**MEMBROS****PMDB**

VAGO

PT

VAGO

PSDB**PTB**

VAGO

PP

VAGO

PDT**PSB**

VAGO

DEM

VAGO

PR

VAGO

PSD

VAGO

PCdoB

VAGO

PV

VAGO

PRB

VAGO

PSC

VAGO

PSOL

VAGO

Representante da sociedade civil organizada

VAGO

Pesquisador com produção científica relevante

VAGO

Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente

VAGO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303.5258**Fax:** 3303.5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÉA NOWILL

(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: (3)

VICE-PRESIDENTE: (3)

1ª Designação: 22/08/2013

2ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS

PMDB

VAGO

PT

VAGO

PSDB

VAGO

PSB

VAGO

PDT

VAGO

PR

VAGO

PSD

VAGO

DEM

VAGO

PP

VAGO

PTB

VAGO

PPS

VAGO

PCdoB

VAGO

PSC

VAGO

PRB

VAGO (2,4,5,6)

PSOL

VAGO (1)

Atualização: 18/10/2016

Notas:

* Designado pelo Ato do Presidente nº 19, de 2015, em 01/07/2015

**. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 34/2013).

1. O Senador Romário (PSB/RJ) ocupa a vaga por indicação do PSOL.

2. Substituído através do Of. nº 0036/2016-BLOMOD.

3. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, em 07/07/2015.

4. Designado para ocupar a vaga através do Of. nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

5. O Senador Marcelo Crivella retornou ao exercício do mandato, conforme Of. nº 54/2016-BLOMOD, datado de 04/10/2016.

6. Em 1º.01.2017, o Senador Marcelo Crivella deixa de compor o Conselho, em virtude de sua posse no cargo de Prefeito da cidade do Rio de Janeiro.



SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO

(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: (2)

VICE-PRESIDENTE: (2)

1ª Designação: 20/12/2013

2ª Designação: 16/09/2015

MEMBROS

PMDB

VAGO

PT

VAGO

PSDB

VAGO

PSB

VAGO

PDT

VAGO

PR

VAGO

PSD

VAGO

DEM

VAGO (3)

PP

VAGO

PTB

VAGO

PPS

VAGO

PCdoB

VAGO

PSC

VAGO

PRB

VAGO (1,4,5,6,7)

REDE

VAGO

Atualização: 11/11/2015

Notas:

- * Designados conforme Ato do Presidente nº 34, de 2015, publicado no DSF de 17.09.2015.
- 1. Substituído conforme o Of. 0036/2016-BLOMOD.
- 2. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, realizada em 07.10.2015.
- 3. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracajú/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.
- 4. Designado para ocupar a vaga de através do Of.nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
- 5. O Senador Eduardo Lopes, em virtude do retorno do titular, Senador Marcelo Crivella, deixou de ocupar a vaga conforme o Of. N º 54/2016-BLOMOD.
- 6. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga, conforme Of. nº 54/2016-BLOMOD, datado de 04/10/2016.



7. Em 1º.01.2017, o Senador Marcelo Crivella deixa de compor o Conselho, em virtude de sua posse no cargo de Prefeito da cidade do Rio de Janeiro.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



10) PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

COORDENADOR:

1^a Designação: 16/11/1995
2^a Designação: 30/06/1999
3^a Designação: 27/06/2001
4^a Designação: 25/09/2003
5^a Designação: 26/04/2011
6^a Designação: 21/02/2013
7^a Designação: 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
VAGO	PMDB
VAGO	PMDB
VAGO	PT
VAGO	PSDB
VAGO	PSD

Atualização: 03/02/2017

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER*(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)*

SENADOR	CARGO
	PROCURADORA

Atualização: 03/02/2017**SECRETARIA GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61) 3303-5255**Fax:** (61) 3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br

12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
	OUVIDORA-GERAL Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br



13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)⁽³⁾

1^a Designação: 14/03/2011

2^a Designação: 21/03/2012

3^a Designação: 11/03/2013

4^a Designação: 26/03/2014

5^a Designação: 01/07/2015

MEMBROS

PMDB

Senadora Simone Tebet (MS)

PT

Senadora Fátima Bezerra (RN)

PSDB

Senador Antonio Anastasia (MG)

PSB

Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)

PDT

Senador Reguffe (S/Partido-DF)

PR

Senador Wellington Fagundes (MT)

PSD

Senador Sérgio Petecão (AC)

DEM

Senador Wilder Morais (PP-GO)

PP

Senadora Ana Amélia (RS)

PTB

VAGO⁽²⁾

PPS

Senador José Medeiros (PSD-MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)^(1,4,5,6)

REDE

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 29/11/2016

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 18, de 2015, em 01/07/2015

1. Substituído conforme Of. nº 0036/2016-BLOMOD.

2. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro(Of. 1/2016-GSAMON).

3. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, em 28/10/2015.
4. Designado para ocupar a vaga de através do Of.nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
5. O Senador Eduardo Lopes, em virtude do retorno do titular, Senador Marcelo Crivella, deixou de ocupar a vaga conforme o Of. N º 54/2016-BLOMOD.
6. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga, conforme Of. nº 54/2016-BLOMOD, datado de 04/10/2016.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61)3303-5255**Fax:** (61)3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL
(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

**PRESIDENTE (art. 88, § 3º do
RISF):**



15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO*(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****PRESIDENTE (art. 88, § 3º do****RISF):**

16) CONSELHO DO PRÊMIO JOVEM EMPREENDEDOR*(Resolução do Senado Federal nº 31, de 2016)***PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**



**17) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA
ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO**

(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: (2)

VICE-PRESIDENTE: (2)

1ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS

DEM

VAGO

PCdoB

VAGO (1)

PDT

VAGO

PMDB

VAGO

PP

VAGO

PPS

VAGO

PR

VAGO (3)

PRB

VAGO (4,5,6,7)

PSB

VAGO

PSC

VAGO

PSD

VAGO

PSDB

VAGO

PT

VAGO

PTB

VAGO

REDE

VAGO

Atualização: 01/06/2016

Notas:

- * Designado pelo Ato do Presidente nº 17, de 2015, em 01/07/2015.
- 1. O Senador Lasier Martins (PDT/RS) ocupa a vaga por indicação do PCdoB.
- 2. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, em 04.08.2015.
- 3. O Senador Cidinho Santos foi designado para ocupar a vaga do PR, em substituição ao Senador Blairo Maggi, conforme Ato do Presidente nº 11, de 2016, lido nesta data.
- 4. Designado para ocupar a vaga de através do Of.nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
- 5. O Senador Eduardo Lopes, em virtude do retorno do titular, Senador Marcelo Crivella, deixou de ocupar a vaga conforme o Of. N º 54/2016-BLOMOD.
- 6. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga, conforme Of. nº 54/2016-BLOMOD, datado de 04/10/2016.



7. Em 1º.01.2017, o Senador Marcelo Crivella deixa de compor o Conselho, em virtude de sua posse no cargo de Prefeito da cidade do Rio de Janeiro.

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Anexo II, térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



18) COMENDA NISE MAGALHÃES DA SILVEIRA*(Resolução do Senado Federal nº 43 de 2016)***Número de membros:** 17 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****MEMBROS****PMDB****PT****PSDB****PDT****PSB****PR****PSD****DEM****PP****PTB****PPS****PCdoB****PSC****PRB****REDE****PV****PTC****SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-4561**E-mail:** saop@senado.leg.br

Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

